



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**MINUTA DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90094/2024 - Colic/SCG/Secont/Seec**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)

**CÓDIGO UASG:** 974002

**OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação de serviços especializados em eficiência energética por meio de centrais de captação direta nos estacionamentos das Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DE CARÁTER PÚBLICO:** R\$ 373.389.236,54 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

**DATA DE ABERTURA:** 10/02/2026

**HORÁRIO DA ABERTURA:** 9 horas

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço por lote.

**MODO DE DISPUTA:** aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Sumário**

1.	DO OBJETO .....	1
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	5
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	6
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	7
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	8
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	9
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA .....	10
11.	DOS RECURSOS .....	11
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	12
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	13
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	14

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC/DF**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90094/2024**

**PROCESSO Nº: 00060-00208589/2024-54**

Torna-se público que a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - Seec/DF, por meio da Subsecretaria de Compras Governamentais - SCG, sediado(a) na Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços especializados em eficiência energética por meio de centrais de captação direta nos estacionamentos das Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR.
  - 2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
    - 2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

- 2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;
  - 2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
  - 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
  - 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
  - 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
  - 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.
- 2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).
- 2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
  - 2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento esmado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro de Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
  - 2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto - DF 44.330/2023)
  - 2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento esmado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Administração.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo II deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.
- 2.10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
- 2.10.1. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
  - 2.10.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
  - 3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
  - 3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);
  - 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, em atenção aos itens 5.27 a 5.31 do TR - Anexo I deste edital;
- 3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.11. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 3.5.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.5.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 3.5.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.5.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 3.5.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 3.5.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 3.5.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 3.5.17.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 3.5.17.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 3.5.18. A vedação de que trata o item 3.5.17. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.5.19. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.5.20. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.5.21. Não poderão participar para os mesmos grupos do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e

obedecerá às seguintes regras:

- 4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.1.1. valor unitário e total do grupo;
  - 5.1.2. Marca;
  - 5.1.3. Fabricante;
  - 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de cada grupo.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
  - 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.9. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.
- 5.10. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.
- 5.11. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:
  - a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ;
  - b) valor unitário e total de cada grupo obtido por meio das planilhas de custos que deverão ser anexadas à proposta, de forma completa, em moeda corrente nacional, computando todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações, de acordo com o modelo de proposta constante nos Anexos X e XI do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
  - c) as especificações detalhadas dos serviços a serem prestados, observadas as características contidas no Anexo I – Termo de Referência, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas;
  - d) as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
  - e) catálogos dos materiais e equipamentos: apresentar o catálogo, folder, certificação Inmetro ou documento similar dos equipamentos e materiais, conforme subitem 9.7.1 do TR - Anexo I do edital;
  - f) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data fixada no edital para início da sessão pública, conforme item 9.6 do TR;
  - g) prazo de início dos serviços oferecidos deverá obedecer as condições de execução conforme o item 6.1 e seus subitens do TR - Anexo I deste edital;
  - h) conter garantia conforme o item 6.10 do Termo de Referência - Anexo I deste edital;
  - i) conter planilha de Formação de BDI devidamente preenchida conforme Anexo XI do TR - Anexo I do edital;
  - j) conter composição de custo individual devidamente preenchida contendo no mínimo os equipamentos exigidos no item 10.3.1 deste Termo de Referência e informando valor unitário do insumo, valor do serviço/mão de obra, BDI conforme Anexo XI do TR - Anexo I do edital;
  - k) apresentar atestado de vistoria técnica fornecido pela SES/DF comprovando que a licitante através do seu representante legal, tomou conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços. A vistoria poderá ser marcada conforme as condições constantes dos itens 5.38 ao 5.42 do Termo de Referência - Anexo I deste edital e conforme modelo constante do Anexo V deste edital.
    - g.i) a vistoria não é obrigatória, facultando ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da SEEC/DF, em razão de sua não realização.
  - l) declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.
  - m) declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade prevista na legislação.

- n) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital;
- o) declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- p) apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei Distrital nº 4.770/2012, que poderá ser feito da seguinte forma:
- i) por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital, ou;
  - ii) com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc) emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc no respectivo Órgão, ou;
  - iii) com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.
  - iv) no caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, conforme mencionado nas alíneas i e iii, poderá ser designada pela Sec/DF uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o Pregoeiro e sua Equipe, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.
  - v) caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  - 6.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 3.000,00 para o grupo 1, R\$ 600,00 para os grupos 2 e 3.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
    - 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
    - 6.18.2.2. empresas brasileiras;



- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.
- 6.19.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.19.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([cnj.jus.br](#)); e
- e) Certidões Administração Pública Federal ([tcu.gov.br](#)).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Verificadas as condições de participação o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.9.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
- 7.9.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de

produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.9.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

7.9.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos nos itens 10.27 a 10.31 no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.1.2.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

8.4.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (61) 3449-4256, no horário das 09h às 17h ou pelo e-mail: [sinfra@saude.df.gov.br](mailto:sinfra@saude.df.gov.br), [dea@saude.df.gov.br](mailto:dea@saude.df.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 205 e art. 206 do Decreto nº 44.330/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço [pregoeirosulog07@economia.df.gov.br](mailto:pregoeirosulog07@economia.df.gov.br).
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 14.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 14.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

- 14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 14.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 14.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 14.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 14.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 14.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;
- 14.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AAAA), pela utilização do índice \_\_\_\_ (indicar o índice ou índices a ser(em) adotado(s)), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 14.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 14.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. A Seec/DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 15.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 15.12. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:
- I - incentive a violência;
  - II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
  - III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
  - IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
  - V - seja homofóbico, racista e sexista;
  - VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
  - VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.
- 15.13. Nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013, a empresa vencedora fica obrigada a comprovar mensalmente, junto ao gestor responsável, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, em caso de irregularidades, devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção.
- 15.13.1. o não atendimento das determinações implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Pública.
- 15.14. O adjudicatário após a assinatura do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2020, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme disposto na Lei 6.112/2018 e na Lei nº 6.308/2019.
- 15.14.1. para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.
- 15.14.2. pelo descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa contratada:
- i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do contrato;
- 15.14.2.1. o não cumprimento da obrigação implicará:
- i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
  - ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;
  - iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.
- 15.14.3. a empresa que possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.
- 15.14.4. a implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 e aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.
- 15.15. No caso de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as regras sobre a retenção provisória e mensal de provisões

- trabalhistas serão realizadas nos termos previstos na Lei 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013.
- 15.16. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 15.17. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.
- 15.18. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 15.19. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 15.20. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 15.20.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados
- 15.21. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).
- 15.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.
- 15.24. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.24.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.24.1.1.
- 15.24.2. ANEXO II - Modelo de Proposta
- 15.24.3. ANEXO III - Modelo de Termo de Contrato
- 15.24.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental.
- 15.24.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Vistoria ou de Desistência de Vistoria
- 15.24.6. ANEXO VI - Modelo Declaração de não incorrência do Decreto 39.860/2019.
- 15.24.7. ANEXO VII - Minuta de Ata de Registro de Preços.
- 15.24.8. ANEXO VIII - Modelo de declaração de ciência e termo de responsabilidade.

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**  
(Processo Administrativo nº 00060-00208589/2024-54)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente termo de referência tem por objeto o **registro de preços para eventual contratação de fornecimento e instalação de sistema de eficiência energética por meio de centrais de captação direta nos estacionamentos das Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos, nos termos da tabela abaixo:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	8.578,51
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		13.985,68
	3	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	85.200
	4	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	6665
	5	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	22.564,19
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	788,87
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.166,85
	8	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	19.300,00
	9	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.505,00
	10	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	3.955,72
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	968,70
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.464,66
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000,00
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720,00
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	4.433,36

## 1.2. NATUREZA DE DESPESA

### 1.2.1. A contratação se enquadra na natureza de despesa conforme listado abaixo:

1.2.1.1. Os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13 e 14 se enquadram na natureza de despesa de INVESTIMENTO - Grupo: 44.90.52 - Equipamentos e Instalações;

1.2.1.2. Os itens 5, 10 e 15 se enquadram na natureza de despesa de CUSTEIO - Grupo: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## 1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMUM

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.3.2. O objeto desta licitação se enquadra nos termos do artigo 114 do Decreto 44.330, de 2023, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, por se tratar de bens e serviço comum, com características e especificações usuais de mercado.

1.3.3. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, verificou-se que as especificações são usuais no mercado após analisar os três aspectos listados abaixo:

1.3.3.1. A possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos e desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;

1.3.3.2. Disponibilidade no mercado destes serviços; e

1.3.3.3. Constatação de que as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado.

1.3.4. A presente contratação foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

1.4. **O prazo de vigência da contratação são de 30 (trinta) meses**, contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos na forma dos artigos 106 com 107 e 110, inciso II respectivamente, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os itens 5, 10 e 15 são serviços e se enquadram como serviço continuado por se enquadrarem no que preconiza o inciso XV, Art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Os itens 5, 10 e 15 poderão ser prorrogados com base no inciso II, do Artigo 110, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.7. O valor estimado da contratação encontra-se expresso neste Termo de Referência não sendo necessário o uso do Art. 112 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.8. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelo Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além dos demais normativos incidentes sobre o objeto.

1.9. **Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.**

## 2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

### Da justificativa pela escolha do Sistema de Registro de Preços

2.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o pretense certame fundamenta-se no art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do art. 189 e incisos I, II, III do art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, haja vista complexidade da estrutura sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que visa à antecipação e à garantia da celeridade no que se refere às contratações de fornecimento e instalação de sistema de eficiência energética por meio de centrais de captação direta nos estacionamentos das Unidades de Saúde.

2.2. Com a formação de uma Ata de Registro de Preços (ARP), quando for necessária a contratação de fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica a qualquer dessas Unidades Saúde que compõem a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal não será necessária a instauração de procedimento específico, que tornaria mais onerosa a contratação e maior tempo das administrações desconcentradas e descentralizadas. Assim, a ata assegura o melhor preço pela sua notável capacidade de assegurar o ganho de escala.

2.3. A ata também favorece o estabelecimento de um banco de preços referencial para tais serviços.

2.4. Sobre a Intenção de Registro de Preços - IRP, optou-se pela não divulgação em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, em virtude do interesse restrito à Secretaria de Estado de Saúde do DF, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta Secretaria a qualidade de órgão gerenciador e, conseqüentemente, prolongar o prazo de realização da licitação.

### Da vigência da ata de registro de preços

2.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, prorrogável única vez por igual período**, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, contados da data do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e o do parágrafo 1º, do art. 198 do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

2.6. Considera-se data da assinatura aquela constante do instrumento ou da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.

2.7. A qualquer tempo da vigência do Registro de Preços, e de acordo com as necessidades da Administração, o detentor de preço registrado poderá ser convocado para o fornecimento do objeto.

2.8. A SES/DF procederá à divulgação da Ata de Registro de Preços e manterá constante atualização de preço registrado e demais condições inerentes, por meio de sua página eletrônica oficial.

2.9. Para fins de comprovação da manutenção da vantagem dos preços registrados, a SES/DF e Órgãos Participantes promoverão pesquisa de mercado antes da formalização de cada pedido de compra dos itens registrados, exceto para o primeiro pedido, se realizado dentro do prazo de 90 (noventa) dias após o registro dos preços de cada item.

2.10. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência e desde que devidamente justificada a vantagem econômica, poderá ser utilizada por qualquer órgão que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da SE/DF - Órgão Gerenciador.

2.11. A manifestação da SES/DF (Órgão Gerenciador) fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e ou Municipal da utilização da ata de registro de preço.

2.12. O estudo, após aprovação pela SES/DF (Órgão Gerenciador), será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal.

2.13. Após a autorização da SES/DF, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.14. Competirá ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

2.15. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ao órgão/entidade não participante, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com a SES/DF.

2.16. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.17. O instrumento de contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133, de 2021 e do § 1º. do art. 198, do Decreto Distrital 44.330, de 2023.

### Da adesão à ata de registro de preços

2.18. As adesões à Ata de Registro de Preços poderão ser admitidas mediante prévia consulta a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG/SEEC), desde que

devidamente comprovada à vantagem e respeitada às condições e as regras estabelecidas no art. 208 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e § 5º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.19. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem; e as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata e deverão ser realizados em conformidade com o Decreto n.º 44.330, de 2023.

#### **Das obrigações do órgão gerenciador**

2.20. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.

2.21. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.

2.22. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

2.22.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

2.22.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

2.23. Os órgãos aderentes deverão reportar ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável a aplicação de sanções administrativas, alteração de item registrado em Ata por modelo equivalente ou superior e outras ocorrências atípicas ao objeto inicialmente registrado.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O uso da energia elétrica é imprescindível à prestação dos serviços das Unidades de Saúde, sendo necessária primordialmente para manter os equipamentos médicos em pleno funcionamento, para iluminação, para segurança, para climatização dos ambientes, para recursos de tecnologia da informação (microcomputadores, monitores, impressoras, etc.), dentre outros. Essa despesa representa no orçamento anual da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, desconsiderando as Unidades de Saúde que estão previstas para inauguração este ano e nos próximos, um custo aproximado de R\$ 33.000.000 (trinta e três milhões de reais). Este custo significativo impacta diretamente o orçamento destinado à Saúde Pública Distrital, limitando recursos que poderiam ser aplicados em melhorias e expansões dos serviços de saúde à população. Portanto, é imperativo buscar soluções sustentáveis e econômicas para reduzir esses gastos.

3.2. Paralelo a isso, para implementação dessas usinas fotovoltaicas é necessário espaço físico disponível para instalação das placas solares. Com isso, realizou-se um estudo sobre viabilidade de instalação nos telhados nas Unidades de Saúde e percebeu-se que não haveria espaço suficiente. No entanto, somado a esse estudo, verificou-se que os estacionamentos possuem uma demanda de cobertura e, com isso, tornou-se um excelente espaço físico para instalação das placas.

3.3. A construção de coberturas de estacionamento nas unidades de saúde do Distrito Federal, além de abrigar as placas fotovoltaicas, oferece uma série de benefícios que justificam plenamente esse investimento. Esta iniciativa se alinha com a proposta de implementar uma usina fotovoltaica, visando a sustentabilidade e a eficiência energética, ao mesmo tempo em que melhora a infraestrutura e o serviço oferecido aos usuários e funcionários das Unidades de Saúde.

3.4. Somado a isso, por se tratar de Unidades de Saúde - US onde prestam serviços essenciais de assistência integral à Saúde da comunidade distrital, essas US não podem ficar sem fornecimento de energia (necessidade de funcionamento 24 horas que exigem energia 24x7x365ano sem interrupção e com garantia de funcionamento emergencial). Pensando nisso, os locais mais críticos que, atualmente, contam com gerador à Diesel, serão instalados sistemas de geração de energia fotovoltaica, do tipo Híbrido com tecnologia de Lítio Ferro Fosfato a ser dimensionada de acordo com as normas vigentes e a necessidade específica de cada US (no mínimo 2 horas), tendo em vista sua capacidade de armazenar energia em baterias e, com isso, em casos de emergência e necessidade, as US com esses sistemas híbridos mitigaram o risco de interrupção do fornecimento de energia.

3.5. Conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL N.º 1.059, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023, a ANEEL estabelece as condições gerais para o acesso de micro geração e mini geração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. Assim passa a ser possível um cliente abastecido por energia elétrica de uma determinada rede, produzir energia de forma descentralizada e injetar o excedente na mesma.

3.6. Cabe destacar o regime remuneratório/compensações: O consumo a ser faturado, referente à energia elétrica ativa, é a diferença entre a energia consumida e a injetada, por posto horário, quando for o caso, devendo a distribuidora utilizar o excedente que não tenha sido compensado no ciclo de faturamento corrente para abater o consumo medido em meses subsequentes. Os montantes de energia ativa injetada que não tenham sido compensados na própria unidade consumidora poderão ser utilizados para compensar o consumo de outras unidades previamente cadastradas para este fim e atendidas pela mesma distribuidora, cujo titular seja o mesmo da unidade com sistema de compensação de energia elétrica, ou cujas unidades consumidoras forem reunidas por conjunto de interesses de fato ou de direito.

3.7. Além disso, buscando uma maior eficiência econômica para Secretaria de Estado de Saúde, será utilizado uma tecnologia que vem ganhando espaço no mercado chamada de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias ou, do inglês, BESS - Battery Energy Storage System. O BESS é um conjunto de baterias recarregáveis que podem armazenar energia de diferentes fontes e descarregá-la quando necessário. Essa tecnologia será implementada nos Hospitais Regionais da SES/DF para ser utilizada no fornecimento de energia no horário chamado de "horário de ponta - 18h às 21h". Nesse período de ponta, o valor (R\$) do kwh é praticamente o dobro do valor (R\$) do kwh fora de ponta. Com isso, busca-se mais uma maneira de economia de consumo de energia pela SES/DF.

3.8. A contratação de uma empresa especializada para fornecer e implementar uma usina fotovoltaica representa uma estratégia eficaz para reduzir substancialmente os custos com energia. Estima-se que a implementação de uma usina fotovoltaica pode gerar uma economia superior a 60% nas despesas anuais com energia elétrica, o que equivale a uma redução de aproximadamente R\$ 19,8 milhões por ano.

3.9. Assim, a implementação de uma usina fotovoltaica pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, acompanhada pela construção de estruturas de cobertura para os estabelecimentos das Unidades de Saúde, é uma medida estratégica com múltiplos benefícios econômicos, ambientais e sociais. Além da economia projetada de mais de 60% nos custos de energia elétrica, que resulta em uma redução de aproximadamente R\$ 19,8 milhões anuais, as novas estruturas proporcionarão proteção adicional aos veículos, melhorando a infraestrutura e contribuindo significativamente para a sustentabilidade, economia de energia e as condições de trabalho e atendimento. A iniciativa não só otimiza os recursos financeiros e operacionais da Secretaria de Estado de Saúde, mas também reforça o compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos à população e com a preservação do meio ambiente.

3.10. Essa abordagem integrada não só alivia o orçamento da Saúde, permitindo a aplicação de recursos em outras áreas prioritárias, mas também promove a sustentabilidade e a responsabilidade social, ao utilizar uma fonte de energia limpa e renovável. Adicionalmente, a resiliência energética das Unidades de Saúde será significativamente aumentada, garantindo a continuidade dos serviços essenciais em caso de interrupções no fornecimento convencional de energia elétrica.

3.11. Portanto, a contratação de uma empresa especializada para fornecer e implementar a usina fotovoltaica, junto com a construção das novas estruturas de cobertura (Carport Solar), é **plenamente justificada**. Este objeto representa um investimento inteligente, sustentável e necessário, que trará benefícios financeiros, ambientais e operacionais duradouros para o sistema de saúde do Distrito Federal.

3.12. Desta forma, fundamentada pela garantia de atendimento, foi verificado e consolidado os quantitativos estimados conforme o item 3.20 deste termo.

3.13. As condições do serviço foram formuladas visando aprimorar a gestão dos recursos públicos, alinhando-se às práticas do setor privado. Isso ocorre mediante a adoção de padrões convencionais de mercado e de preços, com objetivo de atrair fornecedores qualificados, estimular a concorrência e promover a eficiência na execução de contratos, contribuindo para o alcance dos objetivos da administração pública e redução dos custos.

#### **Fundamentação Legal**

3.14. A contratação obedecerá ao disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentado pelo Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de Março de 2023, e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos.

#### **Princípio da Padronização**

3.15. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei n.º 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF) mantém uma unidade de catalogação, a qual executa todas as catalogações de itens a serem contratados, em conformidade com a Portaria n.º 135, de 26 de julho de 2016, a qual é utilizada para a classificação de despesas e catalogação de itens.

#### **Sistema TR Digital**

3.16. O proveito do Sistema TR Digital, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

#### **Minuta Padronizada**



3.17. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevinha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e o item 2.5.3., do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS.

3.18. Ressalta-se que foram realizadas adaptações necessárias em atenção à realidade e às exigências do Distrito Federal, bem como ao objeto licitado, em consonância com o despacho da Procuradoria Geral do Distrito Federal constante no processo 00020-00026364/2018-82, como a adoção do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preço (SRP) com acréscimo de todas as previsões legais pertinentes a esse procedimento (Tópico 2. deste instrumento).

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC

3.19. PAC da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal:

Nº ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE PREVISTA DA COMPRA/CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA NO PCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO NO PCA	VALOR TOTAL ESTIMADO NO PCA
N/A	N/A	N/A	29873	Construção de Usina Fotovoltaica	1	1	R\$ 250.000.000,00	R\$ 250.000.000,00

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

3.20. Diante desse contexto, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar em que se apurou os quantitativos a seguir:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	TOTAIS POR LOTE
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	8.578,51	22.564,19
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	13.985,68	
	3	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	85.200,00	
	4	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	6.665,00	
	5	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	22.564,19	
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	788,87	3.955,72
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	3.166,85	
	8	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	19.300,00	
	9	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.505,00	
	10	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	3.955,72	
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	968,70	4.433,36
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	3.464,66	
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000,00	
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720,00	
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	4.433,36	
TOTAL					30.953,27

3.21. DA DIVISÃO DOS LOTES

3.22. O objeto da contratação encontra-se parcelado em 03 (três) lotes, de modo a assegurar a continuidade na prestação dos serviços, a autonomia administrativa das Unidades descentralizadas, a ampliação da competitividade, a padronização dos equipamentos e a melhor operacionalização e fiscalização do contrato.

3.23. Segundo o §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o fracionamento do objeto tem por escopo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, conforme se pode observar abaixo:

- “§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:
- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
  - II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
  - III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. ”.

3.24. Há também a alínea b, do inciso V, do artigo 40, da Lei nº 14.133/2021 que impõe o atendimento ao princípio do parcelamento, uma vez que com objetos de menor dimensão quantitativa, em tese, amplia-se a competitividade e, por conseguinte, a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas, de modo a conferir maior competitividade ao certame.

3.25. Nesse contexto, optou-se pela distribuição do objeto em uma quantidade de lotes suficientes para garantir a ampliação de competitividade sem causar prejuízo no fornecimento serviço, na eficiência contratual e, principalmente, na padronização de tecnologia a ser utilizada. Cumpre ressaltar que a divisão em muitos lotes geraria mais contratos e, com isso, maior dispêndio de recursos humanos por parte desta Secretaria de Estado. Nessa toada, mais lotes fere altamente a busca de padronização de tecnologia esperada para uma contratação desse porte correndo o risco da não interoperabilidade de tecnologia entre as unidades de saúde contempladas.

3.26. A capacidade de fiscalização da Administração também é fator chave na divisão proposta e considera o quantitativo de pessoal necessário à instrução de processos de acompanhamento da implantação das Usinas Solares, pagamentos, atestos de recebimento e verificação do fiel cumprimento das obrigações das Contratadas.

3.27. Ressalta-se que a divisão em lotes estabelecida busca não só a vantajosidade econômica, mas o melhor preço, ou seja, o menor preço conjugado com qualidade, funcionalidade e desempenho. A experiência da Secretaria ao longo dos anos na gestão de muitos contratos devido a vários lotes denota que a quantidade de **03 (três) lotes** proporciona o melhor custo benefício para a Administração. Isto porque a logística de execução regionalizada garante a adequação de custos operacionais, especialmente relacionados ao deslocamento de equipes de supervisão, fiscalização e medição e de desempenho.

3.28. Em razão disso, optou-se em fracionar o quantitativo total de postos em **03 (três) lotes**, abrangendo as Regiões onde se encontram as Unidades de Saúde a serem contempladas.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Trata-se de registro de preços para eventual contratação de fornecimento e instalação de sistema de eficiência energética por meio de centrais de captação direta nos estacionamentos das Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme condições e especificações exigidas neste instrumento e seus Anexos.

4.2. Nesse sentido, este objeto abrange a contratação de empresas de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid e/ou Híbrido com banco de baterias em LiFePO4 e Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS), compreendendo a estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar), a elaboração dos projetos executivos, incluindo as adequações das subestações existentes, quando necessário, a aprovação destes junto à concessionária de energia elétrica e demais órgãos de licenciamento, quando for o caso, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, montagem, comissionamento e ativação de todos os equipamentos e materiais, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento da equipe técnica, projetos “as built” e suporte técnico para as Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O objeto será dividido em 3 (três) lotes conforme as Regiões de Saúde da SES/DF:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA				TOTAIS POR LOTE		QUANTIDADE ESTIMADA DE ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL (M2)
1 - Central e SVS, Centro-Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwh/mês	902459	kwp	8.578,51	KWH/MÊS	2373753	243.211,70
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		1471294		13.985,68			
	3	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	85.200			KWP	22564,19	
	4	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	6665					
	5	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwh/mês	2373753	kwp/mês	22.564,19			
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwh/mês	82989	kwp	788,87	KWH/MÊS	416142	57.659,57
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		333153		3.166,85			
	8	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	19.300			KWP	3955,72	
	9	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.505					
	10	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwh/mês	416142	kwp/mês	3.955,72			
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwh/mês	101907	kwp	968,70	KWH/MÊS	466389	48.187,12
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		364482		3.464,66			
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000			KWP	4433,36	
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720					
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwh/mês	466389	kwp/mês	4.433,36			
			TOTAL KWH/MÊS	3.256.284,00	TOTAL KWP	30.953,27	TOTAL M2		349.058,39

4.3. Todas as exigências a seguir são consideradas **padrões mínimos** para aceitação do objeto pela CONTRATANTE.

4.4. Todas as exigências a seguir deverão ser consideradas para cada lote do objeto.

4.5. O objeto inclui o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem e ativação, dentre os quais se destacam os seguintes:

- 4.5.1. elaboração dos Projetos Executivos dos sistemas contratados, que resulte na máxima eficiência de geração de energia elétrica;
- 4.5.2. construção das estruturas de cobertura dos estacionamentos, podendo a própria placa solar ser utilizada como cobertura (Carport Solar);
- 4.5.3. fornecimento dos módulos fotovoltaicos (placas solares), dos inversores (normais e híbridos) e banco de baterias de Lítio Ferro Fosfato, devendo todos os equipamentos ser novos (1º uso), inclusive TC's, TP's e relés das adequações das subestações existentes, quando necessário;
- 4.5.4. fornecimento e instalação de Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS);
- 4.5.5. aprovação de Projeto Executivo dos sistemas na concessionária local de energia e demais órgãos de licenciamento, quando for o caso;
- 4.5.6. fornecimento de todos os demais materiais, sistema de aterramento e ferramentas necessários à instalação dos sistemas;
- 4.5.7. execução dos serviços de montagem e instalação dos sistemas;

- 4.5.8. eventuais adaptações necessárias nos quadros elétricos que servirão de pontos de conexão com a rede elétrica da concessionária;
- 4.5.9. fornecimento e instalação do sistema de gerenciamento e monitoramento para atender todos os sistemas instalados, incluindo a estrutura física de comunicação e hardware de controle e supervisão (Esse sistema deverá possuir monitoramento remoto via Web e aplicativo para smartphone);
- 4.5.10. realização de configurações, testes, comissionamento, startup, entrega técnica das instalações e do monitoramento remoto dos sistemas;
- 4.5.11. treinamento operacional para cada sistema;
- 4.5.12. elaboração do projeto “As-Built” e do manual de operação e manutenção dos sistemas;
- 4.5.13. operação, manutenção preventiva e manutenção corretiva.
- 4.6. As CONTRATADAS deverão realizar o gerenciamento e a supervisão dos projetos dos sistemas a serem instalados, de modo a assegurar o cumprimento do contrato e seu cronograma, assim como deverão obter todas as licenças e aprovações para a implantação dos sistemas de geração de energia elétrica fotovoltaica, devendo observar os prazos e requisitos estabelecidos normas técnicas e nos regulamentos técnicos da ANEEL e da concessionária, que disciplinam as condições de acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica, tais como solicitações e pareceres de acesso, realização de vistoria e aprovação do ponto de conexão.

## CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

4.7. Serão instalados sistemas de micro geração de energia fotovoltaica, do tipo On-Grid e/ou Híbrido com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 e Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS), implementados nos estacionamentos das Unidades de Saúde, sendo do tipo Carport Solar, conforme este Termo e com suas quantidades estimadas de instalação em kWp. Esses sistemas terão capacidade de produzir energia suficiente para atender a demanda por energia elétrica das Unidades de Saúde, podendo ainda, caso tenha energia excedente, utilizar a energia gerada e não utilizada no momento da geração na compensação de outras Unidades da Secretaria de Estado do DF - SES/DF.

4.8. A Secretaria de Estado de Saúde do DF possui aproximadamente 211 (duzentos e onze) possíveis locais de estacionamentos para implementação dos sistemas de geração de energia fotovoltaica do tipo Carport conforme **ANEXO VII** - Planilha de Possíveis Locais de Estacionamento.

4.9. Segue tabela com a distribuição dos locais por lote/região de saúde:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	UNIDADE	QUANTIDADE DE LOCAIS POSSÍVEIS	QUANTIDADE ESTIMADA DE ESPAÇO FÍSICO DISPONÍVEL (M2)
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	UND.	155	243.211,70
2 - Norte	UND.	27	57.659,57
3 - Oeste	UND.	29	48.187,12
TOTAL		211	349.058,39

4.10. Caso seja necessário (Consumo maior que área disponível para os sistemas fotovoltaicos), as CONTRATADAS poderão acordar entre si utilização dos locais possíveis de Lote/ Região de Saúde diferente dos seus próprios homologados.

4.10.1. Cumpre destacar que a CONTRATADA detentora da área excedente possuirá prioridade na escolha dos locais a serem disponibilizados para instalação de suas respectivas usinas.

## CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.11. Não há restrição de horário para execução dos serviços objeto da presente licitação, todavia deverão ser observados horários combinados com os representantes da fiscalização, de forma a não interferir nas atividades das Unidades de Saúde.

4.12. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pelas CONTRATADAS.

4.13. A equipe técnica das CONTRATADAS deverá ser composta, no mínimo, por lote, pelos seguintes profissionais:

01 (um) Engenheiro Eletricista, 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho legalmente habilitados, que serão os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços;

Eletrotécnicos e auxiliares técnicos que farão as instalações, auxiliados e acompanhados pelo engenheiro.

4.14. A qualquer tempo, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer membro da equipe técnica de modo a garantir o bom e efetivo andamento na execução dos serviços contratados.

4.15. No caso de substituição de algum dos responsáveis técnicos ao longo do contrato, por qualquer motivo, deverá ser comunicado de imediato à CONTRATANTE e efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o futuro Edital de Licitação, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA.

4.16. Os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços deverão acompanhar a Fiscalização durante as visitas aos locais das instalações e quando solicitado pela Fiscalização, sempre que devidamente comunicado previamente.

4.17. Na execução dos serviços deverá ser observado o cuidado com a integridade das instalações existentes.

4.18. Deverão ser colocadas tábuas de proteção, ou item semelhante, durante a execução dos serviços de instalação das estruturas e painéis, de forma a evitar que a intensa movimentação dos funcionários e equipamentos venha a danificar o local.

4.19. Os materiais deverão ser adequadamente acondicionados de modo a evitar acidentes.

4.20. As CONTRATADAS serão responsáveis pelo transporte até os locais de cada instalação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para execução das instalações, assim como a sua guarda e bom acondicionamento, não podendo transferir para a CONTRATANTE qualquer responsabilidade do transporte, descarregamento, acondicionamento e vigilância dos materiais, ferramentas e equipamentos.

4.21. Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser registradas no Diário de Acompanhamento dos Serviços pelo responsável da CONTRATADA, com o detalhamento necessário e dando ciência ao Fiscal do Contrato.

4.22. As CONTRATADAS farão um Diário de Acompanhamento dos Serviços, que poderá ser feito por meio eletrônico, onde serão inseridas todas as informações relevantes com respeito à execução de cada etapa dos serviços feitos. Deverá constar no Diário o registro diário do andamento da execução dos serviços, todas as possíveis intercorrências, assim como as formas de soluções para elas. Deverá ser assinado pelos engenheiros das CONTRATADAS responsáveis e ratificado pela Fiscalização da CONTRATANTE.

## PROJETO EXECUTIVO

4.23. O projeto executivo a ser contratado deverá apresentar todos os elementos necessários e suficientes à execução completa da instalação, de acordo com as normas e legislações pertinentes, dentre estas os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, Seção 3.7 do Módulo 3, procurando sempre obter a máxima eficiência no funcionamento, segurança das instalações no aspecto técnico e das pessoas que utilizam cada estacionamento e boas condições de manutenções.

4.24. Dentre os elementos necessários, deverão ser apresentadas plantas e diagramas detalhados de todas as estruturas e circuitos, bem como memorial de cálculos do sistema de geração, proteção, aterramento e fixação dos painéis.

4.25. Durante o desenvolvimento do projeto executivo, a CONTRATADA deve levar em consideração se há Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) existente e compatibilizá-lo com os requisitos de segurança e operação do sistema fotovoltaico, incluindo aterramentos, ligações de equipotencialização e supressores de surto.

4.26. A CONTRATADA deve realizar uma análise preliminar das instalações civis, elétricas e de SPDA, com a elaboração de um relatório técnico que indique eventuais adaptações necessárias, considerando também o acesso aos elementos a serem instalados.

4.27. Os espaçamentos necessários para ventilação, acesso e manutenção de todo o sistema deverão ser considerados para elaboração do projeto.

- 4.28. O projeto deverá contar ainda com a lista completa de todos os materiais e equipamentos a serem instalados, inclusive os que dizem respeito a controle, monitoramento e medição do sistema.
- 4.29. Todos os itens previstos deverão estar de acordo com a Norma de Distribuição da NEOENERGIA ou CEB e outras pertinentes ao tipo de instalação, da distribuidora.
- 4.30. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa ao projeto executivo.
- 4.31. O projeto executivo deve ser elaborado com base em simulações de produção anual de energia, utilizando software especializado para simular as características reais dos equipamentos a serem instalados, dados climáticos da região, influências de sombreamento, inclinação dos módulos e outros fatores na geração de energia do sistema fotovoltaico, garantindo a produção efetiva de energia.
- 4.31.1. Caso não seja alcançada a performance da simulação dentro do prazo de 360 dias após o início da geração, a CONTRATADA deverá incluir em seu relatório anual as razões e sugestões de ajuste/correção, ou justificativas que impediram o cumprimento da produção efetiva mínima.
- 4.31.2. Se for identificada a necessidade de ajuste/correção da usina para alcançar a produção, todos os custos relacionados serão suportados pela CONTRATADA, exceto se for comprovado que as causas não estão relacionadas à concepção do projeto, ao desempenho dos equipamentos/materiais e/ou a defeitos de instalação.
- 4.31.3. O prazo máximo para realizar os ajustes e reparos necessários para atingir a produção será de 30 dias após a aprovação do relatório anual, que inclui as causas identificadas e a solução proposta.
- 4.31.4. No caso do BESS, deve possuir roundtrip efficiency (performance do sistema) de no mínimo 87% (medido no ponto de conexão).
- 4.32. O projeto deve conter detalhes dos elementos do sistema, como fixações das estruturas dos painéis, fixação dos inversores, caminho das tubulações, passagem entre a cobertura e área interna e acesso para manutenção e limpeza.
- 4.33. Todas as soluções dadas para o sistema e para estrutura, assim como os tipos de materiais utilizados, nas montagens, fixações, estruturas, etc. deverão ser os mais bem aplicados na boa técnica atual.
- 4.34. Todos os projetos devem ser apresentados em meio digital, com todos os arquivos editáveis (".doc", ".xls", ".dwg", etc), juntamente com os respectivos arquivos em formato ".pdf" assinados digitalmente.
- 4.35. A documentação do projeto deve estar em conformidade com a norma IEC 62446 e deve incluir dados básicos do sistema, bem como informações relacionadas ao projeto executivo e ao As Built, contemplando, no mínimo:
- 4.35.1. Localização do projeto e data de instalação;
- 4.35.2. Capacidade do sistema (CA e CC);
- 4.35.3. Especificações detalhadas dos módulos fotovoltaicos e inversores, incluindo fabricante, modelo, quantidade e homologações do INMETRO e Internacionais;
- 4.35.4. Especificações detalhadas do banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 e dos Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS), incluindo fabricante, modelo, quantidade e homologações do INMETRO e Internacionais;
- 4.35.5. Identificação dos projetistas responsáveis técnicos pelo sistema;
- 4.35.6. Informações da CONTRATADA e do responsável técnico pela instalação do sistema;
- 4.35.7. Diagrama unifilar e trifilar do Sistema Fotovoltaico Conectado à Rede (SFCR);
- 4.35.8. Especificações gerais dos arranjos:
- Desenhos de layout dos arranjos;
- Tipo e número de módulos por string
- Número e informações de strings;
- Tipo de cabo utilizado na string, incluindo seção e comprimento;
- Especificação dos dispositivos de proteção contra sobretensão (faixa de tensão e corrente);
- Sistema de aterramento e proteção de sobretensão.
- 4.35.9. Data do comissionamento e entrada em operação (apenas no As Built);
- 4.35.10. Especificações elétricas do arranjo;
- 4.35.11. Especificação técnica dos cabos;
- 4.35.12. Localização, tipo e faixa de operação dos dispositivos de proteção contra sobretensão;
- 4.35.13. Aterramento e proteção de sobretensão.
- 4.36. Antes da realização do comissionamento, a CONTRATADA deve fornecer o As-Built da instalação em formato digital/DWG e impresso, sujeito a revisão durante o processo e adaptação para atender às exigências estabelecidas.
- 4.37. A CONTRATADA é responsável por elaborar o Plano de Manutenção, abrangendo atividades preditivas, preventivas e corretivas, a serem realizadas ao longo da vida útil do sistema, incluindo os procedimentos durante o período de responsabilidade do contratado.

## DOCUMENTAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ACESSO

4.38. As CONTRATADAS serão responsáveis pelos trâmites de aprovação de acesso junto à distribuidora NEOENERGIA ou CEB e demais órgãos de licenciamento, quando for o caso, e para isso deverá apresentar toda a documentação prevista na Norma de Distribuição Interna e outras pertinentes ao tipo de instalação, da distribuidora NEOENERGIA ou CEB.

## PARÂMETROS DOS SISTEMAS

### 4.39. Disposições iniciais:

- 4.39.1. A proposta de implantação a ser executada consiste em instalar Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid e/ou Híbrido com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 em estrutura de cobertura dos estacionamentos (Carport Solar) a serem construídas com as devidas potências estimadas expostas no ANEXO VI - Planilha de Consumo Estimado das US - SES/DF, sendo observado que não se deve ultrapassar a potência de 500kW de inversores para que a CONTRATANTE se enquadre como GD II dentro dos termos da lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.
- 4.39.2. Todos os componentes do gerador solar fotovoltaico devem estar em conformidade com as normas nacionais e/ou internacionais, garantindo qualidade, integridade e desempenho conforme as especificações após a instalação.
- 4.39.3. É crucial que todo o sistema seja avaliado quanto à segurança dos módulos fotovoltaicos em relação ao risco de choque elétrico, perigo de incêndio, e segurança estrutural e mecânica.
- 4.39.4. Para garantir o suporte técnico ao produto ao longo do período de garantia, os fabricantes dos módulos devem ser classificados como TIER 1 pela Bloomberg NewEnergy Finance (BNEF), o que evidencia estabilidade financeira, operacional e tecnológica.

### 4.40. Sistemas Fotovoltaicos:

- 4.40.1. Os sistemas serão instalados como cobertura dos estacionamentos (Carport Solar), sendo que as características destas estão elencadas nos próximos tópicos deste Instrumento.
- 4.40.2. O sistema deverá ser projetado de forma a utilizar a máxima captação de energia ao longo do ano, devendo os painéis fotovoltaicos estar orientados, o

- mais próximo possível, em direção ao Norte Verdadeiro e inclinação no chamado ângulo ótimo, o qual é, de maneira geral, igual à latitude do local da instalação.
- 4.40.3. A posição dos painéis fotovoltaicos também deverá ser projetada de forma a evitar áreas de sombreamento.
- 4.40.4. O sistema deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida.
- 4.40.5. Quando necessária caixa de passagem, deve ser do tipo condutele, em alumínio, fixada com parafusos resistentes a intempéries com tampa vedada.
- 4.40.6. Tubulações externas aparentes em aço galvanizado tipo médio ou pesado e eletrodutos metálicos flexíveis com revestimento externo em camada de PVC extrudado (SEAL TUBO).
- 4.40.7. As CONTRATADAS deverão recompor, conforme padrão existente, as paredes, pintura, forro, piso ou qualquer elemento da Unidade que sofrerem intervenção durante os trabalhos de instalação do sistema, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 4.40.8. Nas instalações e montagens deverão ser utilizados todos os EPI e EPC necessários e seguidas todas as normas de segurança aplicáveis, sobretudo as seguintes normas regulamentadoras: NR06, NR10 e NR35.
- 4.40.9. Devem ser apresentados à Fiscalização, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência das atividades, os certificados válidos dos cursos de NR 10 e de NR 35 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétrico e de altura, respectivamente. As frentes de serviço somente podem realizar suas atividades, mediante a devida regularização.
- 4.40.10. O sistema de geração fotovoltaica deve ter gerenciamento remoto através de sistema de gerenciamento, monitoramento, controle e supervisão dos dados capaz de manter a base de dados em tempo real e seu histórico. Deve permitir a supervisão remota do sistema e ajustes de parâmetros.
- 4.41. **Capacidades a serem instaladas:**
- 4.42. O consumo mensal estimado dos sistemas a serem instalados está descrito na planilha no **ANEXO VI** - Planilha de Consumo Estimado das US - SES/DF.
- 4.43. A capacidade detalhada e total estimada a ser contratada é de **30.953,27 kWp**, distribuída conforme segue:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	KWH/MÊS	Energia necessária para as baterias 48VDC (Kwh/mês)	Energia necessária para o BESS (Kwh/mês)	Total kwh/mês	KWP REAL	TOTAL POR LOTE
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1 - On-Grid	902459,00			902459,00	8578,51	22564,19
	2 - Híbrido	1148584,00	122760,00	199950,00	1471294,00	13985,68	
2 - Norte	9 - On-Grid	82989,00			82989,00	788,87	3955,72
	10 - Híbrido	260193,00	27810,00	45150,00	333153,00	3166,85	
3 - Oeste	17 - On-Grid	101907,00			101907,00	968,70	4433,36
	18 - Híbrido	282642,00	30240,00	51600,00	364482,00	3464,66	
<b>TOTAL</b>		2778774,00	180810,00	296700,00	3256284,00	30953,27	<b>30953,27</b>

- 4.44. **Painéis Fotovoltaicos:**
- 4.44.1. A quantidade de painéis deverá ser dimensionada respeitando os limites do espaço físico disponível e a capacidade do sistema a ser instalado.
- 4.44.2. Os módulos fotovoltaicos devem ser constituídos por células fotovoltaicas do mesmo tipo e modelo, feitos de silício monocristalino podendo ser monofacial ou bifaciais.
- 4.44.3. Taxa de irradiação (traseiro/frente) mínima de 10% se refere ao modulo bifacial.
- 4.44.4. Os módulos devem contar com certificação INMETRO.
- 4.44.5. Os módulos devem ter eficiência mínima de 21,9% em STC (Standard Test Conditions).
- 4.44.6. Garantia de geração de potência de no mínimo 95% com 10 anos e 89,3% com 25 anos de operação.
- 4.44.7. Os módulos devem possuir testes de carga mecânica, incluindo carga de vento mínima frontal de 5400 Pa e mínima traseira de 2400 Pa se refere aos modulos bifaciais.
- 4.44.8. Os módulos devem ter potência nominal mínima de 450Wp e 144 células.
- 4.44.9. As caixas de junção devem ter proteção mínima IP68.
- 4.44.10. A garantia de fabricação mínima deverá ser de 10 anos. A garantia de performance mínima deverá ser de 25 anos.
- 4.44.11. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua Portuguesa juntamente com a Certificado de conformidade do (s) módulo fotovoltaico(s) ou número de registro ativo da concessão do Inmetro exigida pela concessionária local para obtenção do Parecer de Acesso no momento de apresentação do projeto conforme exigências da regulamentação vigente.
- 4.45. **Fixação dos Painéis e Estruturas de suporte na cobertura do estacionamento (Carport Solar):**
- 4.45.1. A estrutura de fixação dos painéis deverá ser estática, com ângulo de inclinação conforme definido no projeto executivo e executado com o tipo/modelo mais adequado tecnicamente para o tipo de cobertura do estacionamento, com materiais resistentes a intempéries e o tipo deve ser submetida antecipadamente a CONTRATANTE. O dimensionamento da estrutura de fixação, suportes e parafusos é de responsabilidade das CONTRATADAS, que deve resistir a intempéries, podendo ser de alumínio, aço galvanizado a fogo ou aço inox, garantindo a melhor ventilação natural para os módulos.
- 4.45.2. As estruturas de fixação dos módulos fotovoltaicos deverão ser fornecidas em alumínio ou aço inoxidável. Os parafusos, porcas e arruelas deverão ser de aço inoxidável.
- 4.45.3. As hastes, conectores e condutores de aterramento deverão ser em cobre e liga apropriado, tipo Copperweld, e em acordo com as Normas Técnicas Brasileiras pertinentes.
- 4.45.4. A estrutura de deve possuir garantia mínima de 15 anos (fornecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação.
- 4.45.5. As estruturas de estacionamento CARPORT devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de até 180km/h.
- 4.45.6. As estruturas CARPORT devem ser projetadas com vedação entre os módulos fotovoltaicos.
- 4.45.7. As estruturas de estacionamento CARPORT devem se pintadas na cor branca se o material for galvanizado e no caso de estrutura em alumínio o mesmo deve ser entregue em sua cor natural sem manchas.
- 4.45.8. Deve ser previsto iluminação em LED nas estruturas CARPORT.
- 4.45.9. Deve ser previsto pelo menos 2 (dois) carregadores de carro elétrico, também conhecido como estação de carregamento ou eletroposto, para carro elétrico, adequado para uso coletivo em locais públicos (Unidades de Saúde), sendo para uso diário e compatível com todos os modelos de carros elétricos, nas estruturas CARPORT.
- 4.45.9.1. Descrição Detalhada: Pólos: 1P + N (circuito de controle) Pólos: 3P+N (circuito de alimentação), Máxima Potencia: 22kW, Máxima tensão: 230Vac (circuito de controle), Máxima tensão: 400Vac (circuito de alimentação, Frequência de operação: 50/60Hz, Quantidade de tomadas 02: Faixa de Temperatura Ambiente para operação: -25°C ~ 50°C, Faixa de Temperatura Ambiente para armazenamento: -40°C ~ 80°C, Dimensões (L x A x P)mm: (413 x 1146 x 220) mm, Peso máximo: 50kg, Sistema de aterramento: TN e TT Compatível com todos os carros elétricos, Instalação: Interior ou exterior.
- 4.45.9.2. **OBSERVAÇÃO:** Pelo menos 2 (dois) carregadores de carro elétrico serão nas Unidades de Saúde do tipo Hospital Regional. Nas Unidades de Saúde menores e/ou do tipo Unidade Básica de Saúde poderá ser no mínimo 1 (um) carregador de carro elétrico.
- 4.45.10. A CONTRATADA deverá submeter o projeto executivo da estrutura CARPORT à CONTRATANTE para aprovação e, com o projeto aprovado e



autorizado, a CONTRATADA iniciará a execução.

**4.46. Inversores:**

- 4.46.1. A quantidade e potência de saída de cada inversor deverá ser estabelecida de acordo com a capacidade de cada sistema e as exigências abaixo.
- 4.46.2. Deve apresentar eficiência máxima de pico superior a 98%, nível de eficiência da MPPT (Maximum Power Point Tracker) máxima superior a 99%.
- 4.46.3. Devem ser capazes de operar normalmente a potência nominal, sem perdas, na faixa de temperatura ambiente de -25°C a 60°C ou superior.
- 4.46.4. Ter saída monofásica ou trifásica.
- 4.46.5. Os inversores devem possuir Display para monitoramento dos parâmetros.
- 4.46.6. Os inversores devem possuir no mínimo 4 (quatro) MPPT (Maximum Power Point Tracker), que tem a função de rastrear os pontos de máxima potência do painel fotovoltaico.
- 4.46.7. A distorção harmônica total do inversor deve ser menor que 3%.
- 4.46.8. A corrente de Injeção CC (mA) deve ser menor que 1%.
- 4.46.9. A tensão e frequência de saída do conjunto de inversores deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local.
- 4.46.10. Os inversores devem atender a todos os requisitos e estar configurados conforme as normas EN 50549, IEC 60068-2-1/60068-2-2/60068-2-14/60068-2-30, EN 61000-6-1, IEC 61727, IEC 62109-1/62109-2, IEC 62116, IEC 61727 E AS3100.
- 4.46.11. Os inversores devem ter grau de proteção mínima IP 66.
- 4.46.12. Os inversores devem atender a todas as exigências da concessionária de energia local.
- 4.46.13. Os inversores devem permitir monitoramento remoto e monitoramento local, utilizando interface de comunicação RS485.
- 4.46.14. Os inversores deverão ter Potência Nominal de no mínimo 15kW e no máximo de 250kW.
- 4.46.15. A potência máxima de entrada CC deverá ser apresentada em folha de dados ou datasheet do inversor solar, respeitando o over size do mesmo.
- 4.46.16. Os inversores fotovoltaicos, sendo todos iguais em marca e modelo, poderão operar com potência entre 90% e 150% da sua faixa nominal de operação. Não ultrapassando os limites recomendados pelo fabricante.
- 4.46.17. Os inversores devem ter capacidade de operar com fator de potência entre  $\pm 0,99$ .
- 4.46.18. Os inversores devem incluir proteção contra o anti-ilhamento, respeitando a resposta aos afundamentos de tensão.
- 4.46.19. Os inversores devem incluir proteção contra polaridade reversa c.c., proteção curto circuito c.a., proteção contra surto, proteção contra sobrecorrente de saída c.a., proteção de resistência de isolamento, monitoramento de falha de aterramento, proteção de temperatura.
- 4.46.20. Os inversores devem ser conectados a dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção.
- 4.46.21. Os inversores deverão possuir garantia mínima de 15 anos do fabricante.
- 4.46.22. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua Portuguesa juntamente com a Certificado de conformidade do (s) inversor (es) ou número de registro ativo da concessão do Inmetro exigida pela concessionária local para obtenção do Parecer de Acesso no momento de apresentação do projeto conforme exigências da regulamentação vigente.

**4.47. Inversores Híbridos:**

- 4.47.1. Deve apresentar eficiência máxima de pico superior a 96%, nível de eficiência de carga/descarga da bateria para CA superior a 97%.
- 4.47.2. Devem ser capazes de operar normalmente a potência nominal, sem perdas, na faixa de temperatura ambiente de -25°C a 55°C ou superior.
- 4.47.3. Ter saída monofásica ou trifásica.
- 4.47.4. Os inversores devem possuir Display para monitoramento dos parâmetros.
- 4.47.5. Os inversores devem possuir no mínimo 2 (dois) MPPT (Maximum Power Point Tracker), que tem a função de rastrear os pontos de máxima potência do painel fotovoltaico.
- 4.47.6. Aceitar bateria tipo Lítio com nível de tensão das baterias low voltage de 48V e high voltage 500-800V.
- 4.47.7. A distorção harmônica total do inversor deve ser menor que 3%.
- 4.47.8. A tensão e frequência de saída do conjunto de inversores deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local.
- 4.47.9. Os inversores devem atender a todos os requisitos e estar configurados conforme as normas G98 ou G99, VDE-AR-N 4105 / VDE V 0124, EN 50549-1, VDE 0126 / UTE C 15/VFR:2019, RD 1699/RD 244 / UNE 206006 / UNE 206007-1, CEI 0-21, C10/11, NRS097-2-1, TOR, EIFS 2018.2, IEC 62116, IEC 61727, IEC 60068, IEC 61683, EN 50530, MEA, PEA.
- 4.47.10. Os inversores devem ter grau de proteção mínima IP54.
- 4.47.11. Os inversores devem atender a todas as exigências da concessionária de energia local.
- 4.47.12. Os inversores devem permitir monitoramento remoto e monitoramento local, utilizando interface de comunicação RS485.
- 4.47.13. Os inversores deverão ter Potência Nominal de no mínimo 5kW e no máximo de 150kW.
- 4.47.14. A potência máxima de entrada CC deverá ser apresentada em folha de dados ou datasheet do inversor solar, respeitando o over size do mesmo.
- 4.47.15. Os inversores devem ter capacidade de operar com fator de potência entre  $\pm 0,99$ .
- 4.47.16. Os inversores devem incluir proteção contra o anti-ilhamento, respeitando a resposta aos afundamentos de tensão.
- 4.47.17. Os inversores devem incluir proteção contra polaridade reversa c.c., proteção curto circuito c.a., proteção contra surto, proteção contra sobrecorrente de saída c.a., proteção de resistência de isolamento, monitoramento de falha de aterramento, proteção de temperatura.
- 4.47.18. Os inversores devem ser conectados a dispositivos de seccionamento adequados, visíveis e acessíveis para a proteção da rede e da equipe de manutenção.
- 4.47.19. Os inversores deverão possuir garantia mínima do fabricante de 10 anos para baterias low voltage e de 5 anos para baterias high voltage. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua Portuguesa juntamente com o Certificado de conformidade do (s) inversor (es) ou número de registro ativo da concessão do Inmetro exigida pela concessionária local para obtenção do Parecer de Acesso no momento de apresentação do projeto conforme exigências da regulamentação vigente.

**4.48. Quadros de Proteção e Controle CA e CC:**

- 4.48.1. Deverão ser fornecidos pelas CONTRATADAS painéis de interface confeccionados de material não corrosivo com as dimensões para abrigar e proteger os equipamentos CA e CC, tais como chaves seccionadoras, DPS, disjuntores e todos os demais itens necessários.
- 4.48.2. Devem ser dimensionados e instalados de acordo com as diretrizes da NBR 5410.
- 4.48.3. Deverão ser utilizados painéis adequados às instalações elétricas, de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, etc.
- 4.48.4. Deverão ser projetados com capacidade para futuras expansões.
- 4.48.5. Deverão ser possuir garantia mínima de 5 anos.
- 4.48.6. Os quadros serão instalados na posição indicada conforme projetos executivos a serem elaborados pelas CONTRATADAS.

**4.49. Cabos e Tubulações:**

- 4.49.1. Os condutores CC deverão ser apropriados para utilização em sistemas solares, possuir isolamento EPR e conectores MC4.

- 4.49.2. Para os condutores do lado CA deverão ser atendidas no mínimo as exigências da norma NBR 5410.
- 4.49.3. Todos os terminais dos condutores deverão ser identificados, conforme diagramas de ligação a serem elaborados pelas CONTRATADAS.
- 4.49.4. Os condutores deverão ser protegidos por eletrodutos tanto acima quanto abaixo da cobertura.
- 4.49.5. Deverão ser utilizados eletrodutos metálicos flexíveis-SEALTUBO para as tubulações aparentes, eletrodutos PVC rígido para as instalações subterrâneas e metálicas média, pesada ou flexível metálica (SEAL TUBO) para as tubulações acima da laje.
- 4.49.6. Ficará a cargo das CONTRATADAS o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para conexão do sistema com a rede da CONTRATANTE, dentre eles, barramentos, quadros e conectores.
- 4.49.7. Devem ter uma vida útil mínima de 25 anos, com garantia fornecida pela CONTRATADA de pelo menos 5 anos.
- 4.50. **Sistemas de Aterramento:**
- 4.50.1. O sistema de aterramento deverá ser compatível com os padrões e normas da NEOENERGIA ou CEB, atendendo a requisitos de segurança pessoal e dos equipamentos com relação também a resistência final do aterramento, que deve ser medida com equipamento apropriado no comissionamento.
- 4.50.2. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade. Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão, entre ambos os pólos das conexões em paralelo dos strings e entre eles e o condutor de aterramento. Toda a instalação deve ser realizada em conformidade com as normas NBR 5419 e NBR 5410, inclusive, eventuais adaptações necessárias.
- 4.50.3. O sistema de aterramento deve ser feito de forma a resultar em valor de resistência dentro do aceitável para o tipo de instalação e deverá constar no relatório de Comissionamento do sistema após executada os valores dessas resistências após a medição com equipamentos apropriados.
- 4.51. **Banco de Baterias de Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 (Sistemas Híbridos e BESS):**
- 4.51.1. Para as Unidades de Saúde consumidoras do grupo B, utilizar preferencialmente as baterias de low voltage com as seguintes características: bateria de Lítio Ferro Fosfato – LFP, tensão de funcionamento de 48VDC, capacidade mínima de 70 Ah, energia mínima de 4800 Wh, mínimo de 6.000 ciclos de vida para DoD de 80% a 25°C e protocolo de comunicação Modbus RTU (RS485).
- 4.51.2. Para as Unidades de Saúde consumidoras do grupo A, utilizar preferencialmente as baterias de high voltage com as seguintes características: bateria de Lítio Ferro Fosfato – LFP, tensão de funcionamento entre 500V-1500V, capacidade mínima de 200 Ah, energia mínima de 200kWh, mínimo de 6.000 ciclos de vida para DoD de 80% a 25°C e protocolo de comunicação Modbus RTU (RS485).
- 4.51.3. O banco de baterias do BESS deverá possuir capacidade líquida superior ao kwh estimado para cada lote no primeiro ano.
- 4.51.4. O banco de baterias do BESS deverá apresentar comprovação de conformidade às seguintes normas, podendo ser certificação internacional ou relatórios de ensaios acrescidos de documento de autodeclaração, assinado pelo representante legal do fornecedor:
- I - IEC 62933-2-1 (Electrical energy storage (EES) systems - Part 2-1: Unit parameters and testing methods – General specification);
  - II - NBR IEC 61439-1 (Conjunto de manobra e comando de baixa tensão Parte 1: Regras Gerais);
  - III - IEC 62619 - Secondary cells and batteries containing alkaline or other non-acid electrolytes - Safety requirements for secondary lithium cells and batteries, for use in industrial applications;
  - IV - IEC 62477-1 - Safety requirements for power electronic converter systems and equipment - Part 1: General;
  - V - IEC 63056 - Secondary cells and batteries containing alkaline or other non-acid electrolytes - Safety requirements for secondary lithium cells and batteries for use in electrical energy storage systems;
  - VI - UL 9540A Test Method Brings Clarity to Insurance and Fire Mitigation Professionals;
  - VII - UN 38.3 - Transportation Testing for Lithium Batteries and Cells; e
  - VIII - Serão aceitas certificações similares, desde que comprovado que se trata de norma equivalente ou mais restritiva.
  - IX - Deverá ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua portuguesa, sob pena de desclassificação
- 4.52. **Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS):**
- 4.52.1. O BESS consiste na composição de módulo de potência (PCS/Inversor) e módulo de armazenamento (Baterias) podendo estar dentro de uma única proteção mecânica contra intempéries (contêiner/gabinete) ou separadamente (contêiner/gabinete).
- 4.52.2. Este sistema terá **no mínimo** as seguintes funcionalidades:
- I - Prestação de serviço de loadshifting (deslocamento do consumo do horário ponta para o horário fora-ponta), ou seja, planeja-se armazenar energia no horário fora de ponta, quando está mais barata, e consumir no horário de ponta, quando está mais cara;
  - II - Prestação de serviço de peak shaving (estratégia para evitar multas de ultrapassagem de demanda ou complementar aumento de consumo de energia); e
  - III - backup em casos de falta de energia.
- 4.52.3. Este sistema será acoplado em paralelo à rede elétrica. Na prática isso significa que o sistema pode suprir a carga tanto integralmente, quanto parcialmente e em casos de pico esporádicos, ou mesmo uma elevação de consumo, a necessidade adicional poderá ser complementada pela rede elétrica.
- 4.52.4. O sistema BESS deverá possuir garantia mínima de 5 anos do fabricante. Deve ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua Portuguesa.
- 4.52.5. A CONTRATADA deverá avaliar e disponibilizar, caso o CONTRATANTE opte, por um sistema de rampa de entrada e saída do BESS de forma a evitar impactos indesejados na rede de Distribuição.
- 4.52.6. O sistema operará de forma automática em modo loadshifting, em paralelo com a distribuidora, no período de 3 horas (18h a 21h).
- 4.52.7. O sistema sempre deverá carregar no horário fora de ponta, assegurando que em nenhum momento irá ocasionar uma ultrapassagem da demanda contratada. Adicionalmente, poderá ser solicitada a recarga em horários específicos, principalmente na madrugada, conforme orientações da Distribuidora.
- 4.52.8. Supervisão do sistema: A operação e monitoramento deverão acontecer por interface disponibilizada pela CONTRATADA.
- 4.52.9. O Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias - BESS deverá ser do tipo outdoor, fornecido e instalado em container ou gabinete apropriado para esse tipo de armazenamento e deve atender ao grau de proteção IP54.
- 4.52.10. A CONTRATADA deverá providenciar todo e qualquer material necessário para interconexão elétrica e de comunicação. A passagem de todos os cabos de interconexão deverá ser de forma subterrânea em eletroduto PEAD corrugado reforçado, instalados em cama de areia a profundidade de sessenta centímetros. Este procedimento poderá ser alterado desde que acordado com a CONTRATANTE caso haja solução melhor.
- 4.52.11. Obras de adequação civil das instalações: A CONTRATADA deverá providenciar as adequações necessárias para a perfeita alocação e implementação do BESS no local acordado com a CONTRATANTE.
- 4.52.12. Deve conter um Sistema de Gerenciamento de Baterias, do inglês, **Battery Management System - BMS**. Esse sistema deve ser capaz de realizar funções de detecção de alta precisão e relatórios de sinais analógicos, alarmes de falha, proteção de bateria por combinação de dispositivos de troca, configurações de parâmetros e interação de informações com outros equipamentos e sistemas. Parâmetros mínimos de monitoramento e acionamento em caso de valores fora do especificado:
- I - Tensão máxima de célula;
  - II - Tensão mínima de célula;
  - III - Desbalanceamento máximo entre células;
  - IV - Corrente máxima e mínima;

- V - Temperatura máxima;
- VI - Temperatura mínima;
- VII - State of Health (SOH);
- VIII - State of Charge (SOC).

4.52.13. Deve conter um Sistema de Monitoramento de Baterias. Esse sistema de monitoramento de armazenamento de energia deve desempenhar principalmente as funções de coleta e direcionamento de dados e deve ser composto por mínimo duas partes: coleta de dados e monitoramento de vídeo. Deve ser composto por gateway de configuração, switch, host de monitoramento, gateway Modbus, módulo de sinal remoto, gravador de vídeo e acessórios de comunicação relacionados.

4.52.14. Deve conter um Sistema de Conversão de Potência, do inglês, Power Conversion System - PCS. Esse sistema deve possuir conversor de energia bidirecional e ser capaz de realizar a recarga das baterias e pode descarregá-las para a rede elétrica, de acordo com a potência programada na configuração. O PCS deve possuir interface de comunicação Modbus TCP/IP para interagir com o EMS.

4.52.14.1. Os Conversores bidirecionais deverão, no mínimo:

- I - Apresentar garantia mínima de 10 anos;
- II - Possuir tensão de saída compatível com a tensão da rede local e frequência de 60hz (Poderá ser frequência diferente desde que atenda aos níveis (kwh mínimo) de cada Lote e autorizado pela CONTRATANTE);
- III - Potência nominal mínima de 100kW (Poderá ser potência diferente desde que atenda aos níveis (kwh mínimo) de cada Lote e autorizado pela CONTRATANTE);
- IV - As seguintes proteções: Proteção de subtensão (ANSI 27); Proteção de sobretensão (ANSI 59); Proteção de subfrequência (ANSI 81U); Proteção de sobrefrequência (ANSI 81); Proteção contra desequilíbrio de corrente entre fases (ANSI 46); Proteção contra reversão e desequilíbrio de tensão (ANSI 47); Proteção contra anti-ilhamento; Sub e sobrefrequência; Verificação de sincronismo (ANSI 25); e Função de espera de tempo de reconexão (ANSI 62);
- V - Apresentar comprovação de conformidade às seguintes normas, podendo ser certificação internacional ou relatórios de ensaios acrescidos de documento de autodeclaração, assinado pelo representante legal do fornecedor:

Devem atender aos limites aplicáveis de emissão de perturbação de radiofrequência, prescritos em qualquer das seguintes normas: CISPR 11, IEC 61000-6-4 ou similares; e

IEC 62477-2 - Safety requirements for power electronic converter systems and equipment - Part 2: Power electronic converters from 1 000 V AC or 1 500 V DC up to 36 kV AC or 54 kV DC.

4.52.15. Deve conter um Sistema de Gerenciamento de Energia, do inglês, Energy Management System - EMS. Esse sistema é necessário para controlar e garantir a correta operação de todos os componentes instalados no container operando dentro dos parâmetros especificados e conseguindo otimizar os recursos disponíveis. O EMS é responsável por coletar todas as informações pertinentes as baterias, PCS, sistema de combate a incêndio e HVAC, através de comunicação serial Modbus/RTU e/ou Modbus TCP/IP, além de suportar a lógica de controle para operação do BESS.

4.52.15.1. O EMS deverá garantir a possibilidade de inclusão de rampa de entrada e saída a critério da CONTRATANTE.

4.52.15.2. O EMS deverá garantir a operação:

- I - De forma local e autônoma, independente da conexão com a internet, oferecendo hardware específico no qual o operador poderá monitorar e operar o sistema; e
- II - De forma remota, desde que haja conexão com a internet.

4.52.15.3. O EMS deve possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- I - Modo loadshifting com programação de horários e dias da semana;
- II - Modo de carregamento com programação de horários e dias da semana e possibilidade de escolha da potência ativa, com critério de não ultrapassagem de demanda contratada;
- III - Despachos manuais para carregamento e descarregamento;
- IV - Monitoramento das principais grandezas e parâmetros de segurança do BESS: Potência instantânea no ponto de medição da concessionária; Potência instantânea despachada ou absorvida pelo sistema; Tensão CA e CC no PCS; Frequência da rede elétrica; Tensões máxima e mínima das células no banco de baterias; SOC e SOH das baterias; Temperatura máxima e mínima no banco de baterias; e Alertas em caso de acionamento de flags de segurança e/ou proteções dos equipamentos.

4.52.16. Deve conter um Sistema de Climatização constituído por um AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado ou, em inglês, HVAC (Heating, ventilation, and air conditioning). Esse sistema controla a temperatura e umidade do container.

4.52.17. Deve conter um Sistema de Segurança Contra Incêndio em conformidade com a NFPA855, 69, 15 e 68 sendo composto por sensores de fumaça e de temperatura, atuadores, cilindro de gás e controlador inteligente que gerencia a operação dentro dos limites de temperatura pré-estabelecidos.

4.52.18. Todas os sistemas citados devem ser integrados em um sistema do tipo SCADA, nativo do fabricante, para que haja o correto monitoramento e controle a fim de garantir as condições ideais de operação das baterias e total segurança dos dispositivos no container.

4.52.19. Toda e qualquer especificação que não esteja diretamente listada neste tópico, a CONTRATADA deverá seguir, no mínimo, as especificações constantes neste Termo de Referência (Cabos, tubos, instrumentos, máquinas e outros).

4.52.20. Deverá ser apresentado catálogo, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima em língua portuguesa, sob pena de desclassificação”

#### 4.53. Instrumentos, Máquinas e Ferramentas:

4.53.1. Todos os instrumentos de medição, máquinas e ferramentas necessários para a boa execução dos serviços de instalação dos sistemas fotovoltaicos deverão ser fornecidos pelas CONTRATADAS.

#### 4.54. Sistemas de Monitoramento – via web e dispositivo móvel:

4.54.1. Sistema de monitoramento tipo SCADA com equipamentos que possuam comunicação via Modbus RTU (RS485) para comunicação com inversores, bancos de baterias, multimedidores, comunicação externa com a internet via Wireless ou Ethernet para acesso remoto via APP ou WEB

4.54.2. O sistema de monitoramento deverá coletar e monitorar todos os dados do sistema fotovoltaico, possibilitando análise em tempo real da performance de geração de energia e indicação de possíveis falhas.

4.54.3. Ficará a cargo das CONTRATADAS o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para conexão do sistema de monitoramento à rede local da CONTRATANTE, assim como seus ajustes dos parâmetros e configurações necessárias.

### INSTALAÇÃO DO SISTEMA

4.55. O início da instalação só será autorizado após a aprovação do projeto executivo feito pelas CONTRATADAS junto à distribuidora de energia.

4.56. Deverão ser instalados todos os materiais e equipamentos especificados de acordo com projeto encaminhado e aprovado pela distribuidora.

4.57. Deverá restar pendente apenas a substituição do medidor de energia por parte da distribuidora, ficando a cargo das CONTRATADAS todos os demais serviços necessários para a instalação, ao bom funcionamento e monitoramento do sistema fotovoltaico instalado.

4.58. Deverão ser atendidas todas as normas ABNT, normas técnicas da distribuidora e resoluções da ANEEL.

4.59. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à instalação do sistema de geração fotovoltaica assim como para o projeto.

## COMISSONAMENTO DO SISTEMA

- 4.60. O comissionamento será realizado pelas CONTRATADAS para verificar se os sistemas (sistema fotovoltaico on-grid e/ou Híbrido e sistema BESS) foram corretamente instalados, se atendem às especificações de projeto e às normas cabíveis e estão aptos para funcionar com segurança, conectados à rede da Concessionária.
- 4.61. As inspeções e testes operacionais deverão ser realizadas com instrumentos apropriados logo após as instalações e antes que este seja colocado em operação.
- 4.62. Tais procedimentos serão acompanhados pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 4.63. Deverá ser elaborado documento que informe os procedimentos a serem adotados no comissionamento de acordo com as recomendações dos fabricantes e com as normas cabíveis, antes do início do comissionamento em si.
- 4.64. Devem ser observados, no mínimo, os seguintes pontos durante o comissionamento:
- 4.64.1. Inspeção visual e termográfica;
  - 4.64.2. Documentação completa do sistema;
  - 4.64.3. Testes operacionais (equipamentos, quadros, conexões, circuitos, proteção, aterramento, etc.) verificando as grandezas elétricas e execução de inspeção termográfica nos painéis fotovoltaicos, cabeamento elétrico e conexões e verificação de quantidades e especificações dos equipamentos instalados;
  - 4.64.4. Inspeção nas estruturas metálicas;
  - 4.64.5. Testes de funcionamento do sistema de monitoramento remoto;
  - 4.64.6. Verificar os parâmetros ajustados no sistema e redefinir se for necessário.
- 4.65. Após conclusão do comissionamento deverá ser entregue relatório com as seguintes informações:
- 4.65.1. Período de comissionamento e data do relatório;
  - 4.65.2. Participantes e suas assinaturas;
  - 4.65.3. Todos os procedimentos, fotos e resultados;
  - 4.65.4. Lista de problemas encontrados e procedimentos realizados para saná-los;
  - 4.65.5. Lista de pendências e prazo para regularização;
  - 4.65.6. Possibilidade de problemas futuros detectados durante a inspeção;
  - 4.65.7. Informações úteis para o bom funcionamento do sistema.
  - 4.65.8. A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar às CONTRATADAS testes adicionais para constatar o perfeito funcionamento e rendimento esperado do sistema instalado.
  - 4.65.9. Deve ser feito teste Pull-out das estruturas Carport Solar em 1% das instalações.

## PROJETO AS BUILT

- 4.66. O projeto executivo poderá sofrer algumas alterações durante a instalação do sistema, tornando assim necessária a elaboração de projeto as built, o qual será exigido para Recebimento Definitivo do objeto;
- 4.67. Nele as CONTRATADAS deverão informar as estimativas da taxa de desempenho do sistema (PR – Performance Ratio) do sistema, bem como a estimativa de produção anual de energia;
- 4.68. Deve conter todas as informações atualizadas após a instalação. O as built deve ser feito utilizando das informações e registros de forma contínua durante todo o procedimento de instalação, para resultar na representação mais próxima do efetivamente executado. Deve conter plantas, cortes mostrando os sistemas e circuitos assim como o aterramento e proteção.

## TERMOS DE GARANTIA

- 4.69. As CONTRATADAS deverão apresentar os certificados de garantia de fábrica para os equipamentos do sistema de geração (incluindo o sistema de monitoramento, controle e medição);
- 4.70. As CONTRATADAS deverão apresentar os certificados de garantia de fábrica para os equipamentos do sistema BESS (incluindo o sistema de monitoramento, controle e medição);
- 4.71. Durante a fase de garantia, as CONTRATADAS, em caso de falhas dos equipamentos, deverão providenciar o processo de reposição dos mesmos junto aos fabricantes;
- 4.72. As CONTRATADAS deverão garantir o sistema contra erros de projeto, de instalação, de escolha de materiais ou equipamentos, incompatibilidade de funcionamento entre equipamentos, erro na coordenação da proteção, inconsistência da especificação e requisitos de projeto, dentre outros;
- 4.73. No período de garantia da instalação, será responsabilidade das CONTRATADAS a correção de qualquer problema que não tenha sido detectado no comissionamento, mas que seja provocado por erro de projeto ou de instalação;
- 4.74. A garantia de desempenho do sistema deverá incluir:
- 4.74.1. Capacidade de geração fotovoltaica no momento de comissionamento;
  - 4.74.2. Funcionamento pleno do sistema de monitoramento;
  - 4.74.3. Disponibilidade mínima de funcionamento durante o período de garantia;
  - 4.74.4. Taxa de desempenho do sistema (PR – Performance Ratio) durante o período de garantia.
- 4.75. Os prazos de atendimento da garantia serão os seguintes:
- 4.75.1. Prazo para iniciar o atendimento no local da instalação: 5 dias úteis.
  - 4.75.2. Prazos para concluir o atendimento:
    - I - Se a solução envolver a substituição de módulos fotovoltaicos, o prazo será de 10 dias úteis;
    - II - Se a solução envolver o conserto ou a substituição de inversores, o prazo será de 20 dias úteis;
    - III - Se a solução envolver a substituição de cabos expostos ao tempo, o prazo será de 5 dias úteis;
    - IV - Se a solução envolver a substituição de outros componentes eletrônicos do sistema, o prazo será de 5 dias úteis;
    - V - Se a solução estiver relacionada à instalação do sistema e aos serviços de engenharia, o prazo será de 3 dias úteis;
- 4.76. A CONTRATADA deverá fornecer um número de telefone e um endereço de email para abertura de chamados.
- 4.77. Após a abertura do chamado, um e-mail com o número do protocolo, um resumo da descrição, data e hora da abertura do chamado deverá ser enviado para a CONTRATANTE.
- 4.78. Após a conclusão dos serviços de manutenção e suporte técnico, a CONTRATADA deverá fornecer um relatório contendo: a identificação do chamado com um número de protocolo único para cada ocorrência, data e hora de abertura e conclusão do chamado, status do atendimento, identificação do erro/defeito, técnico responsável e outras informações relevantes;
- 4.79. A CONTRATADA deve garantir todos os equipamentos e instalações, incluindo a mão de obra, conforme descrito nos itens anteriores.

## OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E MANUTENÇÃO CORRETIVA

### 4.80. Operação dos Sistemas:

#### 4.80.1. Sistema fotovoltaico consiste em:

- 4.80.1.1. Monitoramento da geração de energia e posterior injeção do excedente na rede de distribuição de energia da concessionária local;
- 4.80.1.2. Verificação dos créditos fotovoltaicos existentes e sua gestão para utilização futura e dentro de seu prazo de validade de 60 meses conforme legislação vigente.

#### 4.80.2. Sistema BESS:

- 4.80.2.1. Durante o período do contrato, a CONTRATADA deve ser responsável por todas as atividades de operação e manutenção do conjunto, incluindo custos relativos às viagens de seu pessoal e troca/reparo de equipamentos, componentes e instalações.
- 4.80.2.2. Após a instalação a CONTRATADA deverá, em comum acordo com a CONTRATANTE, realizar visitas técnicas semestrais com acompanhamento de técnicos de ambas no prazo do contrato contados a partir da data de início da operação do sistema de baterias.
- 4.80.2.3. Nas visitas técnicas devem ser realizadas atividades rotineiras de manutenção (corretiva e/ou preventiva), testes operacionais, atualização dos procedimentos de operação e manutenção e coleta de informações relevantes.
- 4.80.2.4. A CONTRATADA deve elaborar relatórios consolidando as atividades realizadas, as informações apuradas e os eventos constatados em cada uma das visitas técnicas.

### 4.81. Manutenção Preventiva do Sistema fotovoltaico e do BESS consiste em:

- 4.81.1. Execução de verificações periódicas nas instalações;
- 4.81.2. Esta manutenção inclui reparos elétricos em peças, conectores, infraestrutura elétrica, reaperto, conexões, bases metálicas, entre outros com a periodicidade a ser estabelecida em comum acordo com o Contratante;
- 4.81.3. Lavagem dos módulos fotovoltaicos com a periodicidade a ser estabelecida em comum acordo com o Contratante.
- 4.81.4. Sistema BESS:
  - 4.81.4.1. As atividades de diagnóstico de problemas devem ocorrer diariamente, sob responsabilidade da CONTRATADA, durante o período de O&M assistido, de modo a identificar eventuais problemas que possam prejudicar o desempenho do sistema e equacioná-los no prazo máximo de 15 dias úteis. O acompanhamento pode ser remoto;
  - 4.81.4.2. Ao longo do período de O&M assistido, a CONTRATADA deve elaborar relatórios mensais consolidando as informações apuradas e avaliando a experiência adquirida, bem como as eventuais melhorias a serem implementadas nos procedimentos de operação e manutenção, ressaltando os benefícios para a gestão do sistema de armazenamento. O último relatório deve englobar todo o período de O&M assistido.

### 4.82. Manutenção Corretiva do Sistema fotovoltaico e do BESS consiste em:

- 4.82.1. Execução de todos os serviços necessários para manter o funcionamento do Sistema fotovoltaico e do BESS com o fornecimento de todas as peças, materiais e equipamentos a serem substituídos pela CONTRATADA;
- 4.82.2. A CONTRATADA deverá contratar um seguro para furtos, roubos e intempéries o qual deve cobrir, mas não se limita a:
  - 4.82.2.1. Cobertura de danos por Intempéries:
    - I - Proteção contra danos físicos causados por granizo, incluindo fraturas e quebras dos painéis solares;
    - II - Cobertura para danos causados por ventos fortes, como desencaixe dos painéis, quebra de suportes e deslocamento de estrutura;
    - III - Proteção contra danos por água resultantes de inundações, incluindo danos aos componentes elétricos, inversores e banco de baterias;
    - IV - Cobertura contra danos causados por raios, incluindo proteção contra surtos elétricos e incêndios resultantes;
    - V - Proteção contra danos causados por incêndios florestais que podem afetar a infraestrutura do sistema fotovoltaico.
  - 4.82.2.2. Cobertura de Furtos e Roubos:
    - I - Cobertura para o furto de componentes do sistema, incluindo painéis solares, inversores, baterias e cabos;
    - II - Cobertura para danos causados durante uma tentativa de roubo, como arrombamentos, destruição de suportes e danos a componentes adjacentes.
  - 4.82.2.3. Cobertura de Responsabilidade Civil:
    - I - Danos a Terceiros: Proteção contra reivindicações de terceiros por danos causados pelo sistema fotovoltaico em decorrência de eventos climáticos ou furtos, como queda de painéis ou componentes.
  - 4.82.2.4. Cobertura de Manutenção e Reparos:
    - I - Proteção contra danos elétricos;
    - II - Proteção contra dano acidental de causa externa;
    - III - Nessa cobertura, a apólice de seguro deve cobrir todos custos de reparação e substituição de componentes danificados, incluindo painéis solares, inversores, bateria e outros itens necessários para o perfeito funcionamento da usina e do BESS.
- 4.82.3. A CONTRATADA deverá apresentar um plano de manutenção corretiva contendo todas as peças, materiais e equipamentos abarcados nesta manutenção para aprovação da CONTRATANTE.
- 4.82.4. Os itens, peças, materiais e equipamentos que não fizerem parte do plano de manutenção corretiva, deverão fazer parte do seguro contratado tendo em vista a não interrupção do sistema de geração energia solar e do BESS.

4.83. Os trabalhos devem ser realizados de acordo com as normas de Segurança no Trabalho nacionais, e caso estas não se adequem as atividades a serem realizadas, deverão ser adotadas normas internacionais.

4.84. Por se tratar de atividades de operação e manutenção elétrica na maioria do tempo, deverá ser adotada a respectiva NR (Norma Regulamentadora de Segurança no Trabalho) de Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade.

4.85. Deverão ser instaladas placas de advertência em locais que ofereçam risco aos trabalhos de operação e manutenção e a eventuais visitantes e invasores no local. Portanto, devem ser seguidas as normas que afetam essa matéria.

4.86. O CONTRATADO deverá fornecer todos os EPI's – Equipamentos de Proteção Individual, EPC's – Equipamentos de Proteção Coletiva e, ferramentas de acordo com as NR's acima mencionadas para trabalhos em eletricidade, em alturas e em equipamentos energizados.

4.87. Os serviços de operação e manutenção que afetam a geração, ou seja, as atividades que necessitam corte (total ou parcial) do sistema devem ser executados em turno de trabalho a ser estabelecida em comum acordo com o Contratante.

4.88. Os serviços de operação e manutenção que não afetam a geração, ou seja, as atividades que não necessitam corte de geração durante o período de incidência solar, devem ser executadas em turno de trabalho diurno.

4.89. O CONTRATADO também será responsável por manter a limpeza e a integridade das instalações da usina fotovoltaica, não se limitando a limpeza dos equipamentos (principalmente módulos fotovoltaicos) e demais equipamentos, como também dos ambientes onde os serviços foram executados ou que foram direta ou indiretamente influenciado por eles. Os resíduos vegetais e demais resíduos produzidos e posteriormente removidos das usinas, são de responsabilidade da CONTRATANTE e deverão ser encaminhados para locais considerados de destinação final adequada de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.90. Além do já citado, os serviços de **manutenção preventiva** devem conter, no mínimo, as seguintes ações a serem realizadas:

- 4.90.1. Limpeza de todos os módulos fotovoltaicos, inversores e respectivas estruturas trimestralmente;
- 4.90.2. Manutenção da edificação de controle a ser realizada mensalmente ou sempre que necessário com no mínimo:



- I - Limpeza do ambiente;
  - II - Limpeza e manutenção do sistema de climatização;
  - III - Verificação dos demais sistemas de controle, segurança e monitoramento do Sistema;
  - IV - Testes de continuidade da malha de aterramento a ser realizado semestralmente.
- 4.90.3. Testes de comissionamento (CATEGORIA II – Termografia e Curva I-V) na planta solar fotovoltaica a serem realizados semestralmente;
- 4.90.4. Relatórios de geração mensal da planta solar fotovoltaica;
- 4.90.5. Inspeção visual da usina, verificando conexões elétricas entre módulos, string boxes, quadros de distribuição, além das estruturas metálicas e pontos de fixação dos módulos a ser realizado trimestralmente;
- 4.90.6. Análise termográfica de módulos, conexões elétricas e equipamentos a ser realizado trimestralmente;
- 4.90.7. Limpeza e inspeção termográfica das estações de transformação e seccionamento trimestralmente;
- 4.90.8. Verificação da comunicação e atualização dos softwares e firmwares dos equipamentos como inversores e sistema supervisor sempre que uma versão atualizada estiver disponível.
- 4.91. A ideia de pleno funcionamento do sistema deve ser entendida como todo o conjunto necessário para que os sistemas (sistema fotovoltaico on-grid e/ou Híbrido e sistema BESS) operem dentro das características técnicas descritas neste Termo de Referência.

MANUAL DE OPERAÇÃO

- 4.92. Até 60 (sessenta) dias corridos antes do término do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer o Manual de Operação e Manutenção do sistema.
- 4.93. O Manual de Operação e Manutenção do sistema deve conter todas as informações necessárias para possibilitar que o CONTRATANTE opere e mantenha os sistemas fotovoltaicos e o BESS numa melhor eficiência de funcionamento.
- 4.94. Devem ser apresentados, no mínimo, os seguintes itens:
- 4.94.1. descrição da estrutura dos sistemas fotovoltaicos;
  - 4.94.2. Plano Anual de Manutenção Preventiva;
  - 4.94.3. procedimentos de manutenção preventiva dos principais componentes (inversores, painéis, DPS, cabos, terminais, disjuntores, apertos de parafusos, fusíveis e conectores);
  - 4.94.4. documentação técnica do sistema BESS com a descrição dos principais componentes e manuais de operação e manutenção, todos em português brasileiro, bem como: Manuais e catálogos técnicos dos equipamentos principais (baterias, BMS, PCS e EMS); Manuais de operação e manutenção do sistema; Plantas e diagramas elétricos detalhados do sistema plotados em formato compatível com a planta;
  - 4.94.5. diagnose de erros e solução de problemas das partes principais;
  - 4.94.6. informações sobre substituição de todas principais partes mecânicas e elétricas, inclusive cabos e conectores;
  - 4.94.7. monitoramento do desempenho geral dos parâmetros importantes do sistema;
  - 4.94.8. detecção de faltas;
  - 4.94.9. procedimentos de limpeza dos módulos, de acordo com as orientações do fabricante;
  - 4.94.10. operação do sistema de monitoramento e gerenciamento.
- 4.95. Deve ser elaborado levando em consideração os manuais e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, tanto na definição das rotinas de manutenção quanto na periodicidade dessas atividades.
- 4.96. O Plano periódico de Manutenção Preventiva dos sistemas, em formato de tabela, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 4.96.1. equipamento objeto da inspeção/intervenção;
  - 4.96.2. atividade de manutenção a ser realizada;
  - 4.96.3. periodicidade;
  - 4.96.4. campo dedicado aos comentários acerca da atividade de manutenção realizada durante certo tempo de acordo com a periodicidade definida para essa atividade.

ESTIMATIVA DE GERAÇÃO ANUAL

- 4.97. A estimativa de geração média de energia elétrica anual de cada Unidade está descrita a seguir:

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	TOTAIS POR LOTE
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	8.578,51	22.564,19
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	13.985,68	
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	788,87	3.955,72
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	3.166,85	
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	968,70	4.433,36
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	3.464,66	
TOTAL					30.953,27

NORMAS TÉCNICAS A SEREM ATENDIDAS (NÃO SE LIMITA A ESTE TÓPICO)

- 4.98. Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, seção 3.7 do módulo 3.
- 4.99. Resolução Normativa ANEEL Nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023.
- 4.100. Leis, Decretos e Resoluções do Sistema CONFEA/CREA.
- 4.101. Normas da Distribuidora NEOENERGIA ou CEB.
- 4.102. Normas Brasileiras ABNT NBR 5410, 5419, 16149, 10899, 16274, 16150, IEC 62116.
- 4.103. Norma Internacional IEC 61215.
- 4.104. NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade.

- 4.105. NR 35 – Trabalho em Altura.
- 4.106. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

## **TREINAMENTO OPERACIONAL**

- 4.107. Ao final de cada instalação deverá ser feito pelas CONTRATADAS treinamento com servidores designados pela CONTRATANTE com o intuito de capacitar para operar cada sistema (sistema fotovoltaico on-grid e/ou Híbrido e sistema BESS) e acompanhar o seu funcionamento através do aplicativo.
- 4.108. O treinamento operacional será executado no local da instalação pelos responsáveis técnicos das CONTRATADAS.
- 4.109. O propósito do treinamento é habilitar os técnicos da CONTRATANTE para as atividades de operação, gestão e monitoramento dos sistemas, seguindo as seguintes especificações:
- 4.110. A duração do treinamento será de 8 (oito) horas;
- 4.111. O conteúdo programático do treinamento deve ser aprovado antecipadamente pela CONTRATANTE e deve estar alinhado com os equipamentos instalados e o projeto desenvolvido;
- 4.112. A turma terá um limite de até 6 (doze) participantes, selecionados pela CONTRATANTE;
- 4.113. Será fornecido um certificado de participação no treinamento para os participantes.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento.
- 5.2. Os equipamentos e os procedimentos de instalação devem estar de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e demais normas correlatas.
- 5.3. A Contratada deverá dispor de equipe suficiente para atender aos requisitos do Instrumento Convocatório, em especial quanto aos padrões de qualidade, respeitando a Legislação Vigente e cumprindo os prazos estabelecidos neste Instrumento.
- 5.4. Comprovação de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme art. 59º da Lei nº 5.194/66; art. 3º da Resolução CONFEA nº 1.121/2019; art. 9º da Resolução CONFEA nº 218/73 e Acórdão TJDFT 333.184.
- 5.5. O vínculo do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela empresa vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF), por meio de apresentação de contrato social, no caso de sócio ou diretor da empresa, publicação na imprensa relativa a eleição de diretoria, quando se tratar de sociedade anônima, contrato de trabalho em CTPS, quando se tratar de empregado, ou contrato civil de prestação de serviço, quando se tratar de profissional autônomo, firmado entre a proponente e o respectivo profissional, ou por qualquer outro meio legalmente admitido.
- 5.6. Indicação de instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto, nos termos do art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21, constando da declaração de concordância do(s) profissional(is) que se responsabilizará(ão) pela execução do objeto, devendo constar, necessariamente, do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacitação técnico-profissional.
- 5.7. A empresa Contratada deverá ter disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, bem como pessoal técnico especializado com registro no conselho de classe profissional equivalente ao profissional indicado pela empresa, para o cumprimento do objeto da licitação, utilizando mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente da aplicação de Normas Técnicas Gerais exigidas pelo conselho de classe profissional, Normas Técnicas da ABNT e legislação vigente, para a execução correspondentes a cada serviço descrito neste Instrumento.
- 5.8. Para execução dos projetos executivos, a empresa Contratada deverá apresentar certidão de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), nos quais deverão constar os nomes dos profissionais que responderão como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução nº. 425/98 do CONFEA, artigo 4º, Parágrafo único, ou Resolução nº17/2012 do CAU/BR, artigo 1º.
- 5.9. A empresa vencedora deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 5.10. Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/21 na forma do modelo fornecido;
- 5.11. Declarar sob as penas da lei, a superveniência de fatos impeditivos para a habilitação no certame (exigida somente quando houver), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do modelo fornecido.

### **Referências Normativas**

- 5.12. A execução, matéria-prima, qualidade, fabricação, ensaios, inspeção, embalagem e transporte dos equipamentos e demais componentes a serem fornecidos e instalados devem satisfazer às exigências deste instrumento bem como às seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em suas últimas revisões e demais normas correlacionadas:

#### **5.12.1. Normas da ABNT e do INMETRO:**

- I - NBR 5410 - Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Procedimento;
- II - NBR 9513 - Emendas para Cabos de Potência Isolados para Tensões até 750 V;
- III - NBR 10151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas;
- IV - NBR 10152 - Níveis de Ruído para conforto acústico;
- V - NBR 14039 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 kV a 36,2 kV
- VI - NBR 15575 – Norma de Desempenho de Edificações;
- VII - NBR 15920 – Dimensionamento Econômico e Ambiental de Condutores Elétricos;
- VIII - NBR 16149 – Sistemas fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição;
- IX - NBR 62116 – Procedimento de ensaio anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica;
- X - NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- XI - NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- XII - NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- XIII - NR-35 – Trabalho em Altura.

#### **5.12.2. Normas e Códigos Estrangeiros:**

- I - NEC - National Electrical Code;
- II - ANSI - American National Standard Institute;
- III - IEEE - Institute of Electrical and Electronics Engineers;
- IV - NFPA - National Fire Protection Association;
- V - NEMA - National Electrical Manufacture's Association;
- VI - IEC - International Electrotechnical Commission;
- VII - ISO - International Standard Organization.

- 5.12.3. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- 5.12.4. As normas mencionadas não excluem outras reconhecidas que assegurem qualidade igual ou superior ao determinado por elas, desde que o proponente cite em sua proposta as partes ou normas aplicáveis.
- 5.12.5. Caso julgue necessário, a SES/DF poderá exigir dos proponentes o fornecimento de cópias das normas adotadas por este.

#### **Sustentabilidade**

- 5.13. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 5.14. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR 10152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 5.15. Na concepção dos projetos e especificações em geral devem ser considerados os seguintes requisitos:
- 5.15.1. Utilização de andaimes, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- 5.15.2. Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.
- 5.16. No fornecimento e na instalação dos equipamentos adotar-se-ão as seguintes soluções:
- 5.16.1. Uso de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e policloreto de vinila – PVC;
- 5.16.2. Utilização da Norma ABNT NBR 15920 como referência para otimização econômica das seções dos cabos elétricos com base em perdas por efeito joule; e
- 5.16.3. Demais soluções que conciliem critérios de segurança e práticas sustentáveis.
- 5.17. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 5.18. Para atendimento aos termos da Lei Distrital nº 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:
- 5.19. Por declaração, onde o licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770, de 2012; ou
- 5.20. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos públicos de qualquer ente da federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou
- 5.21. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.
- 5.22. No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, poderá ser designada uma comissão de avaliadores que, juntamente com o agente de contratação, poderá inspecionar/visitar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.
- 5.23. Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

#### **Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)**

- 5.24. Não se aplica.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)**

- 5.25. Não se aplica.

#### **Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)**

- 5.26. Não haverá exigência desta carta neste momento.

#### **Participação de consórcio, de cooperativa e da subcontratação**

- 5.27. É vedado o consórcio do objeto contratual tendo em vista a necessidade de garantir maior eficiência, responsabilidade e segurança na execução do contrato.
- 5.28. Por se tratar de um objeto altamente específico e por demandar expertise técnica particular, a vedação de consórcios assegura que apenas empresas plenamente capacitadas participem, evitando a diluição da responsabilidade técnica e facilitando a gestão contratual.
- 5.29. Além disso, essa proibição simplifica a administração do contrato, ao evitar a complexidade de coordenar múltiplas entidades com práticas distintas, o que pode resultar em conflitos e atrasos. Essa medida também protege o interesse público, especialmente em situações que envolvem Unidades de Saúde Pública ou outros fatores sensíveis, garantindo que o objeto seja executado de forma integral e direta por uma única empresa, alinhando a concorrência aos melhores interesses da administração pública.
- 5.30. Pelo mesmo fato, não há motivos para se admitir a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.
- 5.31. A participação de cooperativas não será permitida tendo em vista o previsto na letra "a" do inciso I do art. 9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o qual veda o agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, *"admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas."*
- 5.31.1. Primeiramente, o inciso I, alínea "a", do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021 visa proteger o caráter competitivo do processo licitatório, evitando práticas que possam resultar em favorecimento ou diminuição da igualdade de condições entre os licitantes. Neste contexto, cooperativas, ao possuírem estrutura societária e regime de funcionamento distintos das empresas convencionais, poderiam gozar de condições particulares de contratação e remuneração de pessoal que, na prática, alteram o equilíbrio de concorrência esperado para este certame.
- 5.31.2. A natureza do fornecimento e instalação dos sistemas de eficiência energética e de instalação de centrais de captação direta (Carport Solar) também reforça a necessidade de experiência técnica específica e capacidade organizacional robusta. Frequentemente, tais serviços demandam investimento inicial considerável e capacitação técnica especializada, o que nem sempre é característico das cooperativas, cuja composição é, por definição, de prestação de serviços por seus próprios cooperados. A contratação de uma cooperativa poderia implicar em eventual substituição ou rotatividade de pessoal entre cooperados, o que comprometeria a continuidade, a qualidade e a responsabilidade técnica necessárias para a operação dos sistemas instalados nas Unidades de Saúde.
- 5.31.3. Além disso, a participação de cooperativas nesse processo poderia gerar questionamentos quanto à fiscalização e garantia de responsabilidade técnica perante eventuais falhas ou inadimplementos, considerando que, nas cooperativas, os cooperados não possuem relação de subordinação típica com a entidade, o que torna mais difícil a imposição de penalidades e controle de desempenho em conformidade com o contrato.
- 5.31.4. Desta forma, visando manter a objetividade do processo licitatório e assegurar que todos os concorrentes estejam em condições equivalentes de oferecer proposta com a mesma exigência de qualidade e responsabilidade técnica, a vedação à participação de cooperativas encontra fundamento adicional, além da previsão legal mencionada, na natureza técnica e de especialidade do objeto a ser contratado.

#### **Tratamento diferenciado para ME/EPP**

- 5.32. Quanto a essa previsão de benefício prevista na Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos **que tal proveito não se aplica à contratação almejada,**

tendo em vista que a logística implícita a ser empregada pressupõe necessidade de pessoa jurídica com capacidade robusta de insumos para sua execução, em especial no que diz respeito à logística dos recursos a serem empregados.

5.33. Não se aplicam as disposições previstas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme previsto no art. 4º, II, da Lei nº 14.133/21.

#### **Garantia da contratação**

5.34. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 2 (dois)% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

5.35. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.36. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao exposto no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

5.37. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Da vistoria**

5.38. As empresas interessadas poderão fazer um reconhecimento nos locais antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços.

5.39. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.40. A licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Termo de Declaração de Vistoria – conforme modelo do **ANEXO II**, ou declaração de que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação aos locais e objeto da licitação, conforme modelo de Declaração de Abstenção de Vistoria – **ANEXO III**.

5.41. As empresas interessadas em vistoriar os locais de execução dos serviços objeto desse certame deverão entrar em contato pelo telefone (61) 3449-4256, no horário das 09h às 17h ou pelo e-mail: [sinfra@saude.df.gov.br](mailto:sinfra@saude.df.gov.br), [dea@saude.df.gov.br](mailto:dea@saude.df.gov.br).

5.42. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. O prazo global para execução de todo o objeto contratado é de até 30 (trinta) meses, contados do(a) da emissão da ordem de serviço, conforme etapas apresentadas no cronograma de execução (ANEXO VIII - Cronograma Padrão de Execução).

6.1.2. Após a ordem de serviço, a empresa deverá apresentar um cronograma macro, descrevendo os principais marcos da implantação do projeto, trazendo as atividades, data estimada de início e tempo estimado de cada uma das atividades, demonstrando, de forma clara, o caminho crítico das atividades desde o início até o final da implantação e início das operações.

6.1.3. A entrega deverá ser realizada de maneira formal e deverá ser analisada pela equipe responsável da CONTRATANTE que deverá aprovar o cronograma inicial caso estes concordem com o exposto.

6.1.4. O Cronograma Padrão de Execução poderá ser modificado tendo em vista as peculiaridades de cada localidade. Essa alteração não poderá dilatar o prazo das etapas em mais de 20% (vinte por cento) e deverá ser realizado em comum acordo entre as partes.

6.1.5. Os serviços serão realizados sob demanda do órgão, de acordo com a necessidade local dentro das especificações detalhadas neste termo de referência.

6.1.6. A empresa contratada deverá empregar mão-de-obra especializada em todos os serviços a serem executados.

6.1.7. A empresa contratada deverá programar os serviços de forma a compatibilizá-los com os horários de serviço do órgão demandante e dimensionar as equipes necessárias para o cumprimento do prazo contratual.

6.1.8. Verificando a necessidade de troca de qualquer componente para a execução do serviço, este poderá ser finalizado entre 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da ordem de serviço e/ou do chamado do Executor do Contrato.

6.1.9. A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do serviço executado em desacordo com as especificações e condições deste instrumento, por meio de termo circunstanciado, o qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

### **Locais e horários da prestação do serviço**

6.2. A lista com as Unidades da SES/DF e seus respectivos endereços encontra-se acostada nos autos no **ANEXO VII** - Planilha de Possíveis Locais de Estacionamento.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda-feira a sábado das 07:00 às 19:00.

### **Materiais a serem disponibilizados**

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e com a mesma qualidade, promovendo sua substituição quando necessário.

6.5. A empresa será responsável pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais e Coletivos, quando couber.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.6. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o conteúdo contido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo.

6.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.7.1. Usinas On-Grid's com estrutura carport: aliar a implantação de usinas fotovoltaica para redução de custos de consumo de energia elétrica com a disponibilidade de áreas de estacionamento, garantindo assim o benefício duplo de tais sistemas;

6.7.2. Usinas Híbridas (para funcionamento com banco de baterias) em estrutura Carport Solar: aliar a implantação de usinas fotovoltaica para redução de custos de consumo de energia elétrica com a disponibilidade de áreas de estacionamento e garantir a continuidade dos serviços essenciais à Saúde do DF garantindo assim o benefício triplo de tais sistema;

6.7.3. Banco de Baterias de Lítio Ferro Fosfato LiFePO4;

6.7.4. Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS): O objetivo deste sistema será para prestação de serviço de loadshifting (deslocamento do consumo do horário ponta para o horário fora-ponta), ou seja, planeja-se armazenar energia no horário fora de ponta, quando está mais barata, e consumir no horário de ponta, quando está mais cara; peak shaving e backup.

6.7.5. Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva: conseguir manter funcionamento e eficiente os sistemas fotovoltaicos por maior tempo possível.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.8. A Contratada deverá, no último mês de execução contratual, apresentar à fiscalização do contrato Relatório de Execução dos Serviços, separado por usina, contendo o histórico das manutenções preventivas e corretivas que se fizeram necessárias durante toda a execução contratual.

6.9. O presente Relatório servirá para analisar a vantajosidade de renovar serviços Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva executados em cada usina, se for o caso.

### **Especificação da garantia do serviço**

- 6.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.10.1. Durante o prazo de garantia dos serviços será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.
- Obrigações da Contratada**
- 6.11. Executar a prestação de serviços de acordo as especificações e condições estabelecidas neste termo de referência e edital.
- 6.12. Comunicar imediatamente a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), bem como ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.
- 6.13. Responder integralmente pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento empreendido pelo contratante.
- 6.14. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas neste instrumento, além de sujeitar-se a outras obrigações no Código de Proteção e Defesa do Consumidor Lei Federal nº 8.078, de 1990, que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.
- 6.15. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela contratante.
- 6.16. Atender, no prazo fixado, às solicitações do fiscal técnico, fiscal administrativo e/ou gestor do contrato.
- 6.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.18. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente termo de referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, fretes; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus à contratante.
- 6.19. Assegurar que a prestação de serviços estará em consonância com as normas vigentes e demais legislações relacionadas à sua natureza, de forma a garantir a qualidade do serviço apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.20. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 6.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- Obrigações da Contratante**
- 6.22. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.
- 6.23. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e sua proposta.
- 6.24. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.25. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 6.26. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.
- 6.27. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.
- 6.28. Determinar providências que entender necessárias visando suprir ou sanar irregularidades, atrasos e falhas ocorridas.
- 6.29. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação de serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **Disposição Preliminares**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

- 7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização.**

- 7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 7.10. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Superintendência da Região de Saúde, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

### **Fiscalização Técnica.**

- 7.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao



gestor do contrato.

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

7.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.19. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

#### **Gestor do Contrato**

7.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.21. O gestor do contrato acompanhará os registros, realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do atesto de cumprimento de obrigações;

7.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

7.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

7.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A avaliação do fornecimento e execução do objeto será feita de acordo com os eventos abaixo:

- 8.1.1. Evento 01 – entrega dos projetos executivos.
- 8.1.2. Evento 02 – entrega dos materiais e equipamentos listados nos projetos executivos.
- 8.1.3. Evento 03 – finalização da instalação dos materiais e equipamentos.

8.2. Os pagamentos serão feitos de acordo com o seguinte cronograma físico-financeiro:

- 8.2.1. Na conclusão do evento 01 – pagamento de 05% do valor total contratado;
- 8.2.2. Na conclusão do evento 02 – pagamento de 70% do valor total contratado;
- 8.2.3. Na conclusão do evento 03 – pagamento de 25% do valor total contratado;
- 8.2.4. Em todos os eventos podem ocorrer fornecimentos parciais e o valor a ser pago deve ser o proporcional ao fornecido em relação ao total que deveria ser fornecido do evento. exemplo: se no evento 02 for entregue 50% do que deveria ser fornecido em sua totalidade pagar-se-á 50% de 70% do valor total contratado.

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 8.3.1. não produzir os resultados acordados,
- 8.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **Do Recebimento**

8.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro - **ANEXO IX**, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro - **ANEXO IX**, estiverem executados em sua totalidade.

8.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6. Para o recebimento provisório do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **ANEXO IV** deste termo de referência.

8.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.7.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 8.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.9. A CONTRATADA deverá apresentar para fins de recebimento definitivo os seguintes documentos:
- 8.9.1. Projeto as built elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 8.9.2. Certidão de baixa da ART de execução;
  - 8.9.3. Laudo com análise de desempenho do sistema;
  - 8.9.4. Atestado Técnico de fornecimento e execução detalhado.
- 8.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 8.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 8.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 8.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 8.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

- 8.11. Para o recebimento definitivo do serviço, deverá ser preenchido termo conforme **ANEXO V** deste termo de referência.
- 8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#), comunicando à empresa para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

- 8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.17.1. o prazo de validade;
  - 8.17.2. a data da emissão;
  - 8.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.17.5. o valor a pagar; e
  - 8.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 8.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 8.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.26. Passados 15 (quinze) dias corridos sem o devido pagamento por parte da administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016.

#### **Forma de pagamento**

- 8.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.29. Quando houver o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente quando realizar-se o pagamento.

8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.31. As condições de pagamento seguem as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, conforme Decreto Distrital n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e alterações vigentes.

#### **Cessão de crédito**

8.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.33. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

9.2. A adjudicação dos objetos deve ser procedida por lote, uma vez que cada lote corresponde a uma licitação autônoma.

9.3. Na licitação por lote, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame ao possibilitar a participação de vários fornecedores.

9.4. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste termo de referência e/ou edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.6. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.

9.7. Para a elaboração da proposta os interessados deverão observar todo o conteúdo contido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo e conter todos os elementos a seguir relacionados:

9.7.1. Catálogos dos materiais e equipamentos: apresentar o catálogo, folder, certificação Inmetro ou documento similar dos equipamentos e materiais descritos abaixo conforme características técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência:

- I - Módulo fotovoltaico;
- II - Modelo de estrutura Carport Solar;
- III - Inversores;
- IV - Cabos de energia;
- V - Estrutura de suporte;
- VI - Conector CC solar macho e fêmea;
- VII - Baterias de Lítio Ferro Fosfato.

9.8. As informações descritas no item anterior visam definir os principais equipamentos e materiais que a LICITANTE pretende aplicar na execução da implantação dos sistemas fotovoltaicos e que são fundamentais para o atendimento das características técnicas descritas neste Termo de Referência.

9.9. Quando cabível, deverá ser informado marca e modelo.

9.10. Os quantitativos de cada equipamento, bitolas no caso dos cabos de energia ou material será definido apenas na etapa de elaboração do projeto executivo.

9.11. Os demais materiais ou equipamentos que não se encontram aqui listados e que serão definidos somente na fase de projeto executivo deverão atender as características técnicas mínimas informadas neste Termo de Referência.

9.12. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

9.13. As proponentes deverão apresentar propostas contendo preços para todos os itens, considerando a totalidade dos serviços objeto de cada grupo a que queira concorrer. Haverá apenas uma única licitante contratada por lote.

9.14. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada e com a especificação em conformidade com o solicitado.

9.15. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum evento arrolado no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **Regime de execução**

9.16. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário vinculado a sua unidade de medida.

#### **Crêterios de aceitabilidade de preços**

9.17. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

9.18. O critério de aceitabilidade de preços será o valor estimado para a contratação.

9.18.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, par efeito de avaliação de exequibilidade.

9.18.2. Formação de BDI devidamente preenchida conforme **ANEXO XI**.

9.18.3. Composição de custo individual devidamente preenchida contendo no mínimo os equipamentos exigidos no item 10.3.1 deste Termo de Referência e informando valor unitário do insumo, valor do serviço/mão de obra, BDI conforme **ANEXO XI**. Sob pena de desclassificação.

9.19. A proposta de preços apresentada pela proponente não deverá ser superior ao valor estimado para cada lote, inclusive nos itens que compõem a planilha de formação de preços.

9.20. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

9.21. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "aberto", hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do art. 56, I, da Lei 14.133/2021 e Art. 123, I, do Decreto 44.330/2023.

9.22. A opção pelo regime "aberto" tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na contratação do objeto.

9.23. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.

9.24. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.

9.25. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

9.26. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **Exigências de habilitação**

9.27. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.28. Habilitação jurídica**

9.28.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.28.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.28.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.28.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.28.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.28.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.28.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.28.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.28.9. Ato de autorização para o exercício da atividade de implantação de usinas fotovoltaicas, expedido pelo CREA/CAU nos termos do art. Da Lei Federal nº 5194/66 e Resolução CONFEA nº 336/89.

9.28.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.29. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.29.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.29.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.29.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.29.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.29.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.29.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.29.8. Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 na forma do modelo fornecido;

9.29.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.30. Qualificação Econômico-Financeira**

9.30.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.30.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.30.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

I - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou maior que 1 (um) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

II - As empresas deverão comprovar capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado para os itens a serem contratados por lote.

9.30.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.30.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.30.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. **Qualificação Técnica**

9.31.1. Quanto a **Habilitação Técnica**, a Licitante deverá apresentar:

9.31.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.31.1.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional Engenharia, em nome da Empresa, e de seu (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com validade na data da apresentação.

9.31.1.3. Apresentar atestado de capacidade técnica e sua cao – certidão de acervo operacional emitida pelo crea vinculado ao atestado apresentado em nome da empresa que comprove que a mesma tenha prestado o serviço/fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação. no caso de pessoa jurídica pública, o atestado deverá ser assinado pelo responsável do setor competente do órgão. no caso de pessoa jurídica de direito privado, o atestado deverá ser assinado pelo administrador legal. não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa relacionada ao mesmo grupo empresarial da empresa, sendo considerado empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da controlada, empresa que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da empresa. caso o crea do local vinculado ao atestado não esteja emitindo cao deverá ser apresentado o atestado de capacidade técnica juntamente com a art e declaração do crea que ainda não emite a cao até a data da abertura do certame.

9.31.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

I - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

II - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31.1.5. Comprovação de capacidade técnica operacional da empresa com apresentação na data da licitação, ter (em) executado, a qualquer tempo, serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de atestado(s) de capacidade técnica e sua ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, fornecido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria empresa, conforme a seguir:

Item	Discriminação	Quantidade Mínima	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3
1	Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.	Potência Mínima em KWp	11.282	1.977	2.216
2	Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de sistema fotovoltaico híbrido de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
3	Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia do tipo Carport Solar conectado à rede (On - Grid e/ou híbrido).	1und		1	
4	Instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias - BESS (em Container).	KWH		200	
5	Execução de Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido) e de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias.	1und		1	
6	Elaboração de ASBUILT de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
7	Elaboração de projeto executivo, fornecimento, instalação de aterramento para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
8	Elaboração de projeto executivo, fornecimento, instalação de sistema de proteção a descarga atmosférica (SPDA) para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
9	Fornecimento, instalação e configuração de bateria de Lítio Ferro Fosfato para sistema fotovoltaico híbrido de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
10	Fornecimento, instalação e configuração de Sistema de Monitoramento tipo SCADA, para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.	1und		1	
11	Execução do comissionamento e testes elétricos para energização de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede, contendo no mínimo: Teste nas strings fotovoltaicas; Teste de continuidade do sistema de aterramento ou Continuidade dos condutores de aterramento, de proteção e/ou de ligação equipotencial; Teste de resistência do isolamento do arranjo fotovoltaico (Megger test); Teste de aferição do índice de desempenho da usina minigeradora fotovoltaica; Medição de curva I-V do arranjo fotovoltaico ou Levantamento por string em campo da curva I-V; Varredura infravermelha dos módulos (infrared scanning) ou Ensaio com câmera IR.	1und		1	
12	Execução e emissão de laudo técnico de ensaio PULL-OUT para estruturas de painéis solares em solo.	1und		1	

9.31.2. **Habilitação Técnica dos Profissionais**

9.31.2.1. Comprovação da empresa, que possui pelo menos 3 (três) profissionais em seu corpo técnico, de nível superior com formação em:

I - pelo menos um em Engenharia Elétrica;

II - pelo menos um em Engenharia Civil;

III - pelo menos um em Segurança no Trabalho.

IV - pelo menos um engenheiro ambiental.

9.31.2.2. Comprovação da empresa, que possui em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, conforme indicado nos itens acima, detentor de Atestado de Capacidade Técnica com CAT emitida pelo CREA, em nome do(s) próprio(s) Responsável(eis) Técnico(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria empresa, conforme a seguir:

Item	Discriminação
1	Elaboração de projeto executivo e instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.
2	Elaboração de projeto executivo e instalação de sistema fotovoltaico híbrido de geração de energia conectado à rede.
3	Elaboração de projeto executivo e instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia do tipo Carport Solar conectado à rede (On - Grid e/ou híbrido).
4	Instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias - BESS (em Container).
5	Execução de Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido) e de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias.
6	Elaboração de ASBUILT de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.

7	Elaboração de projeto executivo e instalação de aterramento para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.
8	Elaboração de projeto executivo e instalação de sistema de proteção a descarga atmosférica (SPDA) para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.
9	Instalação e configuração de bateria de Lítio Ferro Fosfato para sistema fotovoltaico híbrido de geração de energia conectado à rede.
10	Instalação e configuração de Sistema de Monitoramento tipo SCADA, para sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede.
11	Execução do comissionamento e testes elétricos para energização de sistema fotovoltaico de geração de energia conectado à rede, contendo no mínimo: Teste nas strings fotovoltaicas; Teste de continuidade do sistema de aterramento ou Continuidade dos condutores de aterramento, de proteção e/ou de ligação equipotencial; Teste de resistência do isolamento do arranjo fotovoltaico (Megger test); Teste de aferição do índice de desempenho da usina minigeradora fotovoltaica; Medição de curva I-V do arranjo fotovoltaico ou Levantamento por string em campo da curva I-V; Varredura infravermelha dos módulos (infrared scanning) ou Ensaio com câmera IR.
12	Execução e emissão de laudo técnico de ensaio PULL-OUT para estruturas de painéis solares em solo.

9.31.2.3. Registro ou inscrição da pessoa física na entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, de cada integrante da Equipe Técnica, comprovando atribuição compatível com a área de atuação indicada pela empresa. Serão dispensadas as certidões de registro de pessoa física dos profissionais integrantes da equipe técnica que constarem da certidão de registro de pessoa jurídica da empresa.

9.31.2.4. Comprovante de vínculo profissional, dos profissionais, com exceção do coordenador, que deverá fazer parte do quadro permanente da empresa, se fará:

- I - Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- II - Por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da empresa, ou;
- III - Declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa e pelo próprio profissional ou;
- IV - Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa junto à entidade competente ou;
- V - Por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

9.31.2.5. O vínculo do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela licitante vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF).

9.31.2.6. As empresas deverão apresentar também para fins de qualificação técnico profissional os seguintes requisitos:

- I - Indicação da Equipe Técnica de nível superior que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços descritos, definindo as atribuições de cada profissional e contendo nome completo, título profissional, número do registro no CREA, área de atuação e natureza da relação profissional com a empresa (sócio, empregado, subcontratado, etc).
- II - A Equipe Técnica deverá ter um Coordenador, observado as especificações deste Termo. O Coordenador será o elemento de ligação entre a empresa vencedora e a CONTRATANTE durante a execução do contrato e responsável pela integração e compatibilidade do projeto e da implantação do sistema;
- III - O profissional indicado para ser o coordenador dos trabalhos deverá, obrigatoriamente, integrar o quadro permanente da empresa;
- IV - Os demais integrantes deverão comprovar a integração da equipe da empresa seguindo as possibilidades listados anteriormente;
- V - Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos e implementação do sistema fotovoltaico.

9.31.3. Durante o período de vigência do contrato, será permitida a substituição dos profissionais indicados durante o processo licitatório ou o acréscimo de profissionais, desde que o novo profissional atenda aos requisitos mínimos exigidos em edital e que seja autorizada a substituição pelo Coordenador Interno do Projeto.

9.31.4. As certidões de registro no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação. Quando as certidões e/ou atestado apresentados não forem emitidos pelo contratante principal do projeto, deverá ser juntada à documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o Empresa tenha participado da execução do serviço objeto do contrato.

#### 9.31.5. Quanto à Segurança do Trabalho

9.31.5.1. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme solicita a Norma Regulamentadora nº 07 da Portaria MTb nº 3.214 de 08 de junho de 1978, atualizada pela Portaria MTb nº 1.031 de 06 de dezembro de 2018, assinada pelo representante legal da empresa e pelos profissionais habilitados/responsáveis pela elaboração dos referidos programas e em vigência; e

9.31.5.2. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme solicita portaria SEPRT/ME nº 6.735, de 2020, assinada pelo representante legal da empresa e pelos profissionais habilitados/responsáveis pela elaboração dos referidos programas e em vigência.

### 10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

10.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, Lei nº 14.133/2021);
- II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, Lei nº 14.133/2021);
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, Lei nº 14.133/2021).
- IV - Multa: além das glosas previstas em Efeitos Remuneratórios - Anexo IV deste Termo de Referência, a contratada está sujeita à aplicação de multa:
  1. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.3, a multa será de 5% a 15% do valor do do serviço solicitado na Ordem de Serviço;
  2. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.3, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato;
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.3, de 5% a 15% do valor do Contrato;

4. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.3, a multa será de 5% a 15% do valor do do serviço solicitado na Ordem de Serviço; e
5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.3, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, Lei nº 14.133/2021).
- 10.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021).
- 10.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).
- 10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, §8º, Lei nº 14.133/2021).
- 10.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, Lei nº 14.133/2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para o Contratante;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).
- 10.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, Lei nº 14.133/2021).
- 10.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela referida autarquia decorrentes de um futuro contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesma autarquia ora contratante.

**11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor total estimado para a contratação para **30 (trinta) meses** é de **R\$ 373.389.236,54 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**, o qual foi definido utilizando a metodologia legal, com base em uma pesquisa de preços que sinaliza valor de referência que representa o de mercado.

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR ESTIMADO TOTAL (30 meses)	TOTAL POR LOTE
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	8.578,51	R\$ 66.912.378,00	R\$ 269.151.601,44
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		13.985,68	R\$ 128.668.256,00	
	3	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	85.200	R\$ 25.086.546,26	
	4	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	6665	R\$ 47.988.000,00	
	5	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	22.564,19	R\$ 496.421,18	
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	788,87	R\$ 6.153.186,00	R\$ 46.138.982,72
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.166,85	R\$ 29.135.020,00	



	8	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	19.300,00	R\$ 5.688.030,22	
	9	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.505,00	R\$ 5.075.720,66	
	10	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On-Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	3.955,72	R\$ 87.025,84	
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	968,70	R\$ 7.555.860,00	R\$ 58.098.652,38
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.464,66	R\$ 31.874.872,00	
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000,00	R\$ 6.186.386,46	
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720,00	R\$ 12.384.000,00	
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On-Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	4.433,36	R\$ 97.533,92	
TOTAL ESTIMADO R\$ 373.389.236,54						

- 11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal ou outras fontes de recursos que o Governo do Distrito Federal entender conviniente.
- 12.2. O procedimento licitatório encontra-se baseado no Sistema de Registro de Preço (SRP), cuja demanda representa uma estimativa de consumo dos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Distrito Federal.
- 12.3. A conformidade do objeto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outros alinhamentos orçamentários será requerida em momento oportuno, quando houver a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- 12.4. Por se tratar de Registro de Preços, não será necessária a apresentação da Disponibilidade Orçamentária na fase de seleção do fornecedor, uma vez que só haverá contratação se houver necessidade, orçamento e saldo na Ata de Registro de Preço (ARP).
- 12.5. Abaixo está o Programa de Trabalho que será utilizado de acordo com o Nível de Atenção atendido pela Contratação:
- 12.5.1. 10.302.6202.3140.0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES- DISTRITO FEDERAL.

13. APÊNDICE E ANEXOS

- APÊNDICE I - Declaração de Compromisso;
- APÊNDICE II - Termo de Confidencialidade de Informações.
- ANEXO I - Estudo técnico preliminar Doc SEI Nº;
- ANEXO II - Declaração de vistoria;
- ANEXO III - Declaração de desistência de vistoria;
- ANEXO IV - Termo de recebimento provisório;
- ANEXO V - Termo de recebimento definitivo;
- ANEXO VI - Planilha de Consumo Estimado das US - SES/DF;
- ANEXO VII - Planilha de Possíveis Locais de Estacionamento nas US - SES/DF;
- ANEXO VIII - Cronograma Padrão de Execução;
- ANEXO IX - Cronograma Físico-Financeiro;
- ANEXO X - Planilha Modelo de Proposta;
- ANEXO XI - Planilha Formação de Preços -BDI.

APÊNDICE I  
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, sob pena de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e normas correlatas e vigentes.

## APÊNDICE II – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **Contratante**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante** e a **Empresa** \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo S.r. \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a <objeto do contrato>, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

**CONSIDERANDO** que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Saúde do Distrito Federal de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as PARTES.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

**Parágrafo Primeiro:** As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

**Parágrafo segundo:** A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

**Parágrafo Terceiro:** A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

**Parágrafo Quarto:** A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

**Parágrafo Único:** As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

**Parágrafo Primeiro:** A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo segundo:** A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

**Parágrafo Terceiro:** A **Contratada** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

**Parágrafo Quarto:** A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **Contratante**.

**Parágrafo Quinto:** Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

**Parágrafo Sexto:** O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **Contratante**.

**Parágrafo Sétimo:** A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

**Parágrafo Oitavo:** A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

### CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

**Parágrafo Único:** Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na RESCISÃO DO CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este TERMO constitui vínculo indissociável ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do Contratante.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a Contratada assina o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 xx.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa  
Cargo  
CPF nº

Gestor do Contrato  
Matrícula  
<<Cargo/Função>>  
<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato  
Matrícula  
<<Cargo/Função>>

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa:	
CNPJ:	
Nome do Representante:	
RG do Representante n.º:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail (se houver):	
Local vistoriado:	
Data da vistoria;	
Horário da vistoria:	

Responsável pelo Termo de Vistoria

Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Setor / departamento:	_____
Assinatura:	_____

<b>Representante legal da empresa</b>	
Nome:	_____
Cargo:	_____
CPF:	_____
Assinatura:	_____

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA**

REF.: \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

<b>Representante legal da empresa</b>	
Nome:	_____
Cargo:	_____
CPF:	_____
Assinatura:	_____

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

**ANEXO IV**  
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

Objeto:	_____
N.º Contrato:	_____
Contratada	_____
CNPJ:	_____
Telefone (s)	_____

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_ da SES/DF.

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até XX (XX) dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_.

<b>Fiscal técnico do contrato</b>	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Setor / departamento:	_____
Assinatura:	_____

<b>Fiscal administrativo</b>
------------------------------

Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Sector / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

ANEXO V  
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto:	_____
N.º Contrato:	_____
Contratada	_____
CNPJ:	_____
Telefone (s)	_____

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_ da SES/DF.

Diretor ou representante legal da empresa	
Nome:	_____
Cargo:	_____
CPF:	_____
Assinatura:	_____

Gestor do contrato	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Sector / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Fiscal técnico do contrato	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Sector / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Representante da área requisitante da solução	
Nome:	_____
Matrícula:	_____
Cargo / Função:	_____
Sector / departamento:	_____
Assinatura:	_____

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

ANEXO VI  
Planilha de Consumo Estimado das US - SES/DF

Regional	Unidade	Endereço	Identificação	Consumo Médio Mensal (Kwh/mês)	Valor Estimado Mensal
Núcleo Bandeirante / Riacho Fundo	UPA RF04 ISM - Instituto de Saúde Mental	EPNB KM 04, Área Especial S/N, Av. Sucu- pira, Granja Riacho Fundo–Riacho Fundo I	466.777 - 8	9068	8977,32
Guará I	HRG - Hospital Regional do Guará	Área Especial - QI 06 -Lote C AE - Guará I	466.846 - 4	22955	22725,45

Guará I		QI 12 BL A LJ 16 GUARÁ I	1509648 - 3	30	22,2
Núcleo Band., Park Way, Candangolândia e Riacho Fundo	Policlínica	QS 16 AE 14/15-RF I	1885691 - 8	1135	1123,65
Paranoá	HRPa - Hospital Regional do Paranoá	QD 02 - Conjunto K Lote 01 AE - SETOR HOSPITALAR	707.900 - 1	205956	203896,44
São Sebastião	Policlínica São Sebastião CS-Centro de Saúde nº 18	AG I QD 02 AE Conj. 10 Centro Mult. Atividades - Agrovila São Sebastião	708337 - 8	24360	24116,4
Paranoá	CAPS AD III ITAPOÃ	DEL LAGO QD 378 CJ A AE 04 ITAPOA	2209495 - 4	6320	6256,8
Paranoá	CAPS AD II PARANOÁ	QD 02 - Conjunto K Lote 01 AE - SETOR HOSPITALAR	2264916 - 6	100	84
Paranoá	SAMU (transferido para o agrupador 10130432 em maio de 2023)	Q 33 FP TERMINAL RODOVIÁRIO	2537546	146	122,64
Brazlândia	HRBz - Hospital Regional de Brazlândia	AE nº 06 - Setor Tradicional	466.796-4	76277	75514,23
Ceilândia	UBS 1 - LABORATÓRIO REG. CEILANDIA	EQNP 07/11 LAB. REG. DA CEILÂNDIA	466840-5	5263	5210,37
Ceilândia	Policlínica Ceilândia - Guariroba UBS Nº 3 - Ceilândia (CS 04 - Centro de Saúde nº 04)	QNN 16 - Lote F A/E Ceilândia Sul - Guariroba	473.954-X	3013	2982,87
Ceilândia	Policlínica II Ceilândia	QNM 28 "Dentro do HRC"	473968-X	7492	7417,08
Ceilândia	HRC - Hospital Regional de Ceilândia	QNM 27 - Área Especial 01 (QNM 17*)	1.361.429-0	206365	204301,35
Ceilândia	Hospital de Campanha	QNN 27 AE D Ceilândia	2165782-3	7886	7807,14
Ceilândia	CAPS AD III	QNN 16 AE GUARIROBA CECON CEILÂNDIA	2526426 - 5	1877	1858,23
Taguatinga	CRT - Central Radiológica de Taguatinga	QNG 10 Área Especial nº 02	466.611-9	6906	6836,94
Taguatinga	CER II	ST C Norte AE 23 LOTE 16 Taguatinga	473377-0	4637	4590,63
Taguatinga	UMS - Unidade Mista de Saúde - Policlínica	C 12 LT B AE 01 Taguatinga Centro	473431 - 9	1965	1945,35
Taguatinga	HRT - Hospital Regional de Taguatinga	QNC Área Especial nº 04 -Taguatinga Norte	493.930-1	313054	309923,46
Samambaia	HRSam - Hospital Regional de Samambaia	QS 614, Conj. C, Lotes 01 e 02	644.744-9	107776	106698,24
Samambaia	CAPS AD III - Samambaia Centro de Atendimento Psicossocial	QS 107, Conjunto 07, Lotes 3 /4	1415413 - 7	30	22,2
Taguatinga	CAPS II Taguatinga	QNA 39 AE 19 FP Taguatinga Norte	1740180 - 1	1683	1666,17
Samambaia		QN 502 Conjunto 08 Lote 1 C. Comunitário Samambaia	1875063 - X	2758	2730,42
Taguatinga	RADIOTERAPIA - HRT	ST C Norte AE 1 atrás do SENAI Taguatinga	2032164-3	18725	18537,75
Samambaia	Hospital de Campanha	QS 614 CJ C LT 01/03 CJ D LT 01 acoplado	2283318-8	8405	8320,95
Samambaia	UAA CAPS AD III SAMAMBAIA	QS 107 CJ 08 LT 06 LJ	2488074 - 4	92	77,28
Samambaia	CAPS AD III SAMAMBAIA " UPA"	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 104	2488114 - 7	95	79,8
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 201	2488305	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 LJ 01	2488312	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 203	2488323	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 101	2488329	15	11,1
Samambaia	CAPS AD III SV SERVIÇO	QS 107 CJ 07 LT 04	2488340	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 103	2488351	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 202	2488364	64	53,76
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 204	2488372	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 LJ 01	2488392	176	147,84
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 201	2488406	31	22,94
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 102	2488410	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 203	2488416	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 103/104	2488426	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 102	2488438 - 3	42	31,08
Samambaia	UAA CAPS AD III SAMAMBAIA	QS 107 CJ 08 LT 03 SL 101	2488545	15	11,1
Samambaia	UAA CAPS AD III SAMAMBAIA	QS 107 CJ 08 LT 03	2488560	241	216,9
Samambaia	UAA CAPS AD III SAMAMBAIA	QS 107 CJ 08 LT 03 SL 101	2488568	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05 SL 04	2488578	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05 SV SERVIÇO	2488585	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05 SL 01	2508329 - 5	100	84
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 103	2510708 - 9	40	29,6
Gama	HRG - Hospital Regional do Gama	Área Especial nº 01 - 7 Setor Central - Gama	872.146-7	212211	210088,89
Santa Maria	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - AD CAPS	QR 312 CJ H LOTE 12 Santa Maria	1698924 - 4	1004	993,96
Taguatinga	HSVP - Hospital São Vicente de Paulo	QSC - Área Especial - Taguatinga Sul -FP	466.628-3	28423	28138,77
Ceilândia	NUDIME - Nucleo de Dispensação de Medicamento (Farmácia de Alto Custo)	EQNM 18/20, Bloco C LT 12/15	1279885 - 1	1313	1299,87
Ceilândia		EQNM 18/20, Bloco A LT 04	1279888 - 6	4190	4148,1
Gama		Setor Leste Lt 01 Praça 01	1675492 - 1	2064	2043,36
HAB	HAB - Hospital de Apoio de Brasília	SAIN Qd. 04 - Lotes 04 S. Noroeste	471.310-9	63880	63241,2
Asa Sul	SES DF Centro Espec. da Saúde da Mulher	EQS 514/515 Asa Sul CEP: 70.380-550	461984 - 6	2803	2774,97
Asa Sul	SES DF Centro Especialidade Odontológicas	SEPS 712/912 LT D Asa Sul CEP: 70.390-125	462016 - X	8701	8613,99
Asa Sul	SES DF CS 01 - Centro de Saúde nº 01 Hospital Dia /Unid. Mista de Saúde	EQS 508/509 AE Asa Sul - Brasília - DF CEP: 70.351-580	471.541-1	6577	6511,23
Asa Sul	SES DF Adolescento de Brasília(antigo CS 06)	SGAS - Qd. 605 - Lotes 32/33 - AV. L2 Sul CEP: 70.200-650	471.611-6	3422	3387,78
COMPP	SES DF COMPP Centro de Orientação Médico Psicopedagógico	SMHN, Qd 501 BL A CONJ. A ED. COMPP Asa Norte. CEP: 70.710-054	472.035-0	8718	8630,82
Asa Norte	SES DF Centro Espec. Diabetes/Obesidade/ Hipertensão	EQN 208/408 AE Asa Norte CEP: 70.853-450	472835 - 1	2609	2582,91
Asa Norte	HRAN - Hospital Regional da Asa Norte	SMHN -Ed. Clinicas Qd. 101 B A – AE – Asa Norte CEP: 70.710-100	492.178-X	239484	237089,16
Asa Sul	SES DF CTA/DST/AIDS /NTA Núcleo de Testagem e Aconselhamento Rodoviária	Mezanino da Rodov. SL Exposições do Plano Piloto - espaços 10 e 11 Plataforma do Meio - CEP: 70.089-000	833695 - 4	535	529,65
Asa Sul	CAPS AD III	SCS Qd. 05 LJ Ed. Farah Sobreloja	1540947 - 3	1108	1096,92
Asa Sul	CAPS AD III	SCS Qd. 05 Ed. Farah Terreo	1540949 - X	858	849,42
Asa Sul	CAPS AD III	SCS Qd. 05 Ed. Farah 01 SS	1540953 - 8	935	925,65
Asa Sul	CAPS AD III	SCS Qd. 05 Ed Farah Bl. B Loja 73 ao lado Rest. Coisa da Terra	1540960 - 0	335	314,9
Asa Sul	CAPS AD III	SCS QD 05 Ed. Farah Bl. B Ar Cond.	1540965 - 1	651	644,49
Planaltina	HRPL - Hospital Regional de Planaltina	Via W/L nº 4 - Setor Hospitalar Oeste - Área Especial	466.565-1	117236	116063,64
Sobradinho	Posto de Saúde PAM	Q 08 AE N-03 Sobradinho - DF	473.569-2	1393	1379,07
Sobradinho	Bloco Materno Infantil	Quadra 12 - A/E 01 - ANEXO Setor Central	473575 - 7	6018	5957,82
Sobradinho	CS 03 Sobradinho	AR 17 AE	473576 - 5	2448	2423,52
Sobradinho	Hospital Regional de Sobradinho	Quadra 12 - A/E 01 - Setor Central	874.737-7	142957	141527,43
Sobradinho	CAPS I - Centro de Acolhimento Psicossocial Infantil	Qd. 04 AE R LT 01/02 ao lado da Paroquia- Antiga Casa do Administrador	1426869 - 8	882	873,18
Planaltina		Vale Amanhecer ST Oeste	1868789-X	3883	3844,17
Sobradinho		Q 05 AE A-1 Vila Buritizinho	1868797-0	3082	3051,18
Planaltina		ST Norte AE 09 PS 03 Planaltina - DF	1975841-3	5320	5266,8
Sobradinho		CD Vale ACACIAS QD 12 LT 01	2434297 - 1	578	572,22
Planaltina		SRL QD 19 CJ K AE 01 CECON IDOSOS BURITI	2471103 - 9	919	909,81
Plano Piloto	HMIB	SGAS 608 Hospital HMIB	1.497.672-2	202312	200288,88

Santa MARIA		BR 040 KM 2 65 ROD BR 040 POSTO BEL	2244508 - 0	202	181,8
Santa MARIA		BR 040 KM 2 65 ROD BR 040 POSTO BEL	2244508 - 0	352	330,88
Asa Sul	UBS Nº 01 - Asa Sul (CS 07 - Centro de Saúde nº 07 da Asa Sul)	SGAS QD 612/613 Lt. 38/39 CEP: 70.200-720	471.533-0	6043	5982,57
Asa Norte	UBS Nº 03 - Asa Norte/Vila Planalto (CS 15 -Vila Planalto)	Acamp. Pacheco Fernandes A/E 02 - Vila Planalto Rua Piaui AE S/N CEP:70.804190	472.212-4	2937	2907,63
Asa Norte	UBS Nº 1 - Asa Norte (CS 11 - Centro de Saúde nº 11 Asa Norte) "CAPS I"	SGAN QD 905, Modulo D, Plano Piloto CEP: 70.790-050	472.588-3	5305	5251,95
Asa Norte	UBS Nº 02 - Asa Norte (CS 13 - Centro de Saúde nº 13 Asa Norte)	EQN - 114/115 AE - Asa Norte Plano Piloto	472.878-5	5188	5136,12
Lago Norte	UBS Nº 1 - Lago Norte (CS 10 - Centro de Saúde nº 10 Lago)	SHIN QI 03, LT A/E - Lago Norte	472.969-2	4208	4165,92
Cruzeiro	UBS Nº 2 - Cruzeiro (CS 14 - Centro de Saúde nº 14 Cruzeiro)	SHCE - Setor Escolar Lote 04 - Cruzeiro Velho CEP: 70.297-400	473.050-X	3983	3943,17
Cruzeiro	UBS Nº 1 - Cruzeiro (CS 09 - Centro de Saúde nº 09 Cruzeiro)	SHCE/Sul - QD 611, Lote 01 - Cruzeiro Novo	473.129-8	4080	4039,2
Asa Norte	UBS Nº 1 - Varjão (CS 16 - Centro de Saúde nº 16 Varjão)	Q. 05 Conj. A Lote 17 - Varjão do Torto CEP: 71.555-133	556.128-0	3171	3139,29
Asa Norte	UBS Nº 5 - Asa Norte/Granja do Torto (UBS - Granja do Torto)	QD 01 Granja do Torto - Brasília/DF. CEP: 70.636- 003 Vila Wesley Roriz A/E 1, Lag N.	1.097.145-9	1505	1489,95
Asa Sul	UBS Nº 03 - Lago Sul (CS 05 - Centro de Saúde nº. 05 da Regional Sul)	SHIS - QI 21- AE - Lago Sul	1.621.677-6	2240	2217,6
Lago Sul	APARELHO VITAL	CD MONACO QD 04 LT 05	2243429-1	425	399,5
Guará	UBS Nº 4 - Guará (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Lúcio Costa)	QELC - EQ 2/3, Conjunto LT 01 Lúcio Costa EPTG	357.803-8	1568	1552,32
Núcleo Bandeirante, Park Way, Candang. e Riacho Fundo	UBS Nº 1 - Núcleo Bandeirante (Diretoria Geral de Saúde do Núcleo Bandeirante, Candang. e Riacho Fundo / CS 02 - Centro de Saúde nº 02 do Núcleo Bandeirante)	3ª Avenida - Terceira Aven. Área Especial nº 08 Núcleo Bandeirante	466.762-X	10670	10563,3
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	Posto de Saúde - Riacho Fundo	QN-09 AE-11 Riacho Fundo-DF	473.809-8	2668	2641,32
Núcleo Band., Park Way, Candang e Riacho Fundo	UBS Nº 3 - Núcleo Bandeirante/Varg. Bonita (PSR - Posto de Saúde Rural da Família Vargem Bonita)	A/E nº 01, Vargem Bonita Núcleo Bandeirante	473.821-7	681	674,19
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 1 - Candangolândia (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 da Candangolândia)	CS 17 EQ 05/07, A/E nº 38, Candangolândia	473.837-3	3266	3233,34
Guará	UBS Nº 1 - Guará (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 do Guará)	CS Guará 01 QI 06 Lote B - A/E - Guará I	474.115-3	6035	5974,65
Guará	UBS Nº 3 - Guará (CS 03 - Centro de Saúde nº 03 do Guará)	QE 38 - Guará II - Área Especial S/N	474.155-2	5001	4950,99
Guará	UBS Nº 2 - Guará (CS 02 - Centro de Saúde nº 02 do Guará / CAPS Ad / Laboratório)	QE 23 A/E Guará II (CAPS Ad funciona no subsolo e o laboratório funciona a parte)	474.158-7	8604	8517,96
Núcleo Band., Park Way, Candang. Riacho Fundo	UBS Nº 3 - Riacho Fundo I (PSR - CAUB I - Posto de Saúde Rural da Família)	A/E 01, CAUB 01 AE Granja do Ipê Riacho Fundo II	493.939-5	527	521,73
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 3 - Riacho Fundo II (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano QN 07 RF II)	QN 07B Conjunto 03 Lotes 01 e 02 Área Especial Riacho Fundo II	612.084-9	1118	1106,82
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 2 - Riacho Fundo II (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano QC 1 RF II)	QC 01 - RF II - Conj. 10 Lote 01 Riacho Fundo II	777.111-8	736	728,64
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 1 - Riacho Fundo II (CS 04 - Centro de Saúde nº 04 do Riacho Fundo II)	QC 06 Conjunto 16 Lote 01 Riacho Fundo II	991.292-4	4943	4893,57
Guará	UBS Nº 1 - Estrutural (CS 04 - Centro de Saúde nº 04 - Estrutural	Area Especial 02 - Setor Central Lote 0 Vila Estrutural	1.006.185-1	4817	4768,83
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 2 - Riacho Fundo I (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano QN 1 RF I)	QN 01 - RF I - QN 01 Conj. 32 A/E 01	1.173.972-X	2166	2144,34
Núcleo Band., Park Way, Candang., Riacho Fundo	UBS Nº 2 - Núcleo Bandeirante (UBS - Unidade Básica de Saúde Metropolitana)	R 02 Rua dos Engenheiros A/E nº 2 Antiga Biblioteca Metropolitana - N. Bandeirantes	1.433.508-5	1010	999,9
Guará	CS Estrutural	VIA ESTRUTURAL AE 19 ST CENTRAL	1755327 - X	876	867,24
Guará I	SES-DF Aparelho Vital (transferido para esse agrupador em maio/2023	QE 12 C J F LT 35	2199887 - 6	40	29,6
Guará II	Base SAMU Guará (Transferido para o agrupador 10130432 em maio de 2023)	EQ 42/44 C J P AREA VERDE	2418254	328	308,32
Riacho Fundo II		QS 09 C J 01 LT 01 R.F II OBRA	2419155	1088	1077,12
Riacho Fundo II	SES-DF Aparelho Vital	QN 07F C J 02 LT	2724156 - 4	109	91,56
Núcleo Bandeirante, Park Way, Candang. e Riacho Fundo	UBS Nº 1 - Núcleo Bandeirante (Diretoria Geral de Saúde do Núcleo Bandeirante, Candang. e Riacho Fundo / CS 02 - Centro de Saúde nº 02 do Núcleo Bandeirante)	3ª Avenida - Terceira Aven. Área Especial nº 08 Núcleo Bandeirante	466762-X	1472	1457,28
Planaltina	UBS Nº 2 - Planaltina (CS 02 - Centro de Saúde nº 02 de Planaltina)	SLE EQ 1/10 - Área Especial A - FP Vila Buritis	473.236-7	3291	3258,09
Planaltina	UBS Nº 10 - Planaltina (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Taquara)	Núcleo Rural Agrov. Taquara R 2 Planaltina	473.268-5	872	863,28
Planaltina	UBS Nº 13 - Planaltina (PSR - Posto de Saúde da Família Rural São José)	Núcleo Rural Rio Preto, DF 021, Colônia São José - Planaltina	473.275-8	788	780,12
Planaltina	UBS Nº 1 - Planaltina (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 de Planaltina)	VIA WL 04 Área especial 01 - Entre as vias NS 01 C/ WL Planaltina	473.300-2	3706	3668,94
Sobradinho	UBS Nº 2 - Sobradinho (CS 02 - Centro de Saúde nº 02 de Sobradinho)	QD 03 - A/E (entre conj. D/E) Sobradinho	473.538-2	2421	2396,79
Sobradinho	Posto de Saúde nº 1 - Fercal (PSR Posto de Saúde Rural - Rua do Mato)	Posto de Saúde R. do Mato DF 150 R. do Mato Sobradinho	473.546-3	197	165,48
Sobradinho	PSR- Posto de Saúde Rural - Queima Lençol	DF 205 NR Queima Lençol Sobradinho	473.547-1	128	107,52
Sobradinho	UBS Nº 2 - Fercal (PSR - Posto de Saúde da Família Corrego do Ouro)	Rod. DF 205 - Leste Corrego de Ouro Sobradinho	473.557-9	167	140,28
Sobradinho	UBS Nº 1 - Sobradinho (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 de Sobradinho)	QD 14 - A/E nº 22/23 Sobradinho	473.598-6	2582	2556,18
Sobradinho	Posto de Saúde Nº 2 - Fercal (PSR Apoio- Posto de Saúde Rural Catingueiro)	Posto de Saúde Rural Catingueiro DF 150 Sobradinho	483.541-7	620	613,8
Sobradinho	UBS Nº 1 - Fercal (UBS - Unidade Básica de Saúde Engenho Velho (Queima Lençol))	Rod. DF 150 Km 12, R. 02 LT 01 Eng.Velho Qd 10, casa 14 - Engenho Velho, Fercal	490.635-7	2006	1985,94
Planaltina	UBS Nº 15 - Planaltina (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Rio Preto)	Núcleo Rural Rio Preto Planaltina	597.207-8	505	499,95
Planaltina	UBS Nº 7 - Planaltina PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Jardim Roriz)	Entrequadra 03/04 área especial Jardim Roriz SRN/A	612.898-X	1676	1659,24
Planaltina	UBS Nº 16 - Planaltina (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Pipiripau)	Núcleo Rural Pipiripau Planaltina	642.179-2	943	933,57
Sobradinho	UBS Nº 1 - Sobradinho II (CS 03 - Centro de Saúde nº 03 de Sobradinho)	AR 13, Conj. 07, Lote 01 - Sobradinho II	868.464-2	3783	3745,17
Planaltina	UBS Nº 6 - Planaltina (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Arapoanga)	QD 08, Conj. 01, VIA S N Arapoanga	901.676-7	1425	1410,75
Planaltina	UBS Nº 4 - Planaltina (CS 04 - Centro de Saúde nº 04 de Planaltina Mestre Darmas)	Estância Nova Planaltina Qd. 2 Rua A - A/E QD 01 R. A AE ESPEC CANT. OBRA	963.164-X	3826	3787,74
Planaltina	CS 05 - Centro de Saúde nº 05 de Planaltina Arapoanga	QD 12, Conj. A, A/E - C FUTOB Arapoanga	1.006.192-4	5558	5502,42
Sobradinho	UBS Nº 4 - Sobradinho II (UBS Mini Chácaras II)	QMS 30 A, POSTO POLICIAL A/E 01 casa 01 (casa de esquina) Subida do Mercado Mini-preço, próximo à Igreja Batista	1.261.753-9	907	897,93
Planaltina	UBS Nº 17 - Planaltina (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Jardim Morumbi)	Condomínio Morumbi, QD N, Lote 15, Jardim Morumbi	1.280.569-6	1032	1021,68
Sobradinho	UBS Nº 5 - Sobradinho (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Basevi)	Área especial 01 Lote 01 - Associação de moradores da Basevi COLORADO FP	1.324.843-X	573	567,27
Sobradinho	UBS Nº 3 - Sobradinho (CF - Clínica da Família Nova Colina)	Condomínio Nova Colina II, A/E 01 BR 020 Fazenda Salvia Sobradinho	1.402.815-8	5165	5113,35



Sobradinho	UBS Nº 2 - Sobradinho II (CF - Clínica da Família DF 420 )	DF 420, em frente a AR 13, próximo ao COER, Sobradinho II	1.421.881-X	5585	5529,15
Sobradinho	UBS Nº 5 - Sobradinho II (UBS Mini Chácaras I)	QMS 16 Rua 14 C/I Cond. Mini chácaras	1.526.004-6	1097	1086,03
Sobradinho	UBS Nº 3 - Sobradinho II (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Vale dos Pinheiros)"Poço Artesiano"	Q. 45-A, Conj. A, Lt. 56 – Vale dos Pinheiros, Setor de Mansões, Sobradinho II – Sede da Associação de Moradores	1.534.670-6	1083	1072,17
Sobradinho		QMS-29C MD-B LT-11 CD. Morada da Serra - Sobradinho -DF	1.640.569-2	530	524,7
Sobradinho	Posto de Saúde Fercal	Rod. DF 330 Posto de Saúde Fercal Sobradinho	1829911-3	1676	1659,24
Planaltina	NR TABATINGA UNID. SAUDE N. 14	NR TABATINGA UNID. SAUDE N. 14	1838678 - 4	327	307,38
Planaltina		SRL Qd 18 Cj H AE 01 Obra C.Comunitário Planaltina	1967149 - 0	1717	1699,83
Planaltina		Agrov. Taquara R 2 CX D Água Planaltina	1980834 - 8	92	77,28
Sobradinho		NR Lago Oeste DF 001 CH 67 Sobradinho	1990163 - 1	738	730,62
Planaltina		V. RAJADINHA II R.06 LT 18-A	2142733 - X	804	795,96
Planaltina		NR RIO PRETO UND REVENDA N. 10	2252596 - 3	37	27,38
Sobradinho	UBS 04	DF 440 Km 12 QD C LT 01 COND. SERRA VERDE	2601902 - 7	625	618,75
São Sebastião	UBS 06	BELA VISTA AE 0 PQ AGROPECUÁRIO AGROVILA SÃO SEBASTIÃO	2604593 - 1	738	730,62
Planaltina	Aparelho Vital	SRL QD 26 CJ J LT 24 BURITIS IV PLANALTINA	2674975 - 0	18	13,32
Paranoá	Equip. Vital	PARANOÁ PARQUE QD 03 CJ 04 LT 06 BL L PARANOÁ	2692998 - 8	13	9,62
São Sebastião		S H CRIXA R. 03 LT 03 BL F AP 101 CD 06 AGROVILA SÃO SEBASTIÃO	2734654 - 4	31	22,94
São Sebastião	UBS 5 Posto de Saúde R. Nova Betânia	DF 140 Km 7,5 DF 11 LD EMATER Agrov. Nov Betânia	472923 - 4	906	896,94
Paranoá	UBS Nº 2 - Paranoá (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano - QD 18)	QD 18, A/E FP Salão Comunitário	472.978 - 1	714	706,86
Paranoá	UBS Nº 1 - Paranoá (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 do Paranoá)	QD 21, A/E FP CS NR 15 Paranoá	472.980 - 3	3857	3818,43
Paranoá	UBS 08 PSF - Posto de Saúde da Família - PAD/DF- BR 251	Posto Rural Coopa NR PAD/DF BR-251 -KM 07 Paranoá	473.260 - X	659	652,41
Paranoá	UBS 08 Nº 5 - Paranoá (PSR - Posto de Saúde da Família Rural - Capão Seco)	Posto de Saúde NR Capão Seco DF 125, BR 251 Paranoá	473.261 - 8	324	304,56
São Sebastião	UBS Nº 6 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde São Francisco)	São Francisco Qd. 05, Casa 01, Zerbini Agrovila São Sebastião	480.890-8	13	9,62
Paranoá	UBS Nº 6 - Paranoá (PSR - Posto de Saúde de Família Rural - Cariru)	Colônia Agrícola Cariru DF 120 A/E	561.422 - 8	863	854,37
São Sebastião	UBS 07- Nº 11 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde Morro da Cruz)	Chácara 10 CS 03, Morro da Cruz Agrovila São Sebastião	605.346 - 7	1695	1678,05
São Sebastião	UBS 19 - Nº 8 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde Vila do Boa)	Rua 07, casa 400, Bairro Vila do Boa ZERBINI	615.020 - 9	595	589,05
Paranoá	UBS Nº 4 - Paranoá (PSR - Posto de Saúde da Família Rural - NR Jardim II)	NR JARDIM DF 285, Km 19/23, A/E	621.937 - 3	569	563,31
Paranoá	UBS Nº 2 - Itapoã (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano - Equipe 7 e 8 - Itapoã) DEL LAGO	Del Lago A/E - Entrequadra 61/318	777.183 - 5	965	955,35
São Sebastião	UBS Nº 10 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde João Cândido)	Rua 14, Lote 21/31, Lojas 1, 2 e 3, Bairro João Cândido Agrovila São Sebastião	826.088 - 5	473	444,62
São Sebastião	UBS "03" Nº 5 - São Sebastião (PSF - Posto de Saúde da Família - Res. Oeste I/Oeste II)	AG I Qd. 301, Conj. 06, Lote 01 OESTE Agrovila São Sebastião	881.797 - 9	1427	1412,73
São Sebastião	UBS "09" Nº 4 -São Sebastião (PSF - Posto de Saúde da Família Res. do Bosque I/Vila Nova II)	Rua da Escola, LT 540 - Vila Nova	902.044 - 6	1629	1612,71
Paranoá	UBS Nº 1 - Itapoã (CS 02 - Centro de Saúde nº 02 do Paranoá - Itapoã)	QD 378, Conj. L - A/E - Del Lago	1.021.963 - 3	3592	3556,08
Paranoá	UBS Nº 7 - Paranoá (PSR - Posto de Saúde de Família Rural-Café Sem Troco )	FZ STO ANTÔNIO DF 270, KM 02, Chácara Café sem troco	1.417.819 - 2	741	733,59
São Sebastião	UBS Nº 12 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde São José)	Qd 31, Lt 06, Bairro Vila São José	1.462.534 - 2	812	803,88
São Sebastião	UBS "11" Nº 7 - São Sebastião (UBS - Unidade Básica de Saúde Res. do Bosque II / Vila Nova I)	Rua 26, CJ. B, casa 17 Res. do Bosque	1.533.232 - 2	899	890,01
Paranoá	UBS 05 Paranoá - Quebrada dos Neres	DF 130, Km 31/56, Cent.Com. Quebr. NE	1740966 - 7	892	883,08
São Sebastião	UBS 02 São Sebastião	AG-I QD-101 CJ 02 LT 01 TRE - Resid. Oeste Agrov. S. Sebastião.	1755315 - 6	1323	1309,77
Paranoá	UBS 03 PARANOÁ PARQUE	Q 02 AE 04 CJ 06 PARANOÁ PARQUE	1868792-X	4302	4258,98
São Sebastião	UBS 01 S H MANGUEIRAL	S H MANGUEIRAL LT 01 PRAÇA DE ATIV. 02 AGROVILA SÃO SEBASTIÃO	1868801-2	3534	3498,66
Paranoá	DIRAPS-LE e GSAP2 PARANOÁ	Q 02 FP Galpão Antiga Feira CIT COD Paranoá	1959094 - 6	1946	1926,54
Paranoá	"APARELHO VITAL RES. PARANOÁ"	Fazendinha Qd 01 Cj A Lt 38 Aparelho RES Paranoá	1959720 - 7	132	110,88
Lago Sul	UBS N. 8	NR CAVA BAIXO BR 251 KM 63	2167160 - 5	864	855,36
São Sebastião	Aparelho Vital - Resid. Vitória	Resid. Vitória R. 01/02 LT 10 casa 02 Agrovila São Sebastião	2190026 - 4	164	137,76
Paranoá	CONSULTÓRIO DE RUA	Praça Central CJ 06 AV Paranoá	2218265 - 9	62	52,08
São Sebastião	SES-DF Base SAMU São Sebastião (transferido para o agrupador 10130432 em maio de 2023)	AG I QD 104 CJ 05 LT 09 PÃO E LEITE AGROVILA SÃO SEBASTIÃO	2334301	91	76,44
Ceilândia	UBS 13 - Ceilândia (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Boa Esperança)	Núcleo Rural da Boa Esperança S/N	473.498 - X	713	705,87
Brazlândia	UBS Nº 1 - (CS 01 - Centro de Saúde nº 01 de Brazlândia)	EQN. 6/8 Norte LT 03 A/E 1 - Setor Norte	473.915 - 9	4518	4472,82
Brazlândia	UBS Nº 6 - Brazlândia (PSR - P. de Saúde da Família Rural Almécegas)	Fazenda Almécegas DF 180/DF 205 KM 05	473.932 - 9	512	506,88
Ceilândia	UBS 10 - Ceilândia (CS 10 - Centro de Saúde nº 10)	QNN 12 - Área Especial 01 NR 10	473.950 - 7	3828	3789,72
Ceilândia	UBS 3 - Ceilândia (CS 03 - Centro de Saúde)	QNM 15 - Lote D - Área Especial 15	473.981 - 7	3836	3797,64
Ceilândia	UBS 06 - Ceilândia (CS 06 -Centro de Saúde)	EQNP 10/14 - Lotes E,F,G,H	473.985 - X	4043	4002,57
Ceilândia	UBS 09 - Ceilândia (CS 09 -Centro de Saúde)	EQNP 28/32 - Lotes A,B,C,D	474.004 - 1	4311	4267,89
Ceilândia	UBS 07 - Ceilândia (CS 07 - Centro de Saúde nº 07)	QNO 10 - Área Especial D e E	474.044 - 0	4098	4057,02
Ceilândia	UBS 05 - Ceilândia (CS 05 - Centro de Saúde nº 05)	QNM 16 - Lote F A/E Ceilândia Norte	474079 - 3	4318	4274,82
Ceilândia	UBS 02 - Ceilândia (CS 02 Centro de Saúde nº 02)	QNN 15 - Lote F AE Ceilândia	474.098 - X	3638	3601,62
Brazlândia	UBS 09 / Nº 7 - Brazlândia (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Inera 08)	Núcleo Rural Alexandre Gusmão, A/E nº 16 Lote 2 INCRA 08 AE 16	498.059 - X	455	427,7
Ceilândia	UBS 12 - Ceilândia (CS12 - Centro de Saúde nº 12)	EQNQ 03/04 LT A - Área Especial	537.321 - 2	2922	2892,78
Brazlândia	UBS Nº 3 - Brazlândia (PSU-Posto de Saúde da Família Urbano Veredas I)	QD 03 Lote 06, A/E nº 02, Setor Veredas	822.712 - 8	439	412,66
Ceilândia	UBS 14 - Ceilândia (PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Condomínio Privê)	Condomínio Privê Lucena Roriz RUA 01 A/E 03 Md- 12 Lote 01 "CRP AE 01 PRIVÊ 01 POSTO	839.815 - 1	945	935,55
Brazlândia	UBS Nº 2 - Brazlândia (CS 02 - Centro de Saúde nº 02 de Brazlândia)	QD 45 A/E nº 01 - Expansão da Vila São José	1.295.153 - 6	2643	2616,57
Ceilândia	UMS- Unidade Mista de Saúde (Antigo CS-11 - Centro de Saúde nº 11 Ceil.) "UBS 11	EQNO 17/18 BL-H LT-01 AE Ceilândia-DF	1.546.451 - 2	100	84
Brazlândia	UBS Nº 4 - Brazlândia (UBS - Unidade Básica de Saúde Veredas II	QD 01 A/E 01 Setor Veredas II	1.635.569 - 5	941	931,59

Brazlândia	UBS Nº 7 - Brazlândia (PSR - Posto de Saúde da Família Rural Incra 08)	Núcleo Rural Alexandre Gusmão, INCRA 08 A/E - QD15 LT 02 LJ 01	1.635.577 - 6	1086	1075,14
Ceilândia	UBS 16 Ceilândia - Sol Nascente	QUADRA 501, AE 02 TRECHO 01 SOL	1844186-6	3471	3436,29
		NASCENTE Ceilândia-DF "SHSN QD 500 AE 2"		3471	3436,29
Ceilândia	UBS 17 Ceilândia	EQNP 16/20 AE LOTES E, F e G Ceilândia	1844188-2	4461	4416,39
Ceilândia	UBS 11 Ceilândia	EQNO 17/18 AREA ESPECIAL BL H LT 01	1945871-1	4658	4611,42
Ceilândia	UBS 15 Ceilândia	QNR 02 AE 12 UBS Ceilândia CEP: 72.275-324	2165962-1	4354	4310,46
Ceilândia	UBS 08 Ceilândia	EQNP 13/17 LT A, B, C, D	2195170-5	3035	3004,65
Brazlândia	UBS 08 Brazlândia - Capela Oeste	NR RODEADOR CH STA HELENA	2241197 - 6	879	870,21
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 5 (UBS Nº 5 - Taguatinga)	ST D Sul AE 23 Taguatinga-DF	473.361 - 4	531	525,69
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 6 (UBS Nº 6 - Taguatinga)	ST C Sul AE 01 Taguatinga-DF	473.380 - 0	4832	4783,68
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 2 (UBS Nº 2 Taguatinga)	CND LT A Praça do Bicalho Taguatinga-DF	473.397 - 5	3686	3649,14
Taguatinga	CS 01 de Taguatinga (UBS 01)	ST G Norte AE 18 19 Taguatinga-DF	473.409 - 2	5116	5064,84
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 8 (UBS Nº 8 - Taguatinga)	QNL 24 CS FP Posto de Saúde	473.451 - 3	4086	4045,14
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 3 (UBS Nº 3 - Taguatinga)	Setor L Norte AE 02 Taguatinga-DF	473.464 - 5	4976	4926,24
Taguatinga	GSAP - Taguatinga Nº 7 (UBS Nº 7 - Taguatinga)	QNM 36 AE 10 M NORTE Taguatinga-DF	474.068 - 8	4177	4135,23
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 1 (UBS Nº 1 - Samambaia)	QR 408 AE 01 Samambaia-DF	474.183 - 8	4221	4178,79
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 2 (UBS Nº 2 - Samambaia)	QS 611 AE 2 FP Centro de Saúde Samambaia-DF	474.193 - 5	4100	4059
Recanto das Emas	GSAP - Recanto das Emas Nº 14 (UBS 01)	AV. Recanto QD 307 AE 06 Recanto Emas	474.207 - 9	2332	2308,68
Samambaia	GSAP - Recanto das Emas Nº 2 (UBS Nº 2 - Recanto das Emas)	AV Recanto QD 102 AE AE LT 01 LADO PM Recanto Emas	536.499 - X	5614	5557,86
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 3 (UBS Nº 3 - Samambaia)	QN 429 CJ F LT 01 Expansão Posto Saúde	538.570 - 9	2748	2720,52
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 3 (UBS Nº 3 - Samambaia)	QN 429 CJ F LT 01 Expansão Posto Saúde	538.570 - 9	313	294,22
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 4 (UBS Nº 4 - Samambaia)	QN 512 CJ 02 LT 01/03 Posto de Saúde Samambaia-DF	543.964 - 7	3559	3523,41
Taguatinga	PSU - Posto de Saúde da Família Urbano Areal (UBS 020)	QS 08 CJ 410 A AE 03 LT 15 AREAL	637.361 - 5	938	928,62
Recanto das Emas	PSU - Posto de Saúde da Família Urbano (UBS 10)	Q 311/511 AE LT 01 Obra Av. Monjolo Recanto das Emas	822.768 - 3	747	739,53
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 9 (UBS Nº 9 - Samambaia)	QN 317 AE 01 frente ao Caique Samambaia-DF	836.897 - X	1099	1088,01
Taguatinga	GSAP - Taguatinga/Vicente Pires Nº10 (UBS Nº 1 - Taguatinga)	CA Samambaia R. 4C CH 12 LOTE 3 Colonia Agrícola Samambaia	907.367 - 1	9048	8957,52
Recanto das Emas	UBS 07 Recanto das Emas	NR C. Grande CH 16 MA 01 Subadm Casa Grande Gama	1141253 - 4	701	693,99
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 5 (UBS Nº 5 - Samambaia)	QN 523 AE 01 Prox. Garagem VIPLAN Samambaia-DF	1.274.220 - 1	3360	3326,4
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 6 (UBS Nº 6 - Samambaia)	QS 122 CJ 06 LT 01 UBS UM.B.Saúde Samambaia-DF	1.324.853 - 7	3111	3079,89
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 8 (UBS Nº 8 - Samambaia)	QS 314 CJ 05 LT 01 Samambaia-DF	1.324.862 - 6	3157	3125,43
Taguatinga	GSAP - Taguatinga/Águas Claras (UBS 01)	QS 05 AV AREAL LT 24 UBS Taguatinga-DF	1.357.172 - 9	4062	4021,38
Recanto das Emas	GSAP - Recanto das Emas UBS Nº 3 (PSF)	Q 104 LT 25 UBS Rec. Emas	1.359.326 - 9	5242	5189,58
Samambaia	GSAP - Samambaia Nº 7 (UBS Nº 8 - Samambaia)	QR 302 CJ 05 LT 01 Samambaia-DF	1.366.287 - 2	5719	5661,81
Recanto das Emas	GSAP - Recanto das Emas (UBS 04) Nº 1 (PSF)	Q 308 AE Recanto Lt 02 Clínica da Família AV. Rec. Emas	1.438.363 - 2	4646	4599,54
Taguatinga	EQUIPAMENTO VITAL	QNH 15 LT 16 Taguatinga	1448949 - X	20	14,8
Samambaia	UBS 10 Quadra 501 (UBS Nº 10 - Samambaia)	QN 501 CJ 07 Casa 31 LT 02 Samambaia	1.482.913 - 4	467	438,98
Samambaia	UBS 12 SAMAMBAIA	QR 210 Conjunto 22 Lote 1 - Samambaia	1809741-3	5281	5228,19
Samambaia	UBS 12 SAMAMBAIA BOMBA DE INCÊNDIO	QR 210 Conjunto 22 Lote 1 - Bomba de incêncio - Samambaia	1812874 - 2	92	77,28
Samambaia	Aparelho Vital	QR 501 conjunto 24 Lote 6 Aparelho Vital - Samambaia	1948673 - 1	39	28,86
Samambaia	UBS 13 SAMAMBAIA	QS 615 AE 01 SAMAMBAIA	1997045 - 5	653	646,47
Recanto das Emas	UBS 05 RECANTO DAS EMAS	A MONJOLO QD 804 CJ 20B LT 01	2131984-7	2257	2234,43
Samambaia	UBS 11 SAMAMBAIA	QR 831 CJ 02 LT 01 SAMAMBAIA	2139612-4	3901	3861,99
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 202	2488445	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 204	2488454	15	11,1
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 101	2488493	15	11,1
Taguatinga		R MANACA LT 02 BL 01 LJ 12	2609977 - 2	443	416,42
Taguatinga	SES-DF Sala de vacinação Águas Claras (transferido para esse agrupador em maio/2023)	R MANACA LT 02 BL 01 LJ 14	2609989 - 6	169	141,96
Gama		NR C GRANDE CH 01 MD 06 GAMA	2240777	30	22,2
Samambaia		QS 107 CJ 08 LT 06 LJ	2488074	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 LJ 01	2488312	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 203	2488323	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 101	2488329	30	22,2
Samambaia	SV SERVIÇO	QS 107 CJ 07 LT 04	2488340	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 104	2488351	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 202	2488364	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 204	2488372	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 LJ 01	2488392	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 201	2488406	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 102	2488410	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 203	2488416	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 04 SL 103	2488426	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 102	2488438	30	22,2
Samambaia		QS 107 CJ 08 LT 03 SL 102	2488545	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05 SL 04	2488578	30	22,2
Samambaia	SV SERVIÇO UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05	2488585	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 08 LT 03/05 SL 01	2508329	30	22,2
Samambaia	UPA	QS 107 CJ 07 LT 03 SL 103	2510708	30	22,2
Gama	UBS 03 GAMA / CENTRO DE SAÚDE 03	ST L EQ 03/05 AE Gama	473621 - 4	3018	2987,82
Santa Maria	UBS 01 SANTA MARIA / CENTRO DE SAÚDE 07	QD 307 Cj T Lt 02 Santa Maria	473624 - 9	5307	5253,93
Gama	UBS 02 GAMA / CENTRO DE SAÚDE 02	ST S Q 11 AE LOTES A, B, C e D Gama	473648 - 6	1909	1889,91
Gama	UBS 01 GAMA / CENTRO DE SAÚDE 01	ST S Q 06/12 AE SETOR SUL Gama	473659 - 1	3779	3741,21
Gama	POSTO DE SAÚDE RURAL 01 GAMA PONTE ALTA DE CIMA	NR Ponte A cima KM 32 CH 06 Gama	473683 - 4	189	158,76
Gama	"UBS nº 06 do Gama" / CENTRO DE SAÚDE 06 Unidade Básica de Saúde nº06	Área Especial Entrequadra 12/16 AE 01 Setor Oeste Gama CEP: 72420-420	473.701 - 6	4815	4766,85
Gama	CAPS	ST O PCA 01 Salão Comunitário GAMA	473705 - 9	1978	1958,22
Gama	UBS 05 GAMA / CENTRO DE SAÚDE 05	ST C AE LD Lest. AE LT 38 Setor Central	473720 - 2	3687	3650,13
Santa Maria	UBS 02 / CENTRO DE SAÚDE 02	QR 217/317 AE frente Cj N LT 2 da QR 217 Santa Maria	507915 - 2	4045	4004,55

Gama	UBS 08 GAMA POSTO DE SAÚDE VL DVO	AGP DVO TR Eucaliptos N. 04 LT 01 AE Gama	543789 - X	1167	1155,33
Gama	UBS 09 GAMA ENGENHO DAS LAGES	NR ENG. das Lages R. Libanio CS 13 Gama	589356 - 9	928	918,72
Santa Maria	UBS 05 / POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA	EQ 213/313 Lote E AE Santa Maria	609604 - 2	1088	1077,12
Santa Maria	UBS 06 Santa Maria / PROG SAÚDE DA FAMÍLIA	EQ 202/302 LT 02 AE Posto Santa Maria	634987 - 0	1287	1274,13
Santa Maria	UBS 03 / Posto de Saúde N-03	QR 100 Cj I Lt 01 Posto de Saúde N-03 Santa Maria	769865 - 8	628	621,72
Gama	UBS 11/ Unidade Básica de Saúde nº11 do Gama	NR P Alta Norte DF 475 Km 5 / 7 Cs 01 ao lado Col Gama CEP: 72457-993	829363 - 5	779	771,21
Gama	UBS 04 GAMA CE 04	ST Leste EQ 23 - 29 AE 02 PRAÇA 03 PX Colégio CE 04 Gama	885963 - 9	3530	3494,7
Santa Maria	UBS 07 SANTA MARIA	Res. S. Dumont AE AV. BRIGADEIRO PINTO Santa Maria	949134 -1	1276	1263,24
Gama	UBS 12 GAMA / Posto do D.E.R	DF 290 KM 06 ANTIGO Posto FISCAL do D.E.R. Gama	1428791 - 9	1800	1782
Santa Maria	UBS 07 SANTA MARIA	Resid. S. Dumont PX Guarita Sede Associação Santa Maria	1470667 - 9	30	22,2
GAMA	UPA	ST Ind. QI 07 SETOR INDUSTRIAL	1492479 - X	100	84
Santa Maria	Aparelho Vital Santa Maria	QR 210 CJ P LT 12	2139105 - X	324	304,56
Santa Maria	Aparelho Vital Santa Maria	QR 100 CJ Q LT 21 Santa Maria	2147429 - X	30	22,2
SANTA MARIA		BR 040 KM 2 65 ROD BR 040 POSTO BEL	2244508 - 0	83	69,72
Santa Maria		DF 140 KM 4 5 BX 23 SH TORORO	2260611 - 4	151	126,84
Santa Maria		DF 140 KM 4 5 BX 16 SH TORORO	2260647 - 5	348	327,12
Planaltina	UBS nº 14 Planaltina (PSR Posto de Saúde da Família Rural Tabatinga)	Núcleo Rural Tabatinga	1838678 - 4	269	242,1
Paranoá	NISPa - Núcleo de Insp. de Saúde do Paranoá	QD 03 - LT 07 A/E	114.092-2	683	676,17
Asa Sul	NISAS - Núcleo de Insp. de Saúde da Asa Sul	SAIS - Área Especial nº. 10 - Brasília PM	461972 - 2	785	777,15
Planaltina	NISPL - Núcleo de Insp. de Saúde de Planaltina	Av. Independência, QD 02, Bl. J, SCC	473.308-8	764	756,36
Taguatinga	NISTN - Núcleo de Insp. de Saúde de Taguatinga	QNJ - Área Especial nº. 02 - Taguatinga Norte	473.441-6	975	965,25
Sobradinho	NISS - Núcleo de Insp. de Saúde de Sobradinho	ST ADM Cultural Quadra Central, S/N, Lote D	473.582 - X	933	923,67
Gama	NISG - Núcleo de Insp. de Saúde do Gama	Setor Central - Área Especial nº 07	473749 - 0	1166	1154,34
Brazlândia	NISBz - Núcleo de Insp. de Saúde de Brazlândia	AE nº 04 Lote 09 - P. Adm. Setor Tradicional	473.863-2	823	814,77
Ceilândia	NISC - Núcleo de Insp. de Saúde de Ceilândia	QNM 15-Lote D -Área Especial FRT QNM 23	473980 - 9	982	972,18
Guará	NISGu - Núcleo de Insp. de Saúde do Guará	QE 12 FP Área Especial Lote "B" - Guará I	474.125-0	775	767,25
Recanto das Emas	NISRE - Núcleo de Inspeção do Recanto das Emas	Av. Recanto QD 104 / 105 Lt 03 Rec. Emas	788.159-2	708	700,92
Asa Sul	NISLS - Núcleo de Insp. de Saúde do Lago Sul	SHIS AE -QI 13, Lote F -Inspetoria Lago Sul	821.882 - X	623	616,77
Taguatinga	NISTS - Núcleo de Insp. de Saúde de Taguatinga	EQSE 11/13 A/E 02 - Taguatinga Sul	1.053.013-4	1360	1346,4
Asa Sul	NISCV - Núcleo de Insp. De Saúde do Cruzeiro Velho	Setor Escolar Área Especial C, Lote 03	1.184.429-9	713	705,87
São Sebastião		AG I R-47-A LT-50 PX Praça Tião Areia CEP 71.692-507 Agrovila São Sebastião-DF	1.514.551 - 4	377	354,38
Santa Maria		ROD BR 040 KM 2,6 POSTO FISCAL	1928240 - 0	730	722,7
LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública do DF	LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública do DF	SGAN, Quadra 601, Lotes O e P	1.115.248-6	100262	99259,38
DIVAL	DIVAL - Diretoria Vigilância Ambiental	SMU Lote 04 próximo ao Hosp. de Apoio Canil (Setor de Áreas Isoladas Norte - L4)	473.041 - 0	5942	5882,58
Samambaia	C. Comunitário	QN 410 AE FP C. Comunitário Samambaia	2418387 - 3	371	348,74
Samambaia	SES-DF Base SAMU Modular Samambaia	QS 302 CJ 05 LT 01 Centro Urbano	1509644 - 0	2272	2249,28
SIA	SES-DF Sede do SAMU	SIA TR 03 Lotes 2090/2100	1.510.920-8	14182	14040,18
Gama	SES-DF Base SAMU Gama	Setor Central, Lado Oeste Área Especial nº EQ. 17/20 GAMA	1.607.285-5	771	763,29
Riacho Fundo	SES-DF Base SAMU Riacho Fundo	AC 03 LT 11 CENTRO INFORM.CITI	1793595 - 4	2015	1994,85
Ceilândia	SES-DF Base SAMU Ceilândia	EQNM 02/04 AE CEILÂNDIA	1801820 - 3	1393	1379,07
Samambaia	SES-DF Base SAMU Samambaia	EQR 307/309 CJ 08-01 C. Comunitário	1802846 - 2	526	520,74
Santa Maria	SES-DF Base SAMU Santa Maria	QR 307 Conjunto U Lote I - Santa Maria	1910301 - 8	430	404,2
Guará I	SES-DF Aparelho Vital (transferido p/ agrupador 10130402 em maio/2023)	QE 12 CJ F LT 35	2199887	19	14,06
Taguatinga	SES-DF Base SAMU Taguatinga	QS 03 LT 11	2236783	931	921,69
São Sebastião	SES-DF Base SAMU São Sebastião (transferido do agrupador 10130402 em maio/2023)	AG I QD 104 CJ 05 LT 09 PÃO E LEITE AGROVILA SÃO SEBASTIÃO	2334301 - X	286	257,4
Guará	SES-DF Base SAMU Guará (transferido do agrupador 10130402 em maio/2023)	EQ 42/44 CJ P ÁREA VERDE GUARÁ II	2418254 - 0	608	601,92
Paranoá	SES-DF Base SAMU Paranoá (transferido do agrupador 10130402 em maio/2023)	Q 33 FP TERMINAL RODOVIÁRIO SAMU PARANOÁ	2537546 - 6	362	340,28
Guará I	SCIA	AV CENTRAL CIDADE ESTRUTURAL	2715677 - X	1758	1740,42
Taguatinga	SES-DF Sala de vacinação Águas Claras (transferido para agrupador 10130407 em maio/2023)	R MANACA LT 02 BL 01 LJ 14	2609989	15	11,1
Estrutural	SES-DF Base SAMU Estrutural		1015132X	30	22,2
S.I.A	Parque de Apoio	SIA/SAPS - Trecho 01, A/E Bloco G Parque de Apoio - S.I.A	458.752-9	95382	94428,18
	CEME	SGAS 916 AE SN CEME - PROX. Cemit. Plano Piloto	461977	0	0
HBDF - Hospital de Base	DIPROD - Diretoria de Produção (antigo CPD)	SMHS - QD 301, Ed. CPD - Plano Piloto	471882 - 8	4180	4138,2
SIA	ADMC-Almoxarifado	SIA Trecho 04 Lote 1510 ADMC-Almoxarifado - SIA	473216	0	0
SIA	Bomba de Incendio	SIA Trecho 04 Lote 1840/1890 - Bomba de Incendio - SIA	1199288 - 3	100	84
Parque Brasília Cruzeiro	SGI Quadra 01	Q. 01 Lote 985 SL 318	1482916 - 9	30	22,2
Parque Brasília Cruzeiro	SGI Quadra 01	Q. 01 Lote 985 SL 316	1482920 - 7	30	22,2
Parque Brasília Cruzeiro	SGI Quadra 01	Q. 01 Lote 985 SL 317	1482937 - 1	30	22,2
Parque Brasília Cruzeiro	SGI Quadra 01	Q. 01 Lote 985 SL 319	1482940 - 1	30	22,2
	NUMEB - Núcleo de Medicamentos Básicos	SIA Trecho 04 Lote 1840-1890 Núcleo de Medicamentos Básicos - SAI	1497652-8	6891	6822,09
	METRO	SQS 114 Loja 06 SE SQS 214 - Metro	1663745 - 3	234	210,6
	METRO	SQS 114 Loja 07 SE SQS 214 - Metro	1663749 - 6	180	151,2

ANEXO VII

Planilha de Possíveis Locais de Estacionamento nas US - SES/DF

Região de Saúde	Unidade de Saúde	Tipo de Unidade	Quantidade disponível em m²	Latitude	Logitude
CENTRAL	LACEN - LABORATÓRIO CENTRAL DO DF	LABORATÓRIO	5009,67	15°47'03"S	47°52'16"W
CENTRAL	NIBS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO BRASÍLIA SUL + NUAL SUL	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1152,49	15°50'01"S	47°56'27"W

CENTRAL	NICZ - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO CRUZEIRO (EDIFÍCIO DA SEC. DE EDUCAÇÃO - AO LADO DO CS Nº 14)	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	751,14	15°47'01"S	47°56'11"W
CENTRAL	NILN - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO LAGO NORTE	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1225,09	15°42'59"S	47°52'59"W
CENTRAL	NILS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO LAGO SUL	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	5189,31	15°50'23"S	47°52'25"W
CENTRAL	SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE - SEDE	VIGILÂNCIA À SAÚDE	2999,79	15°47'18"S	47°52'41"W
CENTRAL	HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA - HAB	HOSPITAL REGIONAL	6466,03	15°45'30"S	47°54'55"W
CENTRAL	HOSPITAL MATERNO DE BRASÍLIA - HMIB	HOSPITAL REGIONAL	3190,23	15°49'24"S	47°53'50"W
Central	FARMÁCIA DE ALTO CUSTO	FARMÁCIA	748,72	15°48'23"S	47°53'18"W
CENTRAL	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB	ÓRGÃO	2983,47	15°47'06"S	47°53'09"W
CENTRAL	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS + DIRAAH (DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR - 73,74 M²)	FEPECS	1693,93	15°47'02"S	47°53'13"W
CENTRAL	UBS Nº 01 - ASA NORTE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	937,64	15°46'22"S	47°53'33"W
CENTRAL	UBS Nº 02 - ASA NORTE + NUVAL NOR	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.447,92	15°44'34"S	47°53'29"W
CENTRAL	UBS Nº 01 - ASA SUL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.534,47	15°49'58"S	47°54'33"W
CENTRAL	UBS Nº 01 - CRUZEIRO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	670,97	15°48'02"S	47°56'31"W
CENTRAL	UBS Nº 02 - CRUZEIRO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.624,50	15°47'00"S	47°56'09"W
CENTRAL	UBS Nº 01 - LAGO NORTE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	652,47	15°43'32"S	47°52'25"W
CENTRAL	UBS Nº 01 - VARJÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.088,47	15°42'39"S	47°52'34"W
CENTRAL	HOSPITAL DIA (C.S Nº 01)	HOSPITAL REGIONAL	507,88	15°48'50"S	47°54'28"W
CENTRAL	ADOLESCENTRO (C. S Nº 06)	ADOLESCENTRO	802,40	15°48'59"S	47°53'20"W
CENTRAL	POLICLÍNICA / GSAS 02	POLICLÍNICA	893,30	15°50'47"S	47°51'15"W
CENTRAL	CAPS AD RODOVIÁRIA	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	387,98	15°47'50"S	47°53'22"W
CENTRAL	CENTRO DE ESPECIALIDADE - CEDOH	CENTRO DE ESPECIALIDADE	451,95	15°45'41"S	47°52'50"W
CENTRAL	CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICO-PSICOPEDAGÓGICA - COMPP	CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICA	2.705,70	15°47'04"S	47°53'13"W
CENTRAL	UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL - UAI / NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NAI	UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL	1.215,11	15°45'43"S	47°56'13"W
CENTRAL	HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE	HOSPITAL REGIONAL	8.339,06	15°47'05"S	47°52'58"W
CENTRO-SUL	BASE DESCENTRALIZADA - RIACHO FUNDO I	SAMU	1401,76	15°53'03"S	48°01'08"W
CENTRO-SUL	BASE DESCENTRALIZADA - ESTRUTURAL	SAMU	468,60	15°48'34"S	48°05'08"W
CENTRO-SUL	CENTRAL DE REGULAÇÃO DE URGÊNCIAS - DIRETORIA DO SAMU DF	CERAC	80,41	15°48'06"S	47°58'14"W
CENTRO-SUL	NINB - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE + NUVAL NB	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	588,72	15°51'14"S	47°57'28"W
CENTRO-SUL	NICA - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DA CANDANGOLÂNDIA	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	2191,47	15°51'14"S	47°57'01"W
CENTRO-SUL	NIGU - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO GUARÁ + NUVAL GUA	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	753,32	15°50'45"S	47°57'32"W
CENTRO-SUL	NIRF - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO RIACHO FUNDO I	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1643,53	15°53'04"S	48°01'08"W
CENTRO-SUL	PARQUE DE APOIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	SES-DF	1576,89	15°48'49"S	47°57'59"W
CENTRO-SUL	GERÊNCIA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E ESTRATÉGICOS - GEMEBE	GEMEBE	1.221,37	15°49'02"S	47°55'10"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 - RIACHO FUNDO I	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.488,77	15°53'07"S	48°01'24"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 02 - RIACHO FUNDO I	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	469,72	15°54'33"S	48°02'57"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 03 - RIACHO FUNDO I	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.321,78	15°53'06"S	48°01'24"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 - RIACHO FUNDO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.259,32	15°55'23"S	48°02'37"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 02 - RIACHO FUNDO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	220,60	15°54'33"S	48°02'57"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 03 - RIACHO FUNDO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.296,19	15°54'21"S	48°02'45"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 04 - RIACHO FUNDO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	163,42	15°56'50"S	48°00'54"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 05 - RIACHO FUNDO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	965,02	15°56'26"S	48°02'23"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 - CANDANGOLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	917,32	15°56'24"S	48°02'20"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 + Policlínica NÚCLEO BANDEIRANTE	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.420,52	15°52'13"S	47°57'59"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 - PARKWAY	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.961,48	15°56'01"S	47°56'22"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 02 + CAPS AD + Laboratório Regional - GUARÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	17.169,90	15°54'02"S	48°02'19"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 03 - GUARÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	791,20	15°50'57"S	47°58'11"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 04 - GUARÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	244,44	15°50'58"S	47°58'13"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 05 - GUARÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.897,14	15°50'58"S	47°58'13"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 01 - ESTRUTURAL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	819,45	15°47'01"S	47°59'50"W
CENTRO-SUL	UBS Nº 02 - ESTRUTURAL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	359,53	15°47'01"S	47°59'50"W

CENTRO-SUL	FARMÁCIA DA UBS Nº 03 - RF II	FARMÁCIA	211,63	15°54'29"S	48°02'56"W
CENTRO-SUL	HOSPITAL REGIONAL DO GUARÁ - HRGU + Policlínica (CEO + CEDHIC)	HOSPITAL REGIONAL	1.019,73	15°49'04"S	47°59'09"W
CENTRO-SUL	NÚCLEO DE FARMÁCIA VIVA	NÚCLEO DE FARMÁCIA	133,05	15°53'39"S	48°02'08"W
CENTRO-SUL	POLICLÍNICA DO RIACHO FUNDO I	POLICLÍNICA	1.007,20	15°52'51"S	48°00'36"W
LESTE	BASE DESCENTRALIZADA - SÃO SEBASTIÃO	SAMU	426,25	15°48'34"S	48°05'08"W
LESTE	NIPA - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO PARANOÁ + NUVAL PAR	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1807,21	15°46'47"S	47°47'04"W
LESTE	NISS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO + NUVAL SSB	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	261,74	15°54'09"S	47°46'14"W
LESTE	UBS Nº 01 - ITAPOÃ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	948,87	15°44'24"S	47°45'48"W
LESTE	UBS Nº 02 - ITAPOÃ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	488,60	15°44'51"S	47°46'09"W
LESTE	UBS Nº 03 - ITAPOÃ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.006,30	15°44'41"S	47°45'40"W
LESTE	UBS Nº 01 - PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	271,53	15°46'10"S	47°46'47"W
LESTE	UBS Nº 02 - PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	106,78	15°46'14"S	47°46'42"W
LESTE	UBS Nº 03 - PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.026,18	15°46'01"S	47°47'31"W
LESTE	UBS Nº06 - PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	628,77	15°54'24"S	47°31'02"W
LESTE	UBS Nº 07 - PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.876,53	15°52'54"S	47°37'15"W
LESTE	PONTO DE APOIO DA UBS08-PADF PARANOÁ	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	385,82	15°46'04"S	47°47'30"W
LESTE	UBS Nº 02 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	366,91	15°53'20"S	47°46'42"W
LESTE	UBS Nº 03 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	419,94	15°54'27"S	47°46'39"W
LESTE	UBS Nº 04 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	534,67	15°53'32"S	47°46'54"W
LESTE	UBS Nº 05 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	764,60	15°59'27"S	47°48'47"W
LESTE	UBS Nº 07 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	197,87	15°54'59"S	47°46'16"W
LESTE	UBS Nº 08 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	690,45	15°54'34"S	47°45'53"W
LESTE	UBS Nº 09 - SÃO SEBASTIÃO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	793,66	15°54'18"S	47°45'20"W
LESTE	UBS - CAPÃO DA ERVA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.544,49	15°44'14"S	47°43'32"W
LESTE	UBS - Parque de Exposição de São Sebastião	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.021,12	15°54'59"S	47°45'29"W
LESTE	UBS - HOSPITAL DE CAMPANHA DA PAPUDA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3.369,20	15°54'17"S	47°48'24"W
LESTE	CAPS AD - ITAPOÃ	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.661,30	15°46'17"S	47°49'35"W
LESTE	CAPS I - PARANOÁ	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	3.052,73	15°46'58"S	47°46'58"W
LESTE	HOSPITAL DA REGIÃO LESTE - HRL	HOSPITAL REGIONAL	871,47	15°46'53"S	47°46'54"W
LESTE	CASA DE PARTO DE SÃO SEBASTIÃO + UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE Nº 01 - SÃO SEBASTIÃO	CONJUNTO DE INSTITUIÇÕES	1.443,88	15°54'10"S	47°46'21"W
NORTE	NIPL - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE PLANALTINA + NUVAL PLA	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	98,73	15°37'23"S	47°39'18"W
NORTE	NISO - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SOBRADINHO + NUVAL SOB	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	608,26	15°50'01"S	47°56'27"W
NORTE	UBS Nº 01 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	110,74	15°37'03"S	47°38'28"W
NORTE	UBS Nº 02 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	836,78	15°36'44"S	47°38'35"W
NORTE	UBS Nº 04 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	586,59	15°37'11"S	47°40'49"W
NORTE	UBS Nº 05 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.278,33	15°38'21"S	47°38'49"W
NORTE	UBS Nº 06 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	360,69	15°38'27"S	47°38'24"W
NORTE	UBS Nº 07 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	221,62	15°36'09"S	47°38'53"W
NORTE	UBS Nº 08 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.330,69	15°40'16"S	47°38'43"W
NORTE	UBS Nº 09 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	318,79	15°40'45"S	47°38'53"W
NORTE	UBS Nº 12 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.478,20	15°39'22"S	47°41'41"W
NORTE	UBS Nº 13 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	158,72	15°26'27"S	47°36'42"W
NORTE	UBS Nº 16 - PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	495,06	15°32'04"S	47°30'40"W
NORTE	UBS Nº 20 PLANALTINA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.374,43	15°36'44"S	47°39'06"W
NORTE	CERPIS - CENTRO DE REFERENCIA EM PRATICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE	CERPIS	474,13	15°37'28"S	47°39'05"W
NORTE	CAPS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	297,26	15°37'28"S	47°39'04"W
NORTE	HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA - HRPL	HOSPITAL REGIONAL	16.253,45	15°37'31"S	47°39'10"W
NORTE	UBS Nº 03 - FERCAL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.069,10	15°35'17"S	47°50'40"W

NORTE	UBS Nº 01 - SOBRADINHO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.753,44	15°39'02"S	47°46'55"W
NORTE	UBS Nº 02- SOBRADINHO	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.874,13	15°39'13"S	47°48'39"W
NORTE	UBS Nº 01 - SOBRADINHO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.850,66	15°38'37"S	47°49'27"W
NORTE	UBS Nº 02 - SOBRADINHO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.501,57	15°33'14"S	47°51'09"W
NORTE	UBS Nº 03 - SOBRADINHO II	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	61,43	15°37'15"S	47°49'18"W
NORTE	CAPS AD	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	580,82	15°38'49"S	47°49'00"W
NORTE	CAPS INFANTIL	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	145,76	15°39'14"S	47°47'43"W
NORTE	HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO - HRS	HOSPITAL REGIONAL	20.148,58	15°38'53"S	47°47'33"W
NORTE	NUPAV + BASE DESCENTRALIZADA - SOBRADINHO I	BASE DESCENTRALIZADA	391,61	15°39'01"S	47°47'38"W
OESTE	BASE DESCENTRALIZADA - CEILÂNDIA	SAMU	28,21	15°48'58"S	48°06'32"W
OESTE	NICE - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE CEILÂNDIA + NUVAL CEI	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	665,62	15°49'51"S	48°05'46"W
OESTE	NIBR - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE BRAZLÂNDIA + NUVAL BRZ	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	2004,24	15°40'55"S	48°12'16"W
OESTE	UBS Nº 01 - CEILÂNDIA + LABORATÓRIO REGIONAL DE CEILÂNDIA - LRC	CONJUNTO DE INSTITUIÇÕES	732,29	15°49'07"S	48°07'48"W
OESTE	UBS Nº 02 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1698,27	15°48'28"S	48°07'14"W
OESTE	UBS Nº 03 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	523,55	15°49'51"S	48°05'47"W
OESTE	UBS Nº 05 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	474,53	1°S 48°06'42"	48°06'42"W
OESTE	UBS Nº 06 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.519,29	15°50'24"S	48°06'51"W
OESTE	UBS Nº 07 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3.146,33	15°47'44"S	48°07'51"W
OESTE	UBS Nº 08 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.553,18	15°48'25"S	48°07'47"W
OESTE	UBS Nº 09 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.857,34	15°50'47"S	48°07'24"W
OESTE	UBS Nº 10 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	639,58	15°49'28"S	48°06'48"W
OESTE	UBS Nº 11 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.923,30	15°49'20"S	48°06'54"W
OESTE	UBS Nº 12 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.292,19	15°48'16"S	48°08'36"W
OESTE	UBS Nº 14 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.333,32	15°47'07"S	48°08'15"W
OESTE	UBS Nº 16 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	707,13	15°50'03"S	48°08'00"W
OESTE	UBS Nº 17 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	784,58	15°50'03"S	48°08'00"W
OESTE	UBS Nº 18 - CEILÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.127,79	15°49'55"S	48°06'52"W
OESTE	CAPS AD III	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.299,06	15°50'00"S	48°06'22"W
OESTE	HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA - HRC	HOSPITAL REGIONAL	11.546,12	15°48'55"S	48°05'46"W
OESTE	POLICLÍNICA CEILÂNDIA I	POLICLINICA	314,88	15°50'08"S	48°06'18"W
OESTE	CAPS BRAZLÂNDIA	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	411,72	15°40'20"S	48°12'01"W
OESTE	HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - HRBZ	HOSPITAL REGIONAL	4.581,07	15°40'20"S	48°12'01"W
OESTE	UBS Nº 01 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.691,58	15°40'38"S	48°11'42"W
OESTE	UBS Nº 02 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.257,32	15°39'30"S	48°11'34"W
OESTE	UBS Nº 03 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	206,00	15°40'11"S	48°12'01"W
OESTE	UBS Nº 04 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	425,43	15°40'11"S	48°12'01"W
OESTE	UBS Nº 05 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3.156,59	15°40'27"S	48°09'05"W
OESTE	UBS Nº 09 - BRAZLÂNDIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	286,61	15°44'35"S	48°10'12"W
SUDOESTE	BASE DESCENTRALIZADA - SAMAMBAIA SUL	SAMU	260,08	15°53'06"S	48°06'03"W
SUDOESTE	BASE DESCENTRALIZADA - TAGUATINGA NORTE	SAMU	6513,06	15°48'34"S	48°05'08"W
SUDOESTE	BASE DESCENTRALIZADA – RECANTO DAS EMAS	SAMU	1572,76	15°54'07"S	48°03'34"W
SUDOESTE	NIAC - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE ÁGUAS CLARAS	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	2987,43	15°50'07"S	48°00'31"W
SUDOESTE	NIRE - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO RECANTO DAS EMAS + NUVAL RE	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	3212,98	15°54'13"S	48°04'22"W
SUDOESTE	NISA - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SAMAMBAIA	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	790,08	15°54'13"S	48°04'22"W
SUDOESTE	NITN - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE TAGUATINGA NORTE	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	5354,37	15°48'33"S	48°05'08"W
SUDOESTE	NITS - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE TAGUATINGA SUL + NUVAL TAG	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1386,37	15°51'35"S	48°02'32"W
SUDOESTE	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO - HSVP	HOSPITAL REGIONAL	4429,35	15°50'12"S	48°03'35"W
SUDOESTE	AMBULATÓRIO DE SAÚDE FUNCIONAL	AMBULATÓRIO DE SAÚDE	152,05	15°53'01"S	48°05'59"W
SUDOESTE	CAPS AD III (IMÓVEL ALUGADO)	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	363,67	15°53'01"S	48°05'58"W
SUDOESTE	CAPS III	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	453,05	15°52'47"S	48°04'54"W

SUDOESTE	HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA - HRSAM	HOSPITAL REGIONAL	3.702,81	15°51'11"S	48°04'22"W
SUDOESTE	UBS Nº 01 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3.077,19	15°47'44"S	48°03'34"W
SUDOESTE	UBS Nº 02 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	802,35	15°48'37"S	48°03'47"W
SUDOESTE	UBS Nº 03 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.466,70	15°49'59"S	48°04'39"W
SUDOESTE	UBS Nº 05 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	767,97	15°51'03"S	48°02'48"W
SUDOESTE	UBS Nº 06 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.308,75	15°50'10"S	48°03'46"W
SUDOESTE	UBS Nº 07 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	904,48	15°48'04"S	48°05'38"W
SUDOESTE	UBS Nº 08 - TAGUATINGA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.107,48	15°49'15"S	48°05'32"W
SUDOESTE	UBS Nº 01 - ÁGUAS CLARAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	478,31	15°51'15"S	48°02'08"W
SUDOESTE	UBS Nº 02 - AREAL	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.042,22	15°51'34"S	48°01'26"W
SUDOESTE	UBS Nº 01 - VICENTE PIRES	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	721,72	15°49'09"S	48°01'19"W
SUDOESTE	SALA DE VACINA - ÁGUAS CLARAS	SALA DE VACINA	488,15	15°50'07"S	48°00'31"W
SUDOESTE	HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA - HRT	HOSPITAL REGIONAL	12.053,89	15°49'21"S	48°04'08"W
SUDOESTE	CENTRO DE RADIOTERAPIA DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA	CENTRO DE RADIOTERAPIA	1.309,62	15°49'14"S	48°04'06"W
SUDOESTE	CAPSi	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1.607,66	15°49'09"S	48°04'13"W
SUDOESTE	CENTRAL DE RADIOLOGIA DE TAGUATINGA - CRT	CENTRO DE RADIOLOGIA	1.303,95	15°48'06"S	48°03'52"W
SUDOESTE	UNIDADE MISTA DE SAÚDE (POLICLÍNICA)	POLICLÍNICA	425,71	15°50'07"S	48°03'34"W
SUDOESTE	CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO II	CENTRO DE REABILITAÇÃO	1.761,27	15°49'23"S	48°03'59"W
SUDOESTE	UBS Nº 01 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	169,51	15°51'45"S	48°04'44"W
SUDOESTE	UBS Nº 02 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	831,67	15°52'32"S	48°06'35"W
SUDOESTE	UBS Nº 03 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	538,84	15°53'24"S	48°08'31"W
SUDOESTE	UBS Nº 04 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	839,20	15°52'42"S	48°04'08"W
SUDOESTE	UBS Nº 05 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	783,62	15°53'54"S	48°07'15"W
SUDOESTE	UBS Nº 07 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	3.332,78	15°52'40"S	48°04'57"W
SUDOESTE	UBS Nº 08 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.085,96	15°52'36"S	48°04'03"W
SUDOESTE	UBS Nº 09 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	453,69	15°53'32"S	48°06'46"W
SUDOESTE	UBS Nº 11 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.371,20	15°53'32"S	48°06'46"W
SUDOESTE	UBS Nº 12 - SAMAMBAIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	964,22	15°51'57"S	48°04'28"W
SUDOESTE	UBS Nº 01 - RECANTO DAS EMAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	918,29	15°55'09"S	48°06'05"W
SUDOESTE	UBS Nº 04 - RECANTO DAS EMAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.081,17	15°55'11"S	48°06'07"W
SUDOESTE	UBS Nº 05 - RECANTO DAS EMAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	574,40	15°55'27"S	48°03'22"W
SUDOESTE	UBS Nº 08 - RECANTO DAS EMAS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	217,48	15°56'32"S	48°13'56"W
SUL	BASE DESCENTRALIZADA - GAMA	SAMU	1047,06	16°00'35"S	48°04'34"W
SUL	BASE DESCENTRALIZADA - SANTA MARIA SUL	SAMU	1276,61	16°01'30"S	48°02'01"W
SUL	NIGA - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DO GAMA + NUAL GAM	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	1249,74	16°01'19"S	48°03'56"W
SUL	NISM - NÚCLEO DE INSPEÇÃO DE SANTA MARIA + CEREST SUL	NÚCLEO DE INSPEÇÃO	3440,36	15°59'59"S	47°59'05"W
SUL	NUVAL SM - NÚCLEO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL - SANTA MARIA	NÚCLEO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	1591,36	16°02'31"S	48°02'17"W
SUL	UBS Nº 01 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	787,73	16°01'36"S	48°01'35"W
SUL	UBS Nº 02 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.129,84	16°00'37"S	47°59'42"W
SUL	UBS Nº 03 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	2.267,63	16°02'37"S	48°02'01"W
SUL	UBS Nº 05 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.982,19	16°00'38"S	48°00'09"W
SUL	UBS Nº 06 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	859,17	16°02'20"S	48°01'46"W
SUL	UBS Nº 07 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	288,78	15°59'35"S	47°59'16"W
SUL	UBS Nº 08 - SANTA MARIA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	184,68	16°00'51"S	47°59'18"W
SUL	UBS Nº 01 - GAMA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	239,52	16°01'12"S	48°05'04"W
SUL	UBS Nº 02 - GAMA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.210,32	16°02'11"S	48°03'40"W
SUL	UBS Nº 03 - GAMA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1.270,48	16°01'57"S	48°03'36"W
SUL	UBS Nº 04 - GAMA	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	724,43	16°01'35"S	48°03'25"W





3 - Oeste	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.464,66	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000,00	R\$ -	R\$ -	
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720,00	R\$ -	R\$ -	
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On- Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	4.433,36	R\$ -	R\$ -	
TOTAL ESTIMADO							R\$ -

ANEXO XI

Planilha Modelo de Formação de Preços e BDI

Modelo de BDI			
Item	Descrição dos Serviços	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
1.1	ESCRITÓRIO CENTRAL		
1.2	VIAGENS		
1.3	OUTROS		
2	IMPOSTOS E TAXAS		
2.1	ISS		
2.2	PIS		
2.3	Cofins		
3	TAXA DE RISCO		
3.1	SEGURO		
3.2	RISCO		
3.2	GARANTIA		
4	DESPESAS FINANCEIRAS		
5	LUCRO		
	BDI - CALCULADO		0,00
	BDI (CALCULADO):	-	

Fórmula de cálculo do BDI:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

AC = Administração central;  
S = Seguros;  
R = Riscos e imprevistos;  
G = Garantias exigidas em edital;  
DF = Despesas financeiras;  
L = Remuneração bruta do construtor;  
I = Tributos sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

Modelo de Composição de Custos

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
1	INSUMO A			
1.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$
1.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$
1.3	BDI	0,00%	%	R\$ 0,00
1.4	VALOR UNITÁRIO			R\$ 0,00
2	INSUMO B			
2.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$
2.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$
2.3	BDI	0,00%	%	R\$ 0,00
2.4	VALOR UNITÁRIO			R\$ 0,00
3	INSUMO C			
3.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$
3.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$
3.3	BDI	0,00%	%	R\$ 0,00
3.4	VALOR UNITÁRIO			R\$ 0,00
4	INSUMO D			
4.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$
4.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$
4.3	BDI	0,00%	%	R\$ 0,00
4.4	VALOR UNITÁRIO			R\$ 0,00
5	INSUMO E			
5.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$
5.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$
5.3	BDI	0,00%	%	R\$ 0,00
	VALOR UNITÁRIO			R\$ 0,00

00060-00208589/2024-54 Doc. SEI/GDF 192658922

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF.

Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 506, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202\_\_, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

LOTE / REGIÃO DE SAÚDE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL (30 meses)	TOTAIS POR LOTE
1 - Central e SVS, Centro- Sul, Sul, Sudoeste e Leste.	1	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	8.578,51	RS -	RS -	RS -
	2	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		13.985,68	RS -	RS -	
	3	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	85.200	RS -	RS -	
	4	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	6665	RS -	RS -	
	5	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	22.564,19	RS -	RS -	
2 - Norte	6	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	788,87	RS -	RS -	RS -
	7	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.166,85	RS -	RS -	
	8	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	19.300,00	RS -	RS -	
	9	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.505,00	RS -	RS -	
	10	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	3.955,72	RS -	RS -	
3 - Oeste	11	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On - Grid, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).	kwp	968,70	RS -	RS -	RS -
	12	Fornecimento e instalação de Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido para funcionamento com banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4, conforme especificações, incluindo as adequações das subestações existentes e construção de estrutura de cobertura para os estacionamentos (Carport Solar).		3.464,66	RS -	RS -	
	13	Fornecimento e instalação de banco de baterias em Lítio Ferro Fosfato LiFePO4 para Sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo Híbrido.	Ah	21.000,00	RS -	RS -	
	14	Fornecimento e instalação de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias, conectada à rede, do tipo Híbrido.	kwh	1.720,00	RS -	RS -	
	15	Operação, Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica do tipo Carport Solar, conectada à rede (On - Grid e/ou híbrido), com todo o fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários.	kwp/mês	4.433,36	RS -	RS -	
TOTAL ESTIMADO						RS -	

**Planilha Modelo de Formação de Preços e BDI**

Modelo de BDI			
Item	Descrição dos Serviços	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
1.1	ESCRITÓRIO CENTRAL		
1.2	VIAGENS		
1.3	OUTROS		
2	IMPOSTOS E TAXAS		
2.1	ISS		
2.2	PIS		
2.3	Cofins		
3	TAXA DE RISCO		
3.1	SEGURO		
3.2	RISCO		
3.2	GARANTIA		

4	DESPESAS FINANCEIRAS		
5	LUCRO		
	BDI - CALCULADO		0,00
	BDI (CALCULADO):	-	

Fórmula de cálculo do BDI:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

AC = Administração central;  
S = Seguros;  
R = Riscos e imprevistos;  
G = Garantias exigidas em edital;  
DF = Despesas financeiras;  
L = Remuneração bruta do construtor;  
I = Tributos sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

Modelo de Composição de Custos

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	
1	INSUMO A				
1.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$	
1.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$	
1.3	BDI	0,00%	%	R\$	0,00
1.4	VALOR UNITÁRIO			R\$	0,00
2	INSUMO B				
2.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$	
2.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$	
2.3	BDI	0,00%	%	R\$	0,00
2.4	VALOR UNITÁRIO			R\$	0,00
3	INSUMO C				
3.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$	
3.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$	
3.3	BDI	0,00%	%	R\$	0,00
3.4	VALOR UNITÁRIO			R\$	0,00
4	INSUMO D				
4.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$	
4.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$	
4.3	BDI	0,00%	%	R\$	0,00
4.4	VALOR UNITÁRIO			R\$	0,00
5	INSUMO E				
5.1	Valor unitário do insumo	1	UNIDADE	R\$	
5.2	Valor do serviço/mão de obra	1	VB	R\$	
5.3	BDI	0,00%	%	R\$	0,00
	VALOR UNITÁRIO			R\$	0,00

Declaração de que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Conter as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

Conter catálogos dos materiais e equipamentos: apresentar o catálogo, folder, certificação Inmetro ou documento similar dos equipamentos e materiais, conforme subitem 10.7.1 do TR - Anexo I do edital;

Conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data fixada no edital para início da sessão pública, conforme item 10.6 do TR;

Conter prazo de início dos serviços oferecidos deverá obedecer as condições de execução conforme o item 6.1 e seus subitens do TR - Anexo I deste edital;

Conter garantia conforme o item 6.10 do Termo de Referência - Anexo I deste edital;

Conter planilha de Formação de BDI devidamente preenchida conforme Anexo XI do TR - Anexo I do edital;

Apresentar atestado de vistoria técnica fornecido pela SES/DF comprovando que a licitante através do seu representante legal, tomou conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços. A vistoria poderá ser marcada conforme as condições constantes dos itens 5.38 ao 5.42 do Termo de Referência - Anexo I deste edital e conforme modelo constante do Anexo V deste edital.

a) a vistoria não é obrigatória, facultando ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da SEEC/DF, em razão de sua não realização.

Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitados da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade prevista na legislação.

Declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo VI deste edital;

Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Apresentar documento probatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei Distrital nº 4.770/2012, que poderá ser feito da seguinte forma:

- i) por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo V deste edital, ou;
- ii) com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc) emitido por Órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc no respectivo Órgão, ou;

- iii) com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.
- iv) no caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, conforme mencionado nas alíneas i e iii, poderá ser designada pela Seec/DF uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o Pregoeiro e sua Equipe, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.
- v) caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

Seguem anexas as especificações detalhadas dos serviços a serem prestados, bem como as Planilhas de Custos devidamente adequadas ao valor negociado, de acordo com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Assinatura e Identificação do Representante legal do Licitante

**ANEXO III**  
**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
Processo Administrativo nº (.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 20..., publicada no DODF de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

- 2.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VILE XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e

recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1. ....

4.3.2. ....

4.4. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*

4.4.1. ....

4.4.2. ....

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.9.2. O CONTRATADO deverá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).



- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

- 11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

- 11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96](#), combinado com [art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 11.3.1. BEM 1..... Valor
- 11.3.2. BEM 2 .....Valor
- 11.3.3. ....
- 11.3.4. TOTAL ..... Valor total

OU

- 11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

- 11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 11.5.1. BEM 1..... Valor
- 11.5.2. BEM 2 .....Valor
- 11.5.3. ....
- 11.5.4. TOTAL ..... Valor total

- 11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

- 11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

- 11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

- 11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

- 11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no \_\_\_\_\_, com correção monetária.

- 11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

- 11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

- 11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

- 11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- 11.17.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de

descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.17.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iii) **Multa**:

(1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

*a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

OU

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.8.2. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que: **(conforme o caso)**

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

19.2. Nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017, a licitante vencedora que tiver mais de 20 funcionários contratados, se obriga a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio com instituições públicas ou privadas, curso de alfabetização ou complementação do ensino fundamental até o quinto ano. **(conforme o caso)**

19.2.1. em caso de descumprimento será aplicada à Contratada multa de 30% (trinta por cento) com base no salário de cada funcionário não beneficiado.

19.3. Nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013, a empresa vencedora fica obrigada a comprovar mensalmente, junto ao gestor responsável, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, em caso de irregularidades, devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção.

19.3.1. o não atendimento das determinações implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Pública.

19.4. Nos termos da Lei Distrital nº 6.128/2018, fica reservado o percentual de 2% das vagas de trabalho contidas no TR, Anexo I deste Edital, para pessoas em situação de rua. **(conforme o caso)**

19.5. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a licitante vencedora, na prestação do serviço, se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde. **(conforme o caso)**

19.6. O adjudicatário após a assinatura do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2020, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme disposto na Lei 6.112/2018 e na Lei nº 6.308/2019.

19.6.1. para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.

19.6.2. pelo descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa contratada:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do contrato;

19.6.2.1. o não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

19.7. a empresa que possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

19.8. a implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 e aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

19.9. No caso de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as regras sobre a retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas serão realizadas nos termos previstos na Lei 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013.

19.10. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

19.11. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

19.12. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Eu \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_ como representante devidamente constituído da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PE nº \_\_\_\_/202\_ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC, em atendimento a Lei Distrital nº 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: \_\_\_\_\_ (DEVERÁ

INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de \_\_\_\_\_ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PE nº \_\_\_\_/202\_\_ – COLIC/SCG/SECONT/SEEC.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 202\_\_.

representante legal do licitante

ANEXO V  
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Atesto para os devidos fins que a empresa abaixo identificada realizou a vistoria das instalações e do local onde os serviços serão prestados.

Nome da empresa:	
CNPJ:	
Nome do Representante:	
RG do Representante n.º:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail (se houver):	
Local vistoriado:	
Data da vistoria:	
Horário da vistoria:	

Responsável pelo Termo de Vistoria
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo / Função: _____
Setor / departamento: _____
Assinatura: _____

Representante legal da empresa
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

OU,

ATESTADO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA

REF.: \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Representante legal da empresa
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

ANEXO VI  
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante Legal

ANEXO VII  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
MODELO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º \_\_\_\_\_

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202...., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202...., publicada no ..... de ...../202...., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
- 3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....
- 3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ITEM OBRIGATÓRIO)
- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.
- OU
- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os

quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
  - 5.4.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
  - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
    - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
    - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
  - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
  - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
  - 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
  - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora

convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
  - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 204, § 2º, do Decreto nº 44.330, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 204, § 9º do Decreto nº 44.330, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
  - 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 192, inc. XII, do Decreto nº 44.330, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 194, inc. IX, do Decreto nº 44.330, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO VIII  
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE  
M O D E L O

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Representante Lega

Coordenação de Licitações COLIC/SCG/SECONT/SEEC  
Praça do Buriti, Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Ala Leste, Sala 504, CEP.: 70.075-900-Brasília-DF.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON DE SOUZA - Matr.0039256-1**, Coordenador(a) de Licitações, em 22/01/2026, às 15:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA TAMEIRÃO DE MOURA GODINHO - Matr.0039782-2**, Pregoeiro(a), em 22/01/2026, às 15:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **192872231** código CRC= **C0D3DB11**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 504 - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s): 3313-8497  
Site - [www.economia.df.gov.br](http://www.economia.df.gov.br)

---

00060-00208589/2024-54

Doc. SEI/GDF 192872231